



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRENDA PASSOS DOS SANTOS

**MOBILIZAÇÃO DE ATORES LOCAIS NA CONSTRUÇÃO DA PAZ:
UM ESTUDO DO CASO DO INSTITUTO FAVELA DA PAZ**

João Pessoa

2021

BRENDA PASSOS DOS SANTOS

**MOBILIZAÇÃO DE AGENTES LOCAIS NA CONSTRUÇÃO DA PAZ:
UM ESTUDO DO CASO DO INSTITUTO FAVELA DA PAZ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito à obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alan S. V.
Ferreira.

João Pessoa

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237m Santos, Brenda Passos dos.

Mobilização de atores locais na construção da paz: um estudo do caso do Instituto Favela da Paz / Brenda Passos Dos Santos. - João Pessoa, 2021.
93 f.

Orientação: Marcos Alan Ferreira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Violência social urbana. 2. Criminalidade. 3. Manutenção da paz. 4. São Paulo - SP. I. Ferreira, Marcos Alan. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327.36(02)

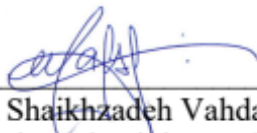
BRENDA PASSOS DOS SANTOS

**MOBILIZAÇÃO DE AGENTES LOCAIS NA CONSTRUÇÃO DA PAZ:
UM ESTUDO DO CASO DO INSTITUTO FAVELA DA PAZ**

Monografia apresentada ao Curso de
Relações Internacionais da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito parcial
à obtenção do título de bacharel em
Relações Internacionais.

João Pessoa, 27 de setembro de 2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profa. Dra. Roberta Holanda Maschietto
Universidade de Coimbra/Universidade de Brasília



Prof. Me. Ingri Boe Buer
University of Manchester

“A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça por toda parte”.

Martin Luther King

AGRADECIMENTOS

Aos doze anos idealizei pela primeira vez o curso de Relações Internacionais como a minha primeira e única escolha de atuação no mundo. Algumas questões desde sempre me acompanharam, sobretudo uma curiosidade para desbravar as dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais que regem as diferentes sociedades há tantos séculos. Poucas vezes, no entanto, imaginei estar finalmente diante da conclusão desse sonho e da finalização desse ciclo, com uma bagagem repleta de aprendizados, experiências e, agora, muitas outras dúvidas e questões que ainda desejo aprender. É imensamente gratificante refletir sobre o meu processo até aqui, reconhecendo a minha imensa rede de apoio e sabendo o tanto que pude amadurecer através da oportunidade da educação e, a partir disso, o tanto que desejo contribuir para que outras pessoas também tenham a oportunidade de ensino digna para também poderem se descobrir no mundo.

Essa pesquisa eu dedico e agradeço inteiramente a minha avó, Marileide de Aguiar, ou dona Leidinha para os seus vários netos. Obrigada por ser sempre esse amparo na minha vida, por me apoiar incondicionalmente e vibrar a cada conquista minha. Nos dias difíceis da minha passagem sozinha em outro estado, escutar a sua voz por telefone empolgada com as novidades no meu caminho era o que me mantinha firme e otimista para os desafios que ainda estariam por vir. Sou feliz por partilhar os meus sucessos e por saber que sempre serei amparada em suas palavras ou em um abraço. À minha bisavó querida, dona Edith, obrigada por ter me inspirado a cada dia de sua existência aqui na terra a ser uma mulher forte e justa, com toda a sua sensibilidade de vida e bondade. Onde quer que você esteja, te sinto e te honro comigo.

Aos meus pais, Tatiane de Aguiar e Washington de Andrade, obrigada por sempre me incentivarem e apoiarem os meus sonhos, mesmo que nem sempre compreendam as minhas motivações. Obrigada, também, por me criarem para o mundo e por me encorajarem sempre a buscar pela minha independência emocional e financeira. Tudo o que sou e tudo o que aprendi até então devo a vocês e a dedicação e abdicação diária que tiveram para me instruir. Aos meus tios e pais de coração, tio Rogério e tia Rebeca, obrigada por toda partilha genuína, pelas afinidades e presença na minha vida. Vocês são, sem dúvidas, minhas grandes fontes de inspiração.

Ao meu companheiro, Pedro Paulo, vão faltar palavras para descrever o quanto o seu suporte foi e é essencial para mim. Obrigada por se empolgar junto com a minha pesquisa, por ler cada linha escrita, por partilhar ideias e dividir o meu cansaço. Obrigada também por toda parceria, incentivo, paciência, amorosidade e por toda a sua dedicação diária. E, principalmente, obrigada por sempre acreditar em mim, me despertando para ser a cada dia uma pessoa melhor. Sei que chegamos mais longe juntos e é uma honra poder amadurecer e partilhar a vida, assim como todas as minhas descobertas, ao seu lado. Eu aprendo com você todos os dias! Obrigada por tanto.

A minha melhor amiga, Madu, que fez da minha passagem em João Pessoa ser significativamente muito mais especial. Você é um daqueles encontros na vida em que passamos a ser diariamente gratos pela oportunidade da convivência. Com você compartilho os aspectos mais íntimos da minha vivência, dos meus sonhos, dos meus projetos. E é com você que aprendo todos os dias sobre os aspectos mais íntimos dos seus e sobre a sua tamanha singularidade humana. Obrigada, dentre várias outras coisas, por ser partilha e suporte. Ainda que possivelmente tracemos os próximos caminhos em lugares distintos e distantes, tenho a certeza desse espaço especial que vamos sempre ter uma na vida da outra.

Ao meu irmão, Pedro Conti, agradeço simplesmente por você ser exatamente quem é e por ser parte tão especial na minha vida. Com todas as características afetivas peculiares de um irmão. Obrigada por cada susto diário, por cada briga pela situação cotidiana mais besta, mas também por estar sempre presente quando as coisas apertam. Orgulho-me profundamente de te ver crescer e se tornar a versão mais pirracenta, engraçada, madura e gentil que você pode ser. Saiba que por toda a sua vida você terá com quem contar, independente da situação que você se encontre. E obrigada pelas inúmeras garrafas de café que me inspiraram a escrever essa pesquisa (rs).

A minha família, meus tios Robério, Marquinhos, Karla, Veu e Juninho. Aos meus tios-avós Edna e Nitão. Aos meus primos Vithor, Enzo, Erick, Clara, Júlia, Ícaro, Enya e Anita. Vocês são todos imensamente importantes na minha vida. Lembro de cada um com bastante afeto e gratidão por saber que vocês fazem parte da minha rede de apoio. Da mesma forma, sempre estarei aqui por vocês. Muito obrigada por tudo! A meu amigo Edu e a minha amiga Vic, obrigada pela oportunidade de viver em família nesses anos, mesmo estando bastante longe de casa. As minhas amigas Babi, Gabi, Thaís e Maiana, obrigada por esses

longos anos de amizade e cumplicidade e a certeza de que, independente de onde quer que eu vá, ainda sim sempre terei um lugar para retornar.

Ao meu amigo Danilo, que me inspirou no tema da presente pesquisa, por ter ampliado muitíssimo as minhas vivências e percepções de mundo. Obrigada por ter me permitido enxergar outras realidades com os seus olhos. A vida se torna muito mais rica quando passamos a ter uma sensibilidade do olhar pro outro. Desejo verdadeiramente que você alcance todos os seus sonhos. Eles passaram a ser meus também.

O meu mais sincero obrigado a Cláudio Miranda e a Fábio Miranda, fundadores e idealizadores do Instituto Favela da Paz, pelo tempo doado para a minha pesquisa. Vocês são inspiração de que dias melhores para a nossa sociedade, para os nossos jovens e crianças, são possíveis. O que aprendi nesse tempo em contato com vocês, nenhum curso acadêmico seria capaz de me ensinar. Seguimos juntos.

A todos os professores do Departamento de Relações Internacionais e a todos os servidores da UFPB que contribuíram para o meu aprimoramento pessoal, acadêmico e como futura profissional na área. Com cada um pude aprender sobre algo e espero um dia ser capaz de repassar todo o conhecimento que me foi atribuído.

Especialmente, ao meu professor e orientador, o professor Marcos Alan, por ter me inspirado num aspecto de vida bastante pessoal. Ainda, por constantemente ter me incentivado e por me fazer espelhar na sua figura humana e justa. Obrigada genuinamente pela honra que é a oportunidade de aprender com você.

Por fim, obrigada a todos que por algum momento nessas várias caminhadas da minha vida cruzaram o meu caminho, os quais eu correria o risco de ser injusta ao não mencionar todos. Os quais, cada qual, contribuíram à sua maneira para que eu esteja aqui e agora. Tudo o que sou e tudo o que ainda serei devo aos encontros dessa vida. Sinto-me bastante grata por tudo e todos até aqui.

RESUMO

Apesar dos desenvolvimentos conceituais e teóricos que acompanharam o campo dos Estudos para Paz, bem como os progressivos avanços relativos aos esforços de operacionalização internacional na busca pela paz, primariamente no âmbito das Nações Unidas, ainda são marginais em ambas as frentes os debates da violência para além dos contornos imediatos e previsíveis do Estado. Isto se aplica ainda mais com dinâmicas de alcance transnacional, como denota a emergência das relações em redes do crime organizado. A busca pela mitigação dos conflitos internacionais esteve usualmente centrada em esforços coletivos para restaurar a paz em cenários de violência política, através particularmente das guerras interestatais ou intraestatais. Portanto, o foco na violência estatocêntrica pelas lentes das relações internacionais posterga uma atenção séria e coordenada à emergência da violência social armada, um outro fenômeno recorrente de instabilidade política e social, presente tanto em sociedades em conflito ou pós-conflito, mas também nas sociedades democráticas categorizadas enquanto pacíficas. Dessa forma, como alternativa a agenda verticalizada de promoção da paz, e visando promover diálogos híbridos e irrestritos, a presente pesquisa visa contribuir com os debates que incluem as diversas manifestações da violência e o papel de atores não convencionais, como a agência local (bottom-up), nas suas práticas cotidianas de resiliência e transmutação da violência. À título de análise, examina-se o caso do Instituto Favela da Paz, projeto idealizado e coordenado por moradores locais e que visa instituir, em múltiplas frentes de ação, uma comunidade sustentável e orientada por uma cultura de paz no bairro Jardim Ângela-SP, considerado pela ONU na década de 1990 como um dos bairros mais perigosos do mundo. A partir das pesquisas realizadas, observou-se que as práticas do Instituto Favela da Paz convergem intuitivamente com a abordagem de Peace Formation de Oliver P. Richmond, ao emancipar atores locais, conectados em redes transversais e transnacionais, na promoção da paz em seus próprios termos.

Palavras-chave: Violência social urbana; Criminalidade; São Paulo

ABSTRACT

Despite of the conceptual and theoretical developments that follows the field of Peace Studies, as well as the progressive ones related to international operationalization efforts in the search for peace, primarily within the United Nations, debates on violence are still marginalized on both fronts beyond the immediate and predictable contours of the State, but still with a broad transnational reach, as the emergence of relations in organized crime networks denotes. The search for mitigation of international conflicts has usually centered on collective efforts to restore peace in scenarios of directly expressed violence, particularly through interstate or intrastate wars. Therefore, the focus on state-centered violence through the lens of international relations postpones serious and coordinated attention to the emergence of armed social violence, another recurrent phenomenon of political and social instability, present both in conflict and post-conflict societies, but also in democratic societies categorized as peaceful. Thus, as an alternative to the vertical agenda for promoting peace, and aiming to promote hybrid and unrestricted dialogues, this research aims to contribute to debates that include the various manifestations of violence and the role of unconventional actors, such as the local agency (bottom-up), in their daily practices of resilience and transmutation of everyday violence. As object of analysis, the experience of the Favela da Paz Institute is adopted, a project conceived and coordinated by local residents and which aims to establish, in multiple action fronts, a sustainable community guided by a culture of peace in the Jardim Ângela-SP, a region considered by the UN in the 1990s as one of the most dangerous neighborhoods in the world. As a result, it was observed that the practices led by the Favela da Paz Institute intuitively converge with the Peace Formation approach of Oliver P. Richmond, by emancipating local actors, connected in transversal and transnational networks, in the promotion of peace in their own terms.

Keywords: Urban social violence; Crime; São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. CONSTRUÇÃO DA PAZ E VIOLÊNCIA: A INTERCONEXÃO ENTRE OS NÍVEIS DOMÉSTICO E INTERNACIONAL	17
1.1. Histórico: O desenvolvimento da investigação para a paz	19
1.2. A Violência na sociedade internacional: guerra, conflito e a operacionalização da paz na Organização das Nações Unidas	23
1.3. A violência no nível doméstico: conflitos, a violência urbana e a criminalidade como desafios à paz no Brasil	29
2. AGENTES LOCAIS E OS ESTUDOS CRÍTICOS PARA A PAZ	38
2.1. Crítica e limitações da paz liberal: a conflitualidade violenta em sociedades formalmente pacíficas	43
2.2. A virada local e a perspectiva bottom-up	50
2.3. O conceito de paz cotidiana (Everyday Peace e Peace Formation)	54
3. AGENTES BOTTOM-UP NA PROMOÇÃO DA PAZ E MITIGAÇÃO DA VIOLÊNCIA: O CASO DO INSTITUTO FAVELA DA PAZ	63
3.1. Periferização, pobreza e exclusão territorial	67
3.2. As fronteiras políticas na demarcação da periferia e a violência urbana materializada: a cidade de São Paulo	71
3.3. Atuação de atores locais na promoção da paz: a experiência do Instituto Favela da Paz no bairro Jardim Ângela (São Paulo)	80
3.3.1. ‘Favela da Paz’: modelo de projetos sustentáveis na construção de um caminho para a paz em São Paulo	82
3.3.2. Rede de colaboradores locais e internacionais	85

3.3.3. Resultados observados.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação entre os tipos da violência segundo Galtung.....	22
Figura 2 – Distribuição da população na cidade de São Paulo em 2019.....	74
Figura 3 – Favelas na cidade de São Paulo em 2019.....	75
Figura 4 – População preta e parda distribuídas na cidade de São Paulo em 2019.....	76
Figura 5 – Oferta de emprego formal na cidade de São Paulo em 2019.....	81
Figura 6 – Jardim Ângela, periferia de São Paulo, 2001.....	83
Figura 7 – Grupo de Percussão Favela Mirim. Jardim Ângela, São Paulo.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS

CPR - Critical Peace Research

CS-ONU - Conselho de Segurança da ONU

ECP - Estudos Críticos de Paz

IFP - Instituto Favela da Paz

JCR – Journal of Conflict Resolution

JPR - Journal of Peace Research

ONU - Organização das Nações Unidas

OP - Operações de Paz

PCC - Primeiro Comando da Capital

RI's - Relações Internacionais

UNTSO - United Nations Truce Supervision

INTRODUÇÃO

Os debates sobre o entendimento da paz ao nível das ciências sociais e das relações internacionais ganharam crescente visibilidade a partir dos anos de 1930 e 1940, advindas das reflexões acerca do fenômeno da guerra. No entanto, a sistematização do campo, sob critérios puramente científicos, ganhou corpo a partir da década de 1950, diante do novo olhar sistêmico da Guerra Fria e a preocupação com a possibilidade iminente de uma guerra nuclear. Conjuntamente ao desenvolvimento dos debates sobre paz e violência em seus multiníveis pelos núcleos de pesquisas, centrados a princípio nos Estados Unidos e na Europa, percebe-se esforços também no sentido da operacionalização internacional da paz, no âmbito das Nações Unidas (FERREIRA, 2017).

A ilustração da operacionalização da busca pela paz no âmbito da ONU demonstra os esforços internacionais visando a mitigação e controle dos conflitos. De fato, os mecanismos de intervenção passaram por reformas em suas dimensões internas conforme novos desafios conjunturais emergiram, transitando de uma percepção exclusiva da paz enquanto a ausência direta de conflitos militares interestatais no decurso da Guerra-Fria para abarcar os conflitos civis intraestatais e, a partir dos anos 90, noções de desenvolvimento e segurança humana como imprescindíveis para o entendimento vasto da paz. Ademais, o desfecho da configuração bipolar de poder igualmente facultou a primazia dos princípios liberais sobre os Estudos para Paz (BRAGA; MATIJASCIC, 2019; KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016).

Tal acontecimento pressupôs a instituição de democracias orientadas ao mercado como inexorável modelo-condição para a paz liberal. Ainda assim, são diversas as experiências malsucedidas coordenadas pelas Nações Unidas em sociedades em conflito ao redor do globo, resultando na continuação de cenários de instabilidade política e de alto grau de violência (BRAGA; MATIJASCIC, 2019). Não obstante, novas complexidades e novas manifestações da violência carecem de diálogo e profunda integração nas correntes *mainstream* de paz, conforme ilustra a marginalização do debate do crime organizado transnacional e os elevados níveis de violência e insegurança em sociedades formalmente pacíficas.

Os Estudos Críticos de Paz propõem uma revisão às lacunas das propostas liberais e estado-centradas nos diálogos de paz e violência. Concebe a paz não somente quanto à ameaça ao Estado fixada em conflitos interestatais ou intraestatais, mas principalmente a

partir do enquadramento das diversas formas de violência, sejam elas diretas, estruturais ou culturais, para a sua profunda transmutação (JUTILA; PEHKONEN; VAYRYNEN, 2015). Objetiva-se por conseguinte superar os principais dilemas contemporâneos e as lacunas presentes quando unicamente vistas através das perspectivas tradicionais, de forma a conciliar a construção plural e eficaz da paz em sociedades em contínua transformação, levando-se em questão a maneira como as violências interagem no tempo e espaço (PEARCE; PEREA, 2019).

Como uma das possíveis respostas, pesquisadores como Oliver P. Richmond e Roger Mac Ginty reivindicam a virada local (*the local turn*) para o pensar e construir a paz, a partir da emancipação da agência local e a desestabilização do paradigma hegemônico da paz liberal. Isto posto, a presente pesquisa visa contribuir para as recentes e promissoras pesquisas que evidenciam a atuação dos agentes locais (*bottom-up*) a partir da identificação das suas próprias vulnerabilidades locais e, assim, através de um conjunto de iniciativas e esforços visando a transmutação do problema. Adota-se para tal, o estudo do caso do Instituto Favela da Paz na comunidade do Jardim Ângela, em São Paulo, projeto este que visa instituir em múltiplas frentes de ação uma comunidade sustentável e pautada por uma cultura genuína de paz em um dos locais já mencionados pela ONU na década de 1990 como um dos lugares mais violentos do mundo (FOLHA UOL 2006). Acrescenta-se a isso, um contexto local permeado pelos desafios da violência social urbana, reiteradamente presente nas cidades brasileiras. Move-se, por fim, pelo profundo entendimento da urgência de se analisar transnacionalmente as formas crônicas de reprodução dos vários tipos de violência (direta, estrutural e cultural) enraizadas em sociedades de formal e institucionalizada paz.

Metodologicamente, trata-se aqui de uma análise exploratória com triangulação de dados, conduzida através de análises bibliográficas pertinentes aos estudos nas áreas das Relações Internacionais, dos Estudos de Paz e dos Estudos Críticos de Paz, com a análise paralela dos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Mapa da Desigualdade de São Paulo. Infere-se, conjuntamente, entrevistas semi-estruturadas com o coordenador do Instituto Favela da Paz, Fábio Miranda, para compreender as principais ações sociais dispostas visando a promoção local da paz.

Isto posto, a presente pesquisa será estruturada em três partes, na qual a primeira contemplará os principais conceitos e temáticas em torno de paz e violência, à luz da literatura clássica de Estudos para Paz e Conflitos Internacionais, tanto no cenário

internacional, quanto no cenário doméstico. Em seguida, será realizada uma análise de caráter exploratório e descritivo, a partir da revisão bibliográfica dos principais debates que discutem os Estudos Críticos de Paz na revisão das lacunas das ortodoxias tradicionais sobre questões de paz e violência, adentrando em seguida nas discussões acerca da inserção dos agentes locais (bottom-up) na promoção da paz. Por fim, serão analisados os principais dilemas acerca da violência social armada no Brasil, propagada constantemente em cenários de socioexclusão nas periferias urbanas brasileiras bem como os seus reflexos. A título de análise, será observado se o caso do IFP contribuiu para a promoção em algum nível de índices ligados à qualidade da paz e, portanto, se foi capaz de aplacar os alarmantes índices de violência, constatação essa mediada por meio da coleta de dados, como documentos oficiais e entrevistas.

“Tenho tão nítido o Brasil que pode ser, e há de ser, que me dói o Brasil que é”

Darcy Ribeiro

1. CONSTRUÇÃO DA PAZ E VIOLÊNCIA: A INTERCONEXÃO ENTRE OS NÍVEIS DOMÉSTICO E INTERNACIONAL

Os estudos para paz e violência abrangem uma extensa miríade de debates e perspectivas, em que cabem análises de múltiplas áreas do conhecimento como a psicologia, as ciências sociais e políticas, a antropologia, dentre outras. Mas pode-se afirmar de antemão que, ainda que ambivalentes, os estudos para paz por essência demandam uma compreensão ampla dos fenômenos que refletem a violência em seus múltiplos níveis.

Atribui-se que a violência está presente quando os seres humanos têm suas “realizações atuais somáticas e mentais estão abaixo das suas realizações potenciais.” (GALTUNG, 1969, p.168). Para Johan Galtung (1969), ainda mais importante do que a própria definição tipológica da violência nos estudos de paz, faz-se imprescindível o desenvolvimento de articulações teóricas capazes de orientar pensamentos e investigações visando atingir ações concretas para a superação dos problemas sistemáticos da violência em si. Dessa forma, o desenvolvimento do campo e das práticas de paz subdividiu-se em alguns outros segmentos direcionados à compreensão, como exemplo, das crises internacionais, das guerras internas, dos conflitos sociais e de propostas que envolvessem a mediação e a negociação para a resolução de contenciosos (RAMSBOTHAM et al., 2005).

No âmbito das relações internacionais, a categorização dos conflitos internacionais identificou, ao longo da existência do campo, a guerra e o conflito bélico como a máxima representação da violência física em larga escala. O surgimento do Estado moderno consolidou a institucionalização da guerra para fins políticos. Atribuía-se, portanto, a aceitabilidade de tal instrumento como necessária ferramenta política através da efetivação do monopólio público do uso da força por essa instituição. Conjuntamente, o processo de efetivação do Estado burocrático também demandou a articulação de outros dispositivos, como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 fruto da Revolução Francesa, que deferia a universalização dos princípios respaldados sob a dignidade humana como os direitos à paz, justiça, liberdade e igualdade como inerentes ao corpo democrático (ADORNO, 1996; RAMSBOTHAM et al., 2005).

A criação de exércitos legais, substituindo os mercenários privados, foram primordiais para legitimar a violência organizada, pensada agora sob o domínio também político ou, como presume Clausewitz (1979), a continuação da política por outros mecanismos. Com

efeito, regulou-se a guerra e a militarização pública enquanto instrumento próprio do Estado, através do Direito Internacional Humanitário (DIH) e os seus regulamentos que preveem uma ética para o ato, o andamento e o desfecho da guerra. Em suma, a ética da guerra internacionalmente aceita pressupõe o uso da força como um mecanismo adequado em casos específicos, envolvendo preocupações que legitimem o seu uso. Tal aceção ajuda na compreensão perpetuada pelas correntes tradicionais das relações internacionais perante a centralização da noção da guerra legítima e, portanto, de uma sociedade discriminada como em conflito, dentro de um viés puramente estatocêntrico: o Estado e os seus exércitos como atores e agentes exclusivamente indispensáveis ao se pensar o estado de guerra ou conflito (PUREZA; MOURA, 2005; ARMSTUTZ, 2013).

Todavia, fato é que as guerras convencionais de outrora - e o século XX evidencia dois grandes exemplos de eventos de tal magnitude internacional: a I Guerra Mundial e a II Guerra Mundial – cederam espaço no pós Guerra Fria para o surgimento de novas guerras com seus distintos atores, recursos, estratégias e motivações, dissipando progressivamente a noção do público para o privado e do formal para o informal nos conflitos bélicos. A nova roupagem da violência organizada que ascende passa a mesclar noções da guerra e do crime organizado, com alta incidência de transgressões dos direitos humanos, em que a sociedade civil se apresenta como propulsora e padecente da violência. Os objetivos que outrora eram essencialmente ideológicos ou geopolíticos, passam agora a abranger características de guerras travadas por recursos em cenários situados na periferia do sistema mundial (PUREZA; MOURA, 2005).

A violência social armada na sociedade contemporânea não mais representa o resultado do conflito entre forças políticas instituídas. Ou ainda, entre forças políticas e grupos civis. Sobretudo, torna-se bastante difícil a observação da guerra dentro de parâmetros racionais e previsíveis, mas sim dentro de um espectro menos visível de análise, marcado por uma cultura de violência e caracterizado essencialmente por altos níveis de instabilidade e insegurança. Os preceitos da guerra justa parecem não mais encaixar-se sobre os novos dilemas que emergem, uma vez que os Estados, nesse cenário, não mais se configuram como os alvos da violência armada. Nota-se, sobretudo, a reconfiguração das manifestações da violência, bem como a necessidade de repensar os conflitos que não se ajustam em uma concepção tradicional da guerra (AMSTUTZ, 2013; PUREZA; MOURA, 2005).

Para Tatiana Moura (2005) estão a emergir ainda as “novíssimas guerras”, com cenários ainda menos aparentes de paz e conflito, por serem fenômenos isentos dos atributos que predominam nas guerras tradicionais ou nas guerras civis, e por isso marginalizadas nas discussões tradicionais de guerra e paz. Em contrapartida, refletem a violência organizada armada em espaços cada vez mais locais - ao passo que também periféricos e urbanos -, ainda que globalizados. Vista diante a dimensão local, as novíssimas guerras são reflexos de uma criminalidade centralizada em zonas periféricas, sem objetivos políticos definidos e tratados principalmente dentro do campo da segurança nacional. No entanto, em um mundo globalizado, constata-se também sua dimensão enquanto fenômeno transnacional (PUREZA; MOURA, 2005).

Para Souza (1994), se a violência foi um traço perene nas diferentes sociedades, na atualidade assume outros contornos em relação aos seus significados e expressões se comparado às outras épocas. Ao mesmo tempo igualmente adquire contornos específicos, expressos na particularidade da violência manifestada nos diferentes espaços socioculturais. Destarte, para uma compreensão ampla do fenômeno à nível internacional, faz-se também imperioso o olhar direcionado às especificidades da violência espelhada ao nível local.

1.1. HISTÓRICO: O DESENVOLVIMENTO DA INVESTIGAÇÃO PARA A PAZ

O campo transdisciplinar dos Estudos para Paz emerge de forma simultânea à progressiva necessidade de sistematizar cientificamente a busca pela paz e, conseqüentemente, a mitigação dos diversos tipos de conflito¹. O progressivo desenvolvimento da área científica reuniu uma gama de pesquisadores, a priori nos Estados Unidos e na Europa, preocupados em promover diálogos que pudessem favorecer as condições frutíferas para o desenvolvimento de políticas e ações coordenadas visando, em última instância, a coexistência harmônica entre os atores e os indivíduos. Apesar dos anos de 1930 e 1940 testemunharem crescentes debates sobre a questão da paz nas ciências humanas, o amadurecimento do processo de resolução de conflitos, como um campo próprio de estudo, ocorreu em meados da década de 50, sob o frenesi da Guerra Fria e da conjuntura sistêmica

¹ O termo ‘conflito’ está em consonância com a interpretação empregue nos documentos das Organizações das Nações Unidas sobre a existência do conflito armado enquanto a manifestação da violência física e direta e a declaração de guerra (seja a guerra entre Estados ou a guerra civil) como a sua escala máxima (BRAGA; MATIJASIC, 2019).

imersa pela configuração de força bipolar e da iminente possibilidade de uma guerra nuclear entre as duas superpotências que compunham os principais polos de poder à época (FERREIRA, 2017).

Os pioneiros da resolução de conflito, como Johan Galtung e Elise Boulding, buscaram abarcar o fenômeno de forma constante e abrangente em seus diferentes níveis de análises, seja no âmbito das relações internacionais, das políticas domésticas, entre comunidades, famílias e/ou indivíduos, desenvolvendo com o tempo subdivisões no campo de análises e abordagens (RAMSBOTHAM et al., 2005). São diversos e profusos os tópicos que permeiam a agenda do campo. Perpassam aspectos que vão desde técnicas de resolução de conflitos, e as operações de paz das Nações Unidas, às dinâmicas migratórias e os deslocamentos internos por exemplo (OLIVEIRA, 2017).

Johan Galtung, em uma das suas mais conhecidas contribuições, faz alusão às três conectadas dimensões da violência: a direta, a estrutural e a cultural. Frente a consciência da generalidade e complexidade do fenômeno, Galtung previamente já alertava acerca da necessidade de uma compreensão teórica irrestrita ao se pensar a paz, e, conforme a sua perspectiva multidimensional, distinguiu as manifestações da violência em suas seis distinções/dicotomias: a violência física e a violência psicológica; o uso de meios negativos ou positivos de influência; a violência com um objeto determinado e sem objeto; a violência com um sujeito identificado e violência sem sujeito; a violência intencional e violência não intencional; e a violência manifesta e violência latente (PUREZA; MOURA, 2005).

A partir da sua pesquisa e vida cotidiana, Elise Boulding - outra importante pioneira na área - forneceu terreno fértil para a inserção e o papel ativo das mulheres através da educação, pesquisa e ação para a paz. De fato, um de seus feitos mais notórios diz respeito à sua contribuição para a evolução do feminismo incorporado no campo dos Estudos de Paz. Elise defendia uma visão holística nas análises de paz que englobasse questões como a desigualdade social entre os países e indivíduos, o uso sustentável dos recursos naturais e a segurança alimentar, igualdade de gênero e temas considerados por ela como chaves para o alcance pleno de um mundo mais pacífico e sustentável. Não somente possuía uma sensibilidade para enxergar claramente as necessidades das sociedades em situação de vulnerabilidade, muito aquém de outros pesquisadores à sua época, como também propunha aspectos inovadores ao perceber a totalidade da condição humana e as múltiplas perspectivas possíveis para se pensar a paz. Além disso, estabeleceu o conceito “the 2000 year present”,

ajudando a conceituar e demarcar ações para o atingimento da paz saindo de um diâmetro idealista para uma investigação disciplinada que considera possibilidades futuras (BOULDING, 2017).

No que concerne aos diálogos especificamente de paz, destaca-se que a sua construção e desenvolvimento não é obtido através de um processo linear, tampouco a paz, entendida aqui como a ausência da violência, é alcançada somente por meio da erradicação da guerra ou do conflito, já que este se consagra apenas como uma das diversas manifestações contemporâneas da violência. Johan Galtung ainda amplifica ao postular que a paz pressupõe o próprio fim social, através da constante busca pela justiça social (FERREIRA et al, 2019). Diante tais assertivas, faz-se imprescindível a adoção de mecanismos que julguem a paz - e, assim, a violência - em suas amplas dimensões, envolvendo as distintas camadas sociais em seus diferentes níveis de análise.

Adentrando o debate da violência, “a violência em si pode ser compreendida através de uma taxonomia que prevê duas subdivisões: direta/pessoal e indireta/ estrutural” (FERREIRA et al, 2019, p. 68). Os esforços se concentram em compreender a dinâmica dos conflitos e da violência a partir de dois aspectos autônomos e, por muitas vezes, interligados, que envolvem tanto a análise das capacidades, motivações e o exercício da violência direta, quanto o exame dos sintomas da violência substanciados em redes propriamente estruturais, como, por exemplo, as assimetrias econômicas e as desigualdades sociais. Posteriormente, Galtung complementaria ainda o supracitado debate ao incluir uma terceira dimensão de análise, a violência cultural; ou seja, toda a ocorrência da violência direta ou estrutural amparada sob as reproduções culturais (religião, ideologia, crença, arte, etc.) que visam, em última instância, justificar e legitimar o ato/pensamento conflituoso. (RAMSBOTHAM et al., 2005).

Em suma, as três tipologias de violência proposta por Galtung (violência direta, estrutural e cultural) transpõem para além dos efeitos superficiais do conflito no nível das partes, dos objetivos e das consequências, para considerar também os sintomas emitidos pelo o próprio contexto em que o conflito se insere, bem como os fatores que auxiliam na reprodução da violência (MIALL, 2001). Como resultado de tal formulação, Galtung expressa a correlação entre as três tipologias de violência representadas como um triângulo, tendo os seus vértices conectados dentro de um círculo vicioso e exercendo efeito entre si: “na prática, eles se complementam e coexistem, já que muitas vezes a violência estrutural

desemboca em violência direta ou a violência cultural se constitui em violência estrutural e assim por diante” (FERREIRA et al, 2019, p. 71).

Figura 1 – Relação entre os tipos da violência segundo Galtung



Fonte: Galtung, 1990.

Perante essas reflexões e visando abarcar todos os vértices da violência em sua totalidade, Galtung propõe duas tipologias de paz: a ‘paz negativa’ como a ausência da violência direta; e a ‘paz positiva’, que pressupõe a superação da violência direta, mas também estrutural e cultural (RAMSBOTHAM et al., 2005). Hugh Miall (2001) acrescenta ainda um outro olhar explicativo sobre representação da formulação triangular de Galtung, ao acrescentar as variáveis ‘contradição/contexto’ (incompatibilidade de objetivo entre as partes conflitantes), ‘atitudes/memórias’ (as percepções sobre o outro e sobre a si mesmo) e ‘comportamento/relações’ (gestos de conciliação ou hostilidade) nos vértices. Para o autor, contexto, relacionamentos e memórias constituem parte do tecido que ligam as contradições, atitudes e comportamentos na formação dos conflitos, dentro de um pano de fundo mais amplo em termos de tempo e espaço. Sobre tal, Ramsbotham (2005) pontua o seguinte:

Galtung argues that all three components have to be present together in a full conflict. A conflict structure without conflictual attitudes or behaviour is a latent (or structural) one. Galtung sees conflict as a dynamic process in which structure, attitudes and behaviour are constantly changing and influencing one another. As the dynamic develops, it becomes a manifest conflict formation as parties’ interests clash or the relationship they are in becomes oppressive (RAMSBOTHAM, 2005, p. 10).

Ante o exposto, nota-se a recorrência enfática dada por renomados pesquisadores do campo na compreensão da violência em suas múltiplas extensões, tanto no sentido da mitigação da violência direta, como por exemplo, a guerra, os ataques e os genocídios (busca pela paz negativa), assim como a promoção da justiça social em suas profusas esferas (busca pela paz positiva). Em uma visão holística, pode-se afirmar que a violência direta alcança a sua resolução mudando-se o comportamento do conflito, a violência estrutural através da erradicação das contradições e injustiças sociais e a violência cultural mediante a conversão das atitudes e relacionamentos (RAMSBOTHAM, 2005).

O campo dos estudos para paz rejeita concepções deterministas sobre ‘conflito’, como algo inerente às relações sociais, econômicas e políticas e, portanto, o conflito como inevitável; mas, reiteradamente, busca a identificação e compreensão das raízes do problema, o qual a violência se manifesta apenas como um dos sintomas visíveis. Para tal, relaciona os diferentes componentes da resolução de conflitos integrados em fases, separando o debate entre os campos que pretendem a ‘resolução de conflito’ e, em uma visão mais aprofundada, aqueles que presumem a ‘transformação do conflito’ (RAMSBOTHAM, 2005).

1.2. A VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE INTERNACIONAL: GUERRA, CONFLITO E A OPERACIONALIZAÇÃO DA PAZ NA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Para além da dimensão teórica, a ilustração da operacionalização do conceito de paz, primariamente no âmbito da Organização das Nações Unidas, faz-se imprescindível para o vislumbre dos principais esforços e tentativas internacionais ao longo das décadas visando o controle dos conflitos, mas também, e principalmente, para perceber os desenvolvimentos conceituais que acompanharam as operações, refletindo-se acerca das limitações, dilemas e complexidades que envolvem o tema. Dentre os mecanismos mais proeminentes, as Operações de Paz da ONU sintetizam os principais esforços para a paz na esfera internacional.

De forma geral, as Nações Unidas é a organização internacional mais proeminente desde o seu estabelecimento em 1945, no imediato pós-II Guerra Mundial, contando atualmente com a adesão de 193 Estados-membros. As propostas e princípios da organização estão dispostas na Carta das Nações Unidas, sob a premissa máxima da manutenção da ordem

internacional, do ideal de unidade e de ações coletivas para a cooperação em tempos de paz e na guerra (ONU, 1945). Como principal exemplo a ser aqui demonstrado, as OP são instrumentos utilizados pela Organização como alternativa paralela ao seu sistema de segurança coletiva, pressupondo intervenções militares imbuídas por motivos humanitários. O imaginário coletivo criado acerca das operações remete comumente à lembrança dos soldados de capacetes azuis em missões de socorro a países afetados pela violência, em cenários de extrema carência e vulnerabilidade. Tal paisagem direciona a compreensão de um importante aspecto que representa as operações: a presença de forças internacionais em locais onde a paz internacional precisa ser restaurada (BRAGA; MATIJASCIC, 2019).

O desenvolvimento do mecanismo ocorreu de forma paulatina ao longo das décadas desde a sua primeira experiência até a consolidação propriamente do instrumento, passando por variações em objetivos e outros aspectos pormenores, como o uso da força, mas também diante alterações na definição das suas tipologias e taxonomias norteadoras. A primeira experiência motivada por estes princípios ocorreu no ano de 1947 quando a United Nations Truce Supervision Organization (UNTSO) foi estabelecida a partir da presença de militares desarmados para monitorar o cessar das hostilidades entre Israel e Palestina. No entanto, a articulação dessa experiência como um mecanismo definido ocorreu progressivamente² e somente na década de 1990, quando demanda-se mais assiduamente o interesse pela utilização das operações de paz, os conceitos que guiam o referido instrumento passaram a ser melhor articulados (BRAGA; MATIJASCIC, 2019).

As Operações de Paz³ distinguem-se em essência da intervenção militar, outro conhecido mecanismo articulado dentro do sistema de segurança coletiva da ONU. As dissemelhanças encontram-se sobretudo nos princípios que caracterizam cada um dos supracitados mecanismos: enquanto a intervenção militar depreende o uso da força ofensiva,

² Se a década de 1940 marca uma inovação para o uso de militares em períodos de paz, ou de transição para a paz, na década de 1960 tem-se a instituição do Comitê para as Operações de Manutenção da Paz (Special Committee on Peacekeeping Operations) pela Assembleia Geral da ONU, que produziu em 1974 um relatório contendo as normas e direcionamentos norteadores das OP (BRAGA; MATIJASCIC, 2019).

³ O Brasil possui um significativo histórico na contribuição ativa para com as operações de manutenção da paz (peacekeeping) das Nações Unidas desde o seu início. O Estado brasileiro participou ativamente de várias missões, como as de Angola, Líbano, Moçambique e Timor-Leste, além do envio de tropas e observadores militares para outras várias regiões do mundo. Uma das suas mais notáveis participações diz respeito à missão do Haiti, em 2004, em que o exército brasileiro liderou o comando da operação de manutenção da paz no território haitiano. Posteriormente, o General Carlos Alberto dos Santos, presente na missão do Haiti, tornou-se também comandante da força de manutenção da paz coordenada na República Democrática do Congo (conhecida como MONUSCO) em 2013. (FERREIRA, 2020).

as Operações de Paz demandam o consentimento das partes envolvidas, a imparcialidade no uso da força em respeito ao princípio de não intervenção e, por fim, o uso da força somente em situações de legítima defesa (BRAGA; MATIJASCIC, 2019).

Dentro do âmbito operacional das Nações Unidas, representado pelas Operações de Paz, três conceitos são amplamente empregados: *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*. Teorizado por Galtung na década de 70, os conceitos representam uma tentativa de empreender teoricamente as diferentes abordagens à construção da paz em conflitos violentos, sendo apenas posteriormente adotado pela Organização (OLIVEIRA, 2017).

Dessa maneira, o *peacekeeping*, ou a manutenção da paz, objetiva “manter a paz” entre as partes em conflito através da interposição de uma terceira parte entre elas” (OLIVEIRA, 2017, p. 158), pressupondo, em essência, a separação entre as partes beligerantes e o alcance da paz negativa, ou ainda a ausência da violência direta. O *peacemaking*, ou o restabelecimento da paz, por sua vez, “reflete os esforços diplomáticos de negociação de um acordo que tenha um efeito apaziguador e possa ser ratificado pelas partes em conflito” (OLIVEIRA, 2017, p. 158), negociação mediante a ajuda de uma terceira parte ou não, se limitando, novamente, à erradicação da violência direta, através do comprometimento das lideranças envolvidas. Por fim, a última abordagem, *peacebuilding*, ou a construção da paz, reforça uma análise que inclua igualmente as razões da violência estrutural e cultural, e o alcance da paz positiva, de tal forma a integrar as partes envolvidas e reestruturar o ambiente, a partir da identificação das raízes que permitem e perpetuam a violência, para um outro sistema alternativo baseado sob os princípios da paz e do desenvolvimento social (OLIVEIRA, 2017).

Com efeito, a paulatina construção do campo e das reflexões dos estudos de paz caminhou paralelamente à própria atuação da Organização das Nações Unidas. Práticas foram utilizadas, emuladas e modeladas no âmbito da organização conforme ocorria também o amadurecimento do campo teórico que sustenta os Estudos de Paz. Nos anos que regeram o período da Guerra-Fria, observa-se dentro da ONU a exclusiva percepção da paz como a ausência direta de conflitos militares interestatais. De tal forma, o perfil que guiou a resolução das contingências bélicas entre Estados dentro da ONU à referida época ocorreu primariamente através dos mecanismos e operações de *peacekeeping*, em um esforço ao que

Galtung chamaria de paz negativa, ou seja, a erradicação em níveis simbólicos da violência direta e imediata (KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016).

Com o fim da Guerra Fria e da tensão de um conflito bélico iminente entre as superpotências que se alastrara por décadas, a visão da paz como a ausência de conflitos violentos cede espaço para uma nova perspectiva que vislumbresse, além da transmutação da violência direta, elementos que se fazem presente em uma violência estruturalmente ou culturalmente assentada. Essa nova percepção é respaldada pelas contribuições de importantes estudiosos do campo, como Johan Galtung, que a partir da década de 60 já refletia para um olhar mais amplo do conceito da paz, que considerasse igualmente questões de justiça social e do alcance da paz positiva, ou seja, a transmutação da violência direta, estrutural e cultural. Para Galtung (1964), a pesquisa de paz deve abranger além da busca dos ‘meios pacíficos’ de manutenção da paz, propriamente, para incluir a redução da violência conjuntamente à promoção da integração dos atores e/ou grupos envolvidos. Ou seja, o fim da bipolaridade presume a concepção de paz passando de uma visão exclusiva do alcance da paz negativa, mas uma resposta também diante a paz positiva (KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016).

Dessa forma nota-se o amadurecimento dos mecanismos internacionais responsáveis pela contenção e resolução pacífica dos conflitos ao longo dos anos conforme novos dilemas conjunturais emergiram. A década de 1990 assinala uma nova dimensão na composição dos estudos de paz, ao presenciar a multiplicação dos conflitos civis e a emergência de atores não-estatais como potenciais partes beligerantes. Curiosamente, o período pós-Guerra-Fria também ilustra uma ampliação da atuação das Nações Unidas ao que concerne os conflitos internacionais: entre 1989 e 1994 houve a proliferação substancial de conflitos intraestatais, tais como na Somália e no Leste Europeu (KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016). De forma análoga, emerge também a participação colaborativa de distintos atores, como os militares, policiais, diplomatas, ONGs, setores privados de segurança e a sociedade civil, em geral, na contenção e superação dos eventos violentos (OLIVEIRA, 2017). Outro importante marco representado dentro desse recorte temporal foi a prevalência dos princípios liberais com a queda do muro de Berlim ressoando também no campo de estudos de paz:

Com isso, o fim da Guerra Fria definiu uma nova lógica nas relações internacionais, na qual a vitória do modelo capitalista sobre o modelo socialista soviético

possibilitou a consolidação da paz democrática e liberal como o paradigma balizador das atividades da ONU no que concerne à preservação da paz (KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016, p. 139).

O conceito de paz liberal que emerge em meados dos anos 90, com a vitória do liberalismo conduzido pelos Estados Unidos, parte do ideal de que as sociedades democráticas tendem ao pacifismo por possuírem os mecanismos internos necessários à contenção de eventuais conflitos e, no campo internacional, por tornarem as saídas conflituosas comercialmente dispendiosas, já que as sociedades liberais e democráticas são também economias interdependentes. Por conseguinte, solidifica-se a ideia de que a paz liberal, respaldada na democratização e no estímulo à economia de mercado, representa a resposta para os conflitos internacionais contemporâneos. É justamente mediante essa composição ideológica, política e econômica que se torna predominante, que as organizações internacionais vão pautar as suas ações intervencionistas⁴ (KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016).

Em suma, nesse estágio as organizações internacionais vão articular-se diante a lógica do *peacebuilding consensus*, ou o consenso sobre a construção da paz, que significou um diálogo crescente entre as operações de paz contemporâneas intimamente ligadas aos preceitos e valores acordados que presumiam a recém ordem global. Noções de integridade territorial do Estado-nação, reformas econômicas, políticas e sociais passam a ser valores refletidos dentro das Nações Unidas e os seus esforços de paz. Com efeito, os instrumentos da ONU nesse domínio passaram por conversões de forma a integrar o modelo liberal à operacionalização de paz, empenhos perceptíveis, por exemplo, no relatório “Uma Agenda para a paz” (Na Agenda for Peace) de 1992 remetendo uma outra taxonomia para as operações de paz⁵ (KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016).

⁴ A lógica do consenso contemporâneo de construção da paz é pautada diante um conjunto de discursos e práticas, amparados em um acordo comum entre os vários atores internacionais na adoção de estratégias para uma resolução pacífica dos conflitos. Pressupõem um conjunto de métodos como a mediação, a manutenção da paz, a assistência humanitária, às abordagens de prevenção e transformação, entre outros, reunindo múltiplos atores (organizações internacionais, instituições, agências e organizações não governamentais) em um processo também multidimensional. Por fim, como resultado de tal processo, tem-se a projeção da construção da democracia liberal sob os preceitos do mercado livre e da economia globalizada (RICHMOND, 2004).

⁵ Diplomacia preventiva, voltada a impedir o surgimento de conflitos. Promoção da Paz (peacemaking), manutenção da paz (peacekeeping), imposição da paz (peace enforcement) e construção da paz no período pós-conflito (post-conflict peacebuilding) (KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016).

No que concerne à amplificação aos novos diálogos de paz, o paradigma do desenvolvimento também passou a estar presente nas atividades de paz e segurança das Nações Unidas no pós-Guerra Fria, simbolicamente expresso no relatório “Agenda para o desenvolvimento”, de 1994, afirmando-se o desenvolvimento como direito humano fundamental e a própria base para o alcance da paz⁶. O Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD) do mesmo ano também contribuiu expressivamente para a difusão da relação entre desenvolvimento e paz e a conseguinte promoção da segurança humana⁷ (KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016).

Com êxito, se diagnostica a ampliação da percepção da paz e das práticas de *peacebuilding* empregadas no domínio da ONU. Novos relatórios emitidos no seio das Nações Unidas, como “Uma Agenda para a paz” de 1992, “Agenda para o desenvolvimento de 1994 e “O Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD) também de 1994”, auxiliaram em uma nova taxonomia para as operações de paz e na expressiva difusão da relação indispensável entre noções de desenvolvimento e da segurança humana para o fomento da paz (BRAGA; MATIJASIC, 2019).

Essa ampliação permitiu não somente a convergência do conceito de paz às ideias de desenvolvimento e de segurança, mas também a dilação das atividades de *peacebuilding* pelo modelo liberal. Apesar disso, cenários de instabilidade política, de alto grau de violência e transgressão dos direitos humanos continuaram presentes, a despeito da atuação do *peacebuilding* coordenado pelas Nações Unidas em sociedades em conflito⁸, considerando também o fato de que por “muitas vezes, as OP minaram o poder local de construção do próprio caminho de condução a partir de políticas públicas genuinamente domésticas, posto que o padrão de implementação das atividades da ONU é extremamente vertical, linear e liberal” (BRAGA; MATIJASIC, 2019, p. 153).

Presumidamente, esses elementos apontam os constantes dilemas e, portanto, desafios que ainda circundam o campo. Não obstante, a própria conotação da paz, em um mundo continuamente em transformação, está igualmente sujeita às complexidades que a própria dinamicidade impõe. Alguns autores dos estudos para paz debruçam-se sobre a

⁶ Organização das Nações Unidas, 1994, p. 04

⁷ O desenvolvimento humano como fator central para a paz, materializado nas dimensões saúde, economia, alimentação, ambiente, pessoal, comunitária e política (PNUD, 1994, p. 22 – 25)

⁸ À exemplo, o caso de El Salvador, que após a assinatura dos acordos de paz, testemunhou, entre 1990 e 1995, o aumento da taxa de homicídios de 79 para 139 homicídios por cada 100 mil habitantes (MOURA, 2005, p.82).

análise das problemáticas que fomentam a discussão da paz contemporânea. Em uma breve passagem pelos principais estudos críticos da área, chegam-se em algumas possíveis respostas à ineficiência das operações de paz empregadas internacionalmente. Para Blanco (2014), às falhas das operações de paz liberais são sistematizadas mediante quatro categorias: conceituais/teóricas, normativas, políticas e práticas. A reflexão conduzida por Chandler (2013) esboça duas direções distintas: a crítica mediada pelas relações de poder e a crítica mediada pelas relações das ideias. Gomes (2013) traduz a insuficiência da paz em termos liberais através de três distintas óticas: a reformista, a estrutural e a virada local. Dessa forma, observa-se que, a cada argumentação, diferentes prismas são ressaltados como apontamento às falhas e, por conseguinte, são também diferentes os debates que emergem em desenlace. A óptica da virada local será objeto de maior atenção e reflexão no capítulo adiante.

1.3. A VIOLÊNCIA NO NÍVEL DOMÉSTICO: CONFLITOS, A VIOLÊNCIA URBANA E CRIMINALIDADE COMO DESAFIOS À PAZ NO BRASIL

Um debate ainda desafiador para as relações internacionais e as correntes tradicionais de paz diz respeito à apropriação das reflexões sobre a violência perpetuada no nível micro. De fato, a análise da violência no nível doméstico esteve usualmente centralizada no âmbito das relações de segurança nacional, ou seja, no domínio da política interna. Outra questão é que ainda carecem projetos internacionais de *peacebuilding* que tenham como alvo a construção de um ambiente pacífico em cenários de violência predominantemente urbana ou localizada em um determinado território não contestado politicamente.

Essas violências, - que não recaem nas classificações da guerra civil - apesar de concentradas territorialmente na periferia das grandes cidades, refletem cada vez mais um problema de dimensão global visto a sua dispersão em vários outros *locus* em situação análoga (PUREZA; MOURA, 2005). O que substantia para a necessidade de um olhar direcionado ao fenômeno da criminalidade, do narcotráfico e da violência armada no nível doméstico, além do já exposto, são os dados que apontam para as altas taxas de instabilidade e de homicídios pelo uso de armas letais, consideravelmente superiores às taxas de países em situação de formal conflito (FERREIRA, 2020).

Se as relações internacionais, como um campo científico autônomo, desenvolve-se no contexto das sequelas da experiência da I Guerra Mundial - e, sobretudo, diante a

prerrogativa da necessidade de um estudo amplo e sistemático visando atingir o ideal pacifista da ordem sistêmica e das relações minimamente harmônicas entre os atores⁹ -, os estudos de paz, como um campo consequente, precisa se atentar efetivamente às diversas nuances da violência sem restringir-se à parâmetros tipológicos, visando alcançar uma visão irrestrita da paz, como já alertava Galtung.

Dessa forma, justifica-se a imprescindibilidade de uma análise profunda para o fenômeno da violência armada e da criminalidade em contextos inclusive de institucionalizada e formal paz. Os cenários em que predomina esse tipo novo de conflitualidade possuem alguns denominadores comuns: são espaços urbanos, periféricos, marginalizados e com a presença de acentuadas assimetrias econômicas e sociais. Para Puzera e Moura (2005) tal situação espelha uma tendência gradual da urbanização dos conflitos, em uma profunda crise das cidades. Acerca desse feito, os autores elucidam a presente interconexão da dimensão local e internacional do referido conflito:

Sendo conflitos que se tornaram mais visíveis dentro dos limites de um bairro ou de uma favela, as novíssimas guerras são hiper-locais. Mas a sua disseminação e a articulação densa e concreta de muitas das suas dimensões tornam-nas num fenómeno global (PUREZA; MOURA, 2005, p. 15).

O recorte da experiência do Brasil, por exemplo, direciona a importantes reflexões acerca da reprodução e perpetuação da violência em cenários de aparente paz. O maior país do continente sul-americano é caracterizado por sua baixa participação em conflitos internacionais, da mesma forma que também não vivencia nenhum conflito armado declarado. Todavia, possui elevados índices de violência e de insegurança nas cidades, provenientes do embate entre o crime organizado e Estado - índices esses iguais ou ainda superiores aos Estados que vivenciam contextos de guerra ou conflito (MOURA, 2005; FERREIRA, 2020). O Brasil, a despeito da sua identificação enquanto um país pacífico, é

⁹ As pesquisas, temas e práticas que envolvem a área das relações internacionais, como a diplomacia, antecedem em muito ao século XX. No entanto, o desenvolvimento do campo como uma disciplina autônoma e científica ocorre a partir do estabelecimento de marcos institucionais e simbólicos, como a criação da primeira cátedra em Relações Internacionais na Universidade de Gales em Aberystwyth em 1919 e, na década de 1920, das instituições privadas Royal Institute of International Affairs (Chatham House), em Londres, e o Council of Foreign Relations, em Nova Iorque, movidas pelo o objetivo de construção de um estudo com rigor científico para os assuntos internacionais. Devido ao contexto anglo-americano à época, a principal motivação no âmbito das relações internacionais estava amparada na aspiração pela superação da guerra, perante os princípios liberais (MENDES, 2019).

classificado como um dos países mais violentos do mundo “and its citizens, even those not involved in illicit networks, experience the collateral effects of a society with high levels of violence (robbery, homicides, violence against women, etc.), especially those living in poor urban areas (FERREIRA, 2020, p. 01).

Ainda que a criminalidade seja o sintoma mais latente da variável da violência no Brasil contemporâneo, os indícios que apontam para a presença dessa condição crônica na construção do país datam eventos ainda mais antigos¹⁰. Para Sérgio Adorno (1996), tal peculiaridade na sociedade brasileira está fundamentada nas suas determinações estruturais ao longo do tempo, marcada particularmente por uma historicidade social e política da violência. Como denota a história, as sociedades que passaram por experiências revolucionárias lograram conquistar os direitos civis e sociais enquanto direitos políticos, tornando o sistema contratual do ambiente público o espaço para a representatividade e para o acesso pleno aos direitos e deveres. A corporificação da sociedade democrática de direito

¹⁰ O Brasil enquanto colônia foi marcado pela violência e pelo conflito como resultado da repressão imposta e pela reação subsequente. Alguns importantes episódios ilustram esses conflitos internos, como a “Confederação de Tamoyo” (1556-1567), o primeiro movimento organizado indígena contra a ocupação de Portugal na Baía do Rio de Janeiro; a expansão territorial nos séculos XVII e XVIII pelos exploradores portugueses, conhecidos como “bandeirantes”, gerando confrontos com nativos das províncias do Mato Grosso, Bahia e Rio de Janeiro; a Guerra dos Mascates (1710) opondo as elites fundiárias da região e os comerciantes portugueses; a Revolta de Vila Rica (1720) em protesto à distribuição desigual do ouro pelos portugueses e a população de Ouro Preto; e, o movimento separatista mais conhecido, a Inconfidência Mineira (1789), conduzido pela elite intelectual da cidade de Ouro Preto e inspirada nos ideais liberais franceses e na Guerra da Independência dos Estados Unidos. À época do Império, com a proclamação da independência por Dom Pedro I em 1822, grupos separatistas foram novamente reprimidos, como acusam os eventos representados pela Confederação do Equador (1824) em Pernambuco; a Cabanagem (1825-1828) na província de Grão-Pará, na cidade de Belém, uma das revoltas populares mais importantes que contou com a participação de índios, escravos e elites locais; a Farroupilha (1835-1845) no Rio Grande do Sul; a Balaiada no Maranhão (1838-1841); e, em Salvador, a Revolta dos Malês (1835), liderada por escravos mulçumanos, e a Sabinada, pela elite soteropolitana (1837-1838). A nível internacional, o Brasil participou da Guerra da Cisplatina (1825-1828) por disputa territorial contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, atualmente a Argentina e o Uruguai. Outra participação externa sangrenta foi a participação brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870), considerada a maior guerra da América do Sul, através da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) se opondo à invasão do Mato Grosso pelo Paraguai que visava o acesso ao mar (FERREIRA, 2020). Numa rápida passagem pelo Brasil República, observa-se a Revolução Federalista (1893), uma guerra civil gaúcha disputada entre os maragatos (federalistas) e os pica-paus (republicanos); a Revolta da Armada (1891-1894) pela marinha no Rio de Janeiro contrária à centralização do poder pelos governos Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto; e a Guerra dos Canudos (1896-1897) na Bahia, o conflito civil mais violento à época republicana. Além dos conflitos internos, o Brasil foi o único país do continente da América do Sul a se envolver diretamente nas duas grandes guerras. Com uma participação irrisória e tardia na I Guerra Mundial, envolveu-se mais diretamente já na II Guerra Mundial, declarando guerra às Nações do Eixo em agosto de 1942 e apoiando no ano seguinte os Aliados com o seu exército e força aérea contra a Itália e a Alemanha. Estima-se a participação brasileira em 22.000 homens e vitórias relevantes, como a aquisição de Massarosa, Camaione e Monte Prato na Itália (FERREIRA, 2020).

nessas sociedades não as isenta dos conflitos, mas as possibilitam os elementos necessários para a resolução dos contenciosos através da esfera pública.

Embora o processo de modernização estivesse também presente no Brasil, a trajetória político-social brasileira foi moldada por outras estruturas e experiências. Usualmente os espaços do conhecimento narram a historicidade do Brasil a partir do momento de sua invasão pelos lusitanos colonizadores. Ou seja, datam arbitrariamente a trajetória brasileira ante um cenário marcado por profunda violência. Estima-se a existência de centenas de grupos étnicos presentes no território, bem como os seus vastos sistemas de crença e organização social, antes da chegada dos portugueses ao território e a subsequente imposição do sistema de colonização e extração dos recursos naturais brasileiros utilizando-se da subjugação e violência aos indígenas nativos, assim como aos africanos apropriados como mão-de-obra escrava (FERREIRA, 2020).

Ferreira (2020) acrescenta que a violência estrutural do país está arraigada nas relações assimétricas e hierárquicas de poder que foram impostas desde o período colonial entre os lusitanos, os negros e os nativos¹¹, e, portanto, conformam a construção social e demais mazelas do que entendemos hoje como Brasil. A linha demarcatória entre os grupos - hoje assimiladas pela exclusão econômica e social -, e os efeitos psicológicos subjacentes no inconsciente coletivo, perduram na historicidade recente do país (ADORNO, 1996; FERREIRA, 2020; MUNANGA, 1999).

Ademais, a passagem para um regime essencialmente democrático tardou-se a lograr e as principais transformações para a inclusão de um modelo político liberal-democrático esteve quase sempre subjugada à vontade das elites dirigentes, bem como das pressões oriundas das efetivadas sociedades ocidentais capitalistas, como o governo Carter e a política dos direitos humanos. A transição do período monárquico para o período republicano no Brasil não foi genuinamente assimilada pela sociedade como um todo enquanto práticas

¹¹ A apropriação hierárquica dos modelos políticos e culturais da Europa desde o princípio subordinaram e marginalizaram todas as demais manifestações, como as negras e indígenas. Fato este é que a presença negra na América Latina evidentemente contribuiu em vários aspectos nos processos de conformação político-cultural do continente americano, sobretudo no Brasil: a língua portuguesa cotidianamente falada no Brasil possui grande influência das línguas de matrizes africanas, bem como os costumes e expressões como a culinária, as danças, músicas e os sistemas de crenças fazem-se reiteradamente presentes. No entanto, a política do embranquecimento ainda se faz presente de tal forma que predomina-se a sobrevalorização dos aspectos político-cultural europeu e cristão em detrimento das demais influências, como a negra e indígena, que à estas recaem simplesmente a condição de meros aspectos folclóricos ou primitivos da nossa história. (GONZALES, 1988).

políticas convertidas em direitos civis e sociais, mas reproduziu a herança do seu passado colonial, restringindo as atribuições constitucionais às elites dirigentes. Qualquer articulação social, coletiva e urbana na história do país foi duramente reprimida desde o regime monárquico ao novo regime republicano (ADORNO, 1996).

Seguindo o curso da história, a breve experiência de organização democrática e populista nas décadas de 40 e 60 sofreu um hiato com a imposição do regime autoritário ditatorial, marcado por convulsões internas e responsável por inúmeras arbitrariedades e repressão às liberdades civis e políticas¹². Após duas décadas de regime autoritário ditatorial no Brasil (1964-1985), o refazimento da democracia brasileira, simbolicamente representada pela promulgação da Constituição de 1988, instaurou importantes avanços institucionais com reflexos nos setores civis e políticos do país. O princípio da dignidade da pessoa humana e dos seus direitos fundamentais passou a integrar as normas jurídicas do Estado brasileiro, diante a premissa da inalienabilidade ao direito à vida e à integridade física e moral.

No entanto, no que se observa, a consolidação da democracia brasileira em termos institucionais não se materializou efetivamente em intrínsecos princípios do Estado de Direito. Ademais, as práticas autoritárias se mantiveram através da presença das forças armadas e dos seus interesses conservadores na estrutura política, mesmo diante do regime democrático (ADORNO, 1996). As torturas, abusos e violações dos direitos humanos de toda ordem permaneceram, “produto de uma violência endêmica, radicada nas estruturas sociais, enraizada nos costumes, manifesta quer no comportamento de grupos da sociedade civil, quer no dos agentes incumbidos de preservar a ordem pública” (ADORNO, 1996, p. 65).

Com efeito, a década de 80 assinala no Brasil expressivas transformações políticas e socioeconômicas. No campo político, conforme elucidado, a derrocada do regime militar ditatorial possibilitou a progressiva inserção democrática da sociedade brasileira. Já visto diante da perspectiva socioeconômica, tornava-se aparente e acentuada a desigualdade entre

¹² Como a instituição do Ato Institucional n. 5, ou o “AI-5” que suspendeu a Constituição, o Congresso e as legislaturas estaduais, concedeu poderes ditatoriais ao presidente, censurou a mídia e a liberdade de expressão, bem como inseriu a prática da tortura e do exílio aos dissidentes. Frente a esse contexto, guerrilhas urbanas, como a Ação Libertadora Nacional, liderada por Carlos Marighella, o Comando de Libertação Nacional (COLINA), dentre outras, foram duramente reprimidas ao mobilizarem-se para destituir o regime vigente. Conforme denuncia a Human Rights Watch a ditadura militar no Brasil foi responsável por 434 pessoas mortas e cerca de 20.000 torturadas e, segundo a Comissão Nacional da Verdade, avalia-se que o período foi responsável por ao menos 8.350 indígenas mortos direta, ou indiretamente por descasos como o esgotamento e despejos forçados de terra, contágio por doenças infecciosas, prisões, torturas e maus-tratos (FERREIRA, 2020).

as diferentes camadas sociais. Nesse espectro, visualiza-se novamente a variável da violência inferindo sobre a análise da construção da sociedade brasileira: verifica-se justamente durante esse período o aumento substancial de mortes por causas violentas, sobretudo os homicídios atrelados ao uso de armas de fogo e os acidentes de trânsito. Cabe ainda salientar que, referente a essa mesma estatística, o perfil preponderante das vítimas de homicídio foi de indivíduos socioeconomicamente menos favorecidos (SOUZA, 1994). Ainda, estima-se que da década de 1980 até uma cronologia mais recente, mais especificamente o ano de 2014, cerca de 830.000 pessoas foram assassinadas, de acordo o coordenador do Mapa da Violência, o sociólogo Jacobo Waiselfisz (FERREIRA, 2020).

Percebe-se que o contexto-histórico brasileiro em que as desigualdades sociais e a pobreza urbana ganham contornos mais visíveis, apesar do instituído regime democrático, é também o mesmo contexto-histórico em que se torna mais visível a consolidação do crime organizado no país¹³, associado ao roubo e ao narcotráfico¹⁴. O aumento da violência nesse sentido espelha, em primeiro lugar, a crise do Estado. O dinamismo das regiões metropolitanas no Brasil dos anos 80 expõe cruamente mais uma das experiências dúbias da globalização sentida pelas grandes cidades das periferias do sistema, em que se de um lado a ideia do desenvolvimento, da riqueza e do consumo se apresentam, do outro a pobreza, a miséria e a escassez se fazem cada vez mais latentes. (CHESNAIS, 1999).

Jean Claude Chesnais (1999) conduziu um estudo buscando compreender as causas da violência no Brasil na década de 90, constatando uma combinação de fatores presentes que vão desde as acentuadas assimetrias econômicas (e a percepção delas pela sociedade civil através dos meios de comunicação), a busca pela ilegalidade como alternativa ao desemprego, a deficiência das instituições públicas em promover o acesso amplo e de qualidade à educação e a saúde, a precariedade de infraestrutura das cidades e dos transportes públicos, a repressão policial, o fator cultural expresso fundamentalmente através da discriminação social de uma sociedade miscigenada, a explosão demográfica dos anos 50 à

¹³O crime organizado, enquanto fenômeno, tem as suas raízes no Brasil datadas pelo final do século XIX, com o movimento conhecido como “cangaço” no nordeste do país que, liderado por Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, coordenou saques às vilas, fazendas e pequenas cidades. A sua estrutura é marcada pela existência de um grupo armado, sob organização hierárquica e divisão de funções e acendeu em resposta aos “jagunços”, mercenários pagos incumbidos de proteger e expandir os limites da fazenda (FERREIRA, 2020).

¹⁴Nota-se o aumento substancial da criminalidade nos principais centros urbanos brasileiros, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, representado pelo aumento das taxas de homicídio, lesões corporais dolosas, roubos, latrocínios, sequestros, estupros e tráfico de drogas. Do período de 1984 – 1993 registra-se o aumento em 10,1% das participações de crimes violentos no total das ocorrências criminais somente no município de São Paulo (ADORNO, 1996, p. 94).

70 e a globalização como considerável variável na disseminação do narcotráfico. Em um amplo e sucinto cenário, Sérgio Adorno (1996) elucida os principais espaços em que a violência assume forma no Brasil:

Os conflitos decorrentes das diferenças de etnia, classe, gênero, geração, classe foram frequentemente solucionados mediante recurso às formas mais hediondas de violência. Basta lembrar a longa tradição de lutas populares, desde o século XIX, nas diferentes regiões do país, violentamente reprimidas (Adorno, 1988); a sucessão de golpes na estabilidade político-institucional que, no mínimo, comprometem a vigência e continuidade do Estado de Direito; as agressões cometidas silenciosas e cotidianamente no mundo doméstico contra mulheres, velhos e crianças; enfim, a vida nos estabelecimentos de isolamento e de reparação social como sejam manicômios judiciários, prisões, delegacias de polícia, instituições de tutela de crianças e de adolescentes. Em seus mais diversos espaços, disseminam-se na sociedade brasileira formas díspares de violência, carregadas de forte simbolismo, cujos propósitos têm por alvo não apenas reprimir direitos, alguns dos quais inclusive consagrados legalmente, como também conter reivindicações (ADORNO, 1996, p. 48).

Diante o exposto, torna-se visível que a violência no Brasil não representa episódios pontuais e esporádicos, mas parece estar sutilmente enraizada no cerne de uma estrutura ao longo da sua história, em que o autoritarismo político ou a criminalidade seja apenas algumas das suas manifestações. Conforme elucida Ferreira (2020) a história do país é amplamente marcada pela violência direta - pelas rebeliões, revoltas ou conflitos – e pelos profundos traços da violência estrutural e cultural inerentes a um contexto de exploração e desigualdade. Acrescenta ainda que a pobreza, a desigualdade social e a conturbada urbanização são fatores importantes para se entender os elevados índices de homicídios presentes na América Latina, assim como na sociedade brasileira. O Brasil de mais de três décadas após a consolidação do seu sistema político democrático, com todas as suas inerentes características emancipatórias, ainda é o mesmo Brasil que reproduz amplas violações dos direitos humanos e os mais diversos contextos de violência em sua sociedade. Ademais, o aparelho estatal parece apontar apenas para a ponta do *iceberg* do problema, com profundas conexões mais estruturantes nos planos da sociedade e da cultura. (ADORNO, 1996).

Sérgio Adorno (1996), em sua tese “A gestão urbana do medo e da insegurança”, no que introduz as raízes sociais da violência brasileira, propõe alguns possíveis indícios para a compreensão da particularidade brasileira nesse aspecto. Em primeiro lugar, o autor aponta um distanciamento dos direitos políticos e a efetiva conquista dos direitos sociais, uma vez que os direitos políticos conquistados com a experiência democrática não resultaram plenamente no alcance de uma justiça social. A concentração de renda, as disparidades econômicas – e a decorrente exclusão social e violações dos direitos básicos dos seres humanos – fazem-se ainda reiteradamente presentes. O escopo das instituições públicas alude para um segundo fator em sua análise. De acordo com o autor, não há de fato uma coesão estabelecida entre a sociedade brasileira para com as suas instâncias públicas, uma vez que o nível de confiabilidade em relação às ordens que implicam a justiça é bastante baixo.

Por fim, pressupõe-se a máxima da violência no território brasileiro como sintoma último de uma sociedade marcada por traços hierarquicamente autoritários (seja nas relações políticas, de classe ou nas relações sociais cotidianas), mas que possui importantes reflexos nas suas dimensões políticas. Paradoxalmente, o mesmo regime democrático brasileiro de institucionalizada e formal paz, com o seu vasto aparato interno para a promoção dos direitos humanos e a condenação ética e jurídica da violência, é também o regime em que a violência se perpetua através da sociedade e, também, contra ela mesma. A violência direta expressa pela criminalidade e pelas altas taxas de homicídio nas grandes cidades brasileiras (e presente cotidianamente nos imaginários coletivos da população) refletem, em última instância, a representação da violência estrutural e da violência cultural que sedimenta ao longo de décadas as relações sociais, econômicas e políticas do país.

*“Periferias, vielas, cortiços
Você deve tá pensando o que você tem a ver com isso
Desde o início, por ouro e prata
Olha quem morre, então, veja você quem mata
Recebe o mérito, a farda que pratica o mal
Me ver pobre preso ou morto já é cultural
Histórias, registros, escritos
Não é conto, nem fábula, lenda ou mito”*

Racionais MC's - Negro Drama

2. AGENTES LOCAIS E OS ESTUDOS CRÍTICOS PARA A PAZ

Conforme previamente discutido, o campo dos Estudos para a Paz surge a partir da motivação de se investigar sistematicamente o fenômeno da violência para o vislumbre da paz. Com efeito, a década de 60 é marcada pelo significativo crescimento de centros de pesquisas acadêmicas voltadas ao escopo. Sob o plano de fundo da sucessão de guerras no século XX, a maior preocupação dos núcleos girava em torno da reflexão normativa da guerra, sobretudo, diante o olhar crítico que a nova disciplina impunha ao questionar a sua normalidade e recorrência como um instrumento político, implicando factualmente em grandes custos e perdas às sociedades. Dessa forma, a pesquisa para a paz surge amparada em um forte cunho crítico, ao preservar primariamente os interesses sociais, através da percepção normativa da guerra como um problema para a humanidade e, por esse motivo, a necessidade de um estudo rigoroso em alternativa. (FERREIRA, 2017; JUTILA; PEHKONEN; VAYRYNEN, 2015).

Ainda que os Estudos de Paz partilhem da mesma preocupação com o objeto da guerra com outros campos, como as Relações Internacionais e os Estudos Estratégicos, estes últimos centralizaram as suas abordagens primariamente nas reflexões sobre poder e interesse nacional. Em contrapartida, os Estudos de Paz desde o início da disciplina pretenderam a compreensão ampla do conceito de paz para além dos aspectos do sistema internacional, investigando os vários níveis da violência, inclusive também àquelas que ocorrem ao nível das relações dos indivíduos (JUTILA; PEHKONEN; VAYRYNEN, 2015). Oliver P. Richmond (2007) complementa ao debater a construção dos conceitos de guerra e paz nas Relações Internacionais. Enquanto o conceito da guerra está sujeito a uma complexidade argumentativa, a paz é normalmente percebida diante uma condição única. A própria história aponta que o esforço para o alcance da paz esteve atrelado a uma motivação centrada nas dinâmicas de balanço de poder e dos interesses nacionais, de tal forma que muitos convergem com a afirmação de que “a lógica da estratégia permeia tanto a manutenção da paz quanto a guerra” (LUTTWAK, 1987 *apud* RICHMOND, 2007, p. 250).

Seguindo essa lógica de análise, o que os autores apontam é para a noção corporificada da existência da guerra como um fenômeno que tende a um curso natural, mas que pode ser impedido por práticas da comunidade internacional visando o alcance da ordem sistêmica. Por outro lado, a discussão sobre paz frequentemente esteve sob o risco de dois

desfechos: ou à sujeição conceitual restrita para uma visão única e universal ou, ainda, permanecer à mercê da sua própria natureza ontológica subjetiva. A legitimidade e ortodoxia do conceito de paz enquanto a ausência da guerra nas Relações Internacionais, implica um olhar restrito às outras formas de violências tão presentes no mundo contemporâneo. Ainda, a generalização e solidez do conceito de paz ocorre de tal forma que não se pareça fazer necessário a constante articulação de novos debates (RICHMOND, 2007; JUTILA; PEHKONEN; VAYRYNEN, 2015).

Fato é que o campo dos Estudos de Paz, que com a sua criação reivindicava um olhar mais amplo e crítico para essa relação entre a guerra e a paz, dissipou progressivamente o protagonismo de uma agenda inicialmente crítica, sustentada diante a valorização da paz em contraposição a guerra e outras formas de violência, para passar a articular uma estrutura acadêmica que privilegia e preserva uma agenda coordenada por abordagens racionais de solução de problemas, ao passo que também sob os termos dos princípios liberais, onde compreende-se que a paz reflete a condição da ausência de violência declarada: ou seja, da guerra, particularmente entre ou dentro dos Estados. Os primeiros sinais desse conflito acerca dos escopos, objetivos e ferramentas centrais ao se pensar a paz apresentaram-se à disciplina aos anos de 1968 à 1972, período que compreende o aumento substancial de instituições, colocando, de um lado, os que enfatizavam a continuidade do ideal emancipatório da disciplina e, por outro, os que desejavam a atribuição burocrática e solucionadora de problemas, características das ciências técnicas. (JUTILA; PEHKONEN; VAYRYNEN, 2015).

A publicação de ‘An Editorial’ de 1957 por Johan Galtung advertia reiteradamente acerca dos riscos da implementação de discussões puramente taxonômicas sobre o escopo que pouco conduzissem à formulação de hipóteses, proposições ou de políticas efetivas para a paz. Todavia, o que se observa é que ao longo dos anos os principais canais de pesquisas, como o Journal of Peace Research (1964)¹⁵ e o Journal of Conflict Resolution (1957) - canais que nascem apropriados de um repertório crítico - transitaram de uma ciência essencialmente reflexiva, sob o ímpeto da condução de uma agenda metodológica de pesquisa para um mundo mais pacífico, para adquirir o formato de uma ciência com caráter essencialmente

¹⁵ Em uma entrevista publicada em 1994 no jornal Finnish Peace Research Association, Johan Galtung expressa ser necessário esquecer o Journal of Peace Research (JPR), o qual ajudou originalmente a planejar, pois, segundo o autor, o canal de pesquisa teria traído a sua ideia inicial para aproximar-se essencialmente de mais um jornal norte-americano das relações internacionais (JUTILA; PEHKONEN; VAYRYNEN, 2015).

técnico e burocrático. Ainda que se tenha dialogado novos temas emergentes nos *Journal of Peace Research* e o *Journal of Conflict Resolution*, como os conflitos étnicos e religiosos, não havia mudanças significativas na forma como tais assuntos e pesquisas eram conduzidos (JUTILA; PEHKONEN; VAYRYNEN, 2015).

Assim, pesquisadores inclinados às teorias críticas de RI e dos Estudos de Paz propuseram um retorno às origens das contribuições do campo, pretendendo um debate com um olhar mais amplo para as possíveis e diversas conceptualizações da paz, distinguindo-a não mais somente como o polo oposto das guerras convencionais (RICHMOND, 2007). A demanda pelo retorno às abordagens iniciais não nega a necessidade do rigor analítico empreendido, mas expressam também a necessidade conjunta de uma agenda reflexiva que considere os papéis sociais e políticos das profusas experiências cotidianas de violência, “an idea of CPR as an epistemic community that can accommodate a variety of approaches with a shared understanding of the importance of critical reflection, creativity and dialogue” (JUTILA; PEHKONEN; VAYRYNEN, 2015, p. 625).

A teoria crítica nas ciências sociais intenciona alguns pontos. Em primeiro lugar, dialogam com o mundo contemporâneo, do ponto de vista teórico, propondo implicações sociais. Segundo, oferecem um panorama histórico e cultural da própria construção intelectual. Como resultado, em terceiro lugar, isso implica em uma constante revisão das categorias e estruturas conceituais. Por fim, faz-se também necessário o debate com outras obras de explicação social enfatizando e solucionando possíveis pontos cegos. (CALHOUN, 1995 *apud* JUTILA; PEHKONEN; VAYRYNEN, 2015).

Em síntese, os Estudos Críticos de Paz apontam para as implicações sociais e políticas das suas pesquisas, demonstrando como a paz pode ser um conceito contestado e, ainda, que um condicionamento rígido a uma determinada concepção de paz afeta, invariavelmente, as análises realizadas, bem como as políticas escolhidas. Outro adendo é que a regulação da violência (a sua contenção, mitigação ou transformação) dentro de uma sociedade é um problema que se insere em uma análise primariamente política, e não somente técnica. É preciso entendê-la dentro do processo de conformação do Estado-nação e das suas instituições políticas e sociais domésticas, que não ocorreu de forma homogênea nas diferentes partes do globo. As sociedades não integradas e pacificadas durante o processo civilizatório são sociedades em que a violência ainda é um vetor predominante no modo em que funcionam, regulando as suas esferas políticas, econômicas e a vida social-cotidiana em

diferentes níveis comunitários e interpessoais. São variados os sintomas latentes dentro desses contextos. Como exemplo visível, o crime organizado transnacional é um fenômeno concentradamente local dessas sociedades, ao mesmo tempo em que se repercute à nível global. Dessa forma, faz-se cada vez mais necessário repensar a estrutura conceitual que dialoga com a violência, o Estado e a sociedade para intervenções mais efetivas (JUTILA; PEHKONEN; VAYRYNEN, 2015; LEÓN; TÁGER, 2016).

Com efeito, o recorte da experiência da América Latina apresenta alguns importantes direcionamentos a serem ainda plenamente integrados pelos estudos convencionais de paz, especialmente o espectro da criminalidade urbana e as reflexões que surgem em decorrência acerca dos principais motivos pelos os quais a perpetuação incessante da violência armada no cotidiano dessas sociedades não tornou-se roatória suficiente para integração desse cenário, com alto potencial transnacional, nas pesquisas tradicionais de paz. O continente é atribuído internacionalmente como uma zona de paz, a despeito dos constantes conflitos entre as forças armadas e o crime organizado que configuram a região à posição de primeiro lugar no ranking das taxas de homicídios por armas de fogo e em terceiro lugar nas taxas de homicídios gerais (FERREIRA, 2017; JUTILA; PEHKONEN; VAYRYNEN, 2015). Em segundo lugar, os próprios processos convencionais e formais para a paz não erradicaram a violência, como denotam as experiências da Guatemala e de El Salvador (PEARCE, 2016).

A convencional definição de conflito empregue nos documentos das Organizações das Nações Unidas, e apropriadas pelas correntes tradicionais dos Estudos de Paz, consideram o estado de conflito armado mediante a manifestação da violência física direta atrelada à declaração de guerra em sua escala máxima (BRAGA; MATIJASIC, 2019). Ou seja, pressupõe uma ameaça declarada ao Estado, seja proveniente de uma guerra interestatal ou da guerra civil. Entretanto, os dados evidenciam que “for every death from a recognized war, there are nine causalities from gang violence and crime.” (RYAN, 2013 *apud* FERREIRA, 2017, p. 67). Notoriamente, a América Latina não possui significativos registros históricos envolvendo conflitos territoriais se comparado a outras regiões como a Ásia e África. No século XXI, apenas a Colômbia vivenciou um conflito interno de origem armada e mesmo após a assinatura de um acordo de paz em 2016 com a Farc, um dos atores centrais dessa narrativa, outros múltiplos conflitos permaneceram no território sob a articulação de grupos criminais e do Exército de Libertação Nacional (ELN), uma organização de guerrilha colombiana (PEARCE; PEREA, 2019).

Como um todo, a experiência latino-americana aponta para uma outra particularidade em comum da violência suscitada principalmente pelo crime organizado e pelo narcotráfico: “eight countries of Latin America stand out for their levels of extreme’ violence” (PEARCE; PEREA, 2019, p. 02). Dentre esses, somente El Salvador, Guatemala e Colômbia passaram por uma experiência de guerra convencional no século XX. A falta de categorização dessa nova roupagem da violência contemporânea pelas correntes tradicionais aponta para algumas reflexões. Em primeiro lugar, percebe-se o vácuo existente em se teorizar criticamente sobre a paz. Prevalece ainda a ‘teoria da paz democrática’ nas políticas mundiais, que depreende que as sociedades democráticas não conflitam entre si e, ainda que os principais jornais como o Journal of Peace Research e o Journal of Conflict Resolution produzam extensas pesquisas dialogando com a referida teoria, nenhum dos artigos produzidos contemplam análises críticas ante o exposto acerca da violência contemporânea e os seus desafios adjacentes (JUTILA; PEHKONEN; VAYRYNEN, 2015; FERREIRA, 2017). Em segundo, recai o questionamento sobre o que explicaria os altos níveis de violência, que se reproduzem em tempo e espaço no continente ainda que diante a ausência de guerras e, a partir disso, quais as contribuições que tal contexto pode oferecer aos significados e práticas de peacebuilding (PEARCE; PEREA, 2019).

Os Estudos Críticos de Paz recobrem por outros protagonismos, experiências e práticas nos diâmetros da violência, principalmente, ao se pensar os possíveis e diversos caminhos para a paz. As pesquisas partem da premissa de flexibilidade na adaptação dos debates, categorias e estruturas conceituais perante a necessidade de contemplação das particularidades de um dado fenômeno a partir do recorte histórico, econômico, político e cultural que cada contexto particular implica. Uma possibilidade à agenda verticalizada na promoção internacional da paz parte da alteração do foco na guerra e no conflito, sejam eles armados ou não-armados, para um foco direto na violência e as suas múltiplas expressões - proposta que Jenny Pearce (2016) intitula como “The Violence Turn”.

Objetiva-se abranger o campo para debates ainda marginalizados, como aqueles que expressam, por exemplo, a violência em cenários formalmente pacíficos, como no Brasil e em outras realidades latino-americanas. Outra forma de estender a agenda de paz recai em trazer à luz os desempenhos e os papéis ativos de atores não-convencionais, como a agência local (bottom-up), nas suas práticas cotidianas de resiliência e transformação às condições de violência vivenciadas (PEARCE, 2016).

2.1. CRÍTICA E LIMITAÇÕES DA PAZ LIBERAL: A CONFLITUALIDADE VIOLENTA EM SOCIEDADES FORMALMENTE PACÍFICAS

Soma-se ao supracitado debate novas complexidades e novas manifestações da violência ainda pouco integradas nas correntes *mainstream* de paz. O ano de 2010 registra oficialmente no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS-ONU) o crime organizado como potencial ameaça à estabilidade das sociedades. Para Tatiana Moura (2005), a ascensão desse novo tipo de conflitualidade violenta, a qual a autora denomina “novíssimas guerras”, está relacionado com a emergência do crime organizado¹⁶ em cenários de micro-espacos urbanos em países de macro e formal paz.

Conforme denunciam muitas experiências nos grandes polos urbanos localizados na América Latina¹⁷, observam-se nestes contextos uma aparente paz nacional, uma vez que os países em questão não vivenciam um conflito armado ou uma guerra declarada propriamente. São, portanto, ambientes de institucionalizada e formal paz, fora do alcance de intervenção do peacebuilding internacional, que define a paz enquanto a ausência da guerra. Entretanto, são também elevados os índices que remetem à violência direta e à mortalidade causada principalmente pelo uso de armas de fogo, de forma às vezes expressivamente superior aos índices daqueles países que enfrentam um conflito aos moldes tradicionais (MOURA, 2005). À título de ilustração, dos 25 países com as maiores taxas de feminicídio no mundo, 14 estão inseridos no continente; e dos 10 países com as taxas mais elevadas de homicídio de crianças, todos são países latino-americanos, dados estes que não incluem os crimes não reportados ou contabilizados sistematicamente (PEARCE; PEREA, 2019).

Bernardo Arévalo de León e Ana Glenda Táger (2016) postulam um bom início de partida para se pensar o formato de estratégias de peacebuilding e intervenções visando a prevenção do conflito em casos da violência social armada. Passa pela reflexão inicial de

¹⁶ Segundo o artigo 2º da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (2000), um “grupo criminoso organizado” é definido enquanto um grupo de três ou mais pessoas articulando-se em conjunto com o objetivo de cometer um ou mais crimes graves para obtenção direta ou indireta de benefícios materiais e financeiros. Enfatiza-se ainda a possibilidade da organização transnacional em larga escala e com grande dispersão espacial desses grupos (FERREIRA, 2017).

¹⁷ Segundo o Relatório da UNODC (2014), nove dos dez países mais violentos do mundo estão situados na América Latina (PEARCE, 2016). Insolitamente, o Brasil, país não apontado em situação de conflitualidade pelos parâmetros internacionais, registrou, ao longo dos anos 90, entre 9% e 13% das mortes provocadas por armas de fogo no mundo (MOURA, 2005). Apesar da América Latina ser a localidade mais afetada, a África e a Ásia também são acometidas, representadas por rotas de comércios de drogas ilegais e o controle de grupos armados (FERREIRA, 2017).

como uma sociedade pacífica deve parecer e, a partir disso, quais aspectos precisam ser transmutados e quais necessidades devem ser integradas para eliminar a violência das relações sociais, políticas e econômicas de um dado contexto. Observando as boas práticas de sociedades que conseguiram transitar com relativo êxito de uma sociedade que se apropriou do uso extensivo da violência para uma sociedade em que a violência representa um aspecto marginal da vida social, os autores apontam para o processo de civilização que ocorreu na Europa Ocidental como um ponto inicial oportuno para análise.

O que ocorreu nessa região do globo foi um processo paulatino de pacificação interna, amparado no desenvolvimento e fortalecimento de sistemas políticos que legitimava o monopólio do uso da força pela conduta pública e fazia concessões às massas. Dessa forma, nas regiões pacificadas a violência tornou-se residual, marginal e disfuncional. Fora dos diâmetros europeus, no entanto, o processo de formação do Estado-nação ocorreu de forma distinta. Partiu-se da apropriação do sistema Westfaliano, devido a integração desses atores no sistema internacional, mas mediante contextos que passaram a mesclar instituições liberais exógenas e as tradições sociais endógenas, como valores político-culturais e seus níveis de prevalência da violência nas relações políticas e sociais (LEÓN; TÁGER, 2016).

De toda forma, se pensado nos parâmetros do processo civilizatório europeu, o que os autores aludem é que nos casos latino-americanos o processo de pacificação e integração interna não ocorreu devidamente e os setores públicos não estiveram aptos a concentrar efetivamente o monopólio sob o uso da força ou, de legitimar e conduzir adequadamente esse monopólio, que esteve ainda concentrado dentro de um campo de ação que privilegiava o interesse das elites locais. Diante a experiência da América Latina, por exemplo, podemos observar que a correlação da variável violência não representa apenas um aspecto causal, mas o seu uso instrumental esteve e está presente nos incentivos políticos como estratégia de governança, refletindo também perante a debilidade das suas instituições e do seu sistema de Estados-nações (LEÓN; TÁGER, 2016).

Mas vale uma ressalva. A própria constituição da América Latina aponta para um desenvolvimento histórico sustentado diante a violência direta, estrutural e cultural, principalmente aos povos indígenas e africanos escravizados. São cenários em que reiteradamente prevaleceram a subordinação e repressão às massas, encontrando nos regimes ditatoriais nas décadas de 60 à 90 o ápice da manifestação da violência política no continente. O que mudou na América Latina contemporânea, no entanto, foi a natureza do conflito: ainda

que a violência mantenha as mesmas bases de reprodução direta, estrutural e cultural, o plano de fundo atual reflete a criminalidade como o maior sintoma dessa fragmentação. As bases são ainda mais profundas: condensa-se na experiência dos países latino-americanos os históricos dos altos índices de desigualdade econômica, desintegração social, os processos truncados de modernização, bem como questões raciais e de classe. Como resultado, as taxas de insegurança, mortes e violações dos direitos humanos¹⁸ são equivalentes àquelas áreas constatadas oficialmente como em conflito (FERREIRA, 2017). O Brasil, apontado como uma zona de paz, se situa em um dos grandes epicentros do narcotráfico e do crime organizado internacional, como o contrabando de armas, que corroboram para o aumento da criminalidade violenta (ADORNO, 1996).

A complexidade por detrás da ausência da interconexão formal entre as altas taxas de violência e mortalidade e um estado deflagrado de conflito está diretamente relacionado às próprias características que configuram as ‘novíssimas guerras’, tornando pouco perceptível o limiar entre as ditas zonas de paz e as zonas de guerras declaradas: “uma vez que o Estado não é o alvo deliberado dos ataques das facções [...], não pode afirmar-se, à luz dos padrões conceptuais tradicionais, que a cidade ou o país vivam uma guerra” (MOURA, 2005, p. 90). As limitações das vertentes convencionais de paz, eminentemente estado-centradas, corroboram para uma negligência no que se refere às ambivalências criminalidade e paz, tão presentes em sociedades em conflito ou pós-conflito, mas também nas sociedades estabilizadas, liberais e democráticas, “yet, there is an expanding literature that insists that peace research should not neglect the everyday violence seen in South America, a violence caused by organized crime, arms, and drugs trafficking” (FERREIRA, 2017, p. 65).

Se na seara da segurança a perspectiva estatocêntrica é pertinente para captar as nuances que envolvem os conflitos interestatais ou intraestatais, essa mesma perspectiva é falha em compreender em sua totalidade a violência expressa para além da ameaça diretamente deflagrada ao Estado e, por conseguinte, marginaliza-se o potencial efeito de atores não estatais e transnacionais na perpetuação da violência e na ameaça à paz (FERREIRA, 2017). Apesar de destoarem significativamente em objetivo e essência das antigas guerras entre Estados, os novos conflitos armados também são distintos das guerras civis que marcaram o panorama pós-Guerra Fria, seja em causas, motivações, apoio popular e

¹⁸ Segundo o relatório da Human Rights Watch de 2017 mais de 32 mil pessoas são dadas como desaparecidas desde 2006 no México (PEARCE; PEREA, 2019).

violência utilizada, “de facto, nestas novas guerras não é fácil estabelecer na prática a distinção entre o privado e o público, o estatal e o não estatal, o informal e o formal, o que se faz por motivos econômicos ou políticos” (MOURA, 2005, p. 78). A grande questão ressoa no fato de que o crime organizado, estampado pelo narcotráfico, não se opõe e tampouco pretende assumir o lugar do Estado, mas podem compor poderes simultâneos (MOURA, 2005).

Curiosamente, a ascensão do Primeiro Comando da Capital (PCC) no Estado de São Paulo, a maior organização criminosa da América Latina, teve por esses atores a reivindicação de um “governo” para os presídios como motivação inicial, reclamando para si o monopólio do uso da força para que a ordem e a paz fossem instituídas nos presídios e entre os presos. Ainda assim, a consolidação do PCC não se tratou da emergência de um poder “paralelo”, uma vez que a organização não pretendeu, e não pretende, assumir ou inferir no poder do Estado, mas atuou principalmente como um interlocutor e representante dos presidiários na coordenação de demandas internas e dos seus direitos enquanto cidadãos na falha da promoção dessa atribuição pelo Estado (FELTRAN, 2018).

Nesse sentido, algumas características se fazem presentes na nova conflitualidade urbana. Em suma, estão associadas à expansão do crime organizado e do narcotráfico em áreas degradadas e periféricas dos grandes centros urbanos. A combinação de alguns fatores em decorrência se faz presentes na deflagração da violência direta em sua última instância, como a falta de infraestrutura, a exclusão social, a segregação econômica e, somado a isso, a incapacidade do Estado em fornecer respostas (MOURA, 2005). Repara-se a combinação de todos os três vértices da violência articulados por Galtung no supracitado cenário: a violência direta, praticada pelos civis e também contra estes mesmos, mas também os atos perpetrados pela polícia e Estado; a violência estrutural, percebida através das expressivas assimetrias econômicas e da exclusão social decorrente; e, também, a violência cultural, estigmatizada na marginalização de grupos minoritários e presente na memória coletiva acerca da recorrente violência e da debilidade estatal nessas esferas da sociedade. Portanto, faz-se imperioso o pleno alcance da paz positiva nessas sociedades, exemplificada mediante a ausência da violência em suas três dimensões. A seguinte citação elucida com primazia o panorama acima exposto:

A exclusão social encontra -se ligada a muitas das atividades criminais e problemas de violência que estão presentes na nossa região [Américas], incluindo os altos níveis de homicídios, sequestros e outros crimes, além de um desproporcional número de encarceramentos. Diante destas circunstâncias, a exclusão social se torna uma forma de violência estrutural e cultural que impede milhares de pessoas de alcançarem suas realizações pessoais. Esta violência estrutural afeta desproporcionalmente os membros mais vulneráveis da sociedade, tais como mulheres, jovens e minorias étnicas (BLACKWELL; DUARTE, 2014, p. 111-112 *apud* FERREIRA, 2017, p. 41).

Como consequência à falta de enquadramento desses novos tipos de violência a qualquer das convencionais percepções sobre guerra e conflito, tais cenários foram percebidos enquanto informais ou conflitos de baixa intensidade, à margem dos estudos tradicionais de paz e a operacionalização do *peacebuilding*. Johan Galtung já alertava em 1964 sobre os prejuízos de uma visão estrita acerca da violência nas pesquisas de paz: “there is the danger that strict definitions may throw a shadow of Today into Tomorrow, freezing the status quo by tying us to perspectives and dimensions that may be outworn very soon” (GALTUNG, 1964, p. 01). De tal forma, os diálogos e estudos de *peacebuilding* tradicionais são bastante incipientes quando se trata dos reflexos contemporâneos do crime organizado, não intervindo formalmente nesses diâmetros. O que não significa, em contrapartida, que essas novas conflitualidades também não venham igualmente a contribuir para uma instabilidade local, regional e até transnacional, devido à amplitude e o alcance das relações do crime organizado. (FERREIRA, 2017).

Por mais que tal debate convencionalmente parece ressoar distante do campo das relações internacionais, um olhar mais atento, no entanto, reconhece a dispersão cada vez mais transnacional do fenômeno e as complexas redes políticas, econômicas e sociais envolvidas. São atividades criminosas articuladas, a princípio, no nível local, mas que perpassam por intermediários até a transposição das fronteiras nacionais como destinos finais dos produtos ilegais ou dos atos criminosos. Os altos índices de homicídios nessas localidades evidenciam justamente os sintomas de uma cadeia mais ampla de violência, marcada pelas disputas de grupos organizados pelo acesso às rotas e pelo controle de mercado a nível transnacional, circunstância essa que aponta para a necessidade de uma crescente articulação conjunta e igualmente multinacional e, por conseguinte, insuficiente se

percebido unicamente através das lentes estatocêntricas e da segurança nacional. (FERREIRA, 2017). Nesse sentido, os Estudos Críticos da Paz propõem uma revisão que dialogue os vácuos percebidos no campo sistemático de paz em seus diferentes níveis de análise:

Consequentemente, os ECP estão preocupados com a qualidade e natureza da paz não só ao nível do Estado, mas também em termos culturais, sociais, econômicos e políticos, o que abrange desde o sistema internacional, o Estado até à sociedade civil e ao nível local (FERREIRA, 2017, p. 35)

Ao que pese o acima mencionado, críticos pesquisadores da área da paz compreendem a necessidade de expandir a literatura para que experiências como as da América Latina não sejam marginalizadas nos Estudos de Paz, trazendo à luz debates sobre a violência para além dos entornos estatocêntricos. As pesquisas partem do esforço inicial de suscitar o debate sobre o tema, ainda que até o momento não tenha sido desenvolvido uma abordagem teórica que permita o entendimento direto entre o crime organizado e a violência na América Latina. Os desafios que ainda circundam o emergente campo apontam para a predominância do modelo de segurança adotado na região para lidar com tais desvios, eminentemente centrado no domínio do Estado¹⁹ (FERREIRA, 2017).

O panorama da América Latina é particularmente expressivo ao se pensar os desafios que ainda circundam o campo e as práticas de peacebuilding. Sob o olhar das dinâmicas internacionais, o continente resguarda a sua condição de zona pacífica, principalmente porque as poucas guerras civis acometidas na região foram cessadas. Sendo assim, expressa justamente o perigo de concentrar a percepção de paz quando a ausência da guerra e marginalizar debates que apontam para as situações profusas da violência social, armada ou não, e dos altos índices de homicídios reproduzidos cotidianamente. Por fim, enquanto para os atores governamentais e as suas elites a ausência da guerra é condição suficiente para a deflagração da zona de paz, a realidade é que a justiça social é de fato a única alternativa sólida e viável para o seu pleno alcance, tendo em vista as suas verdadeiras raízes; e, sob a

¹⁹No caso da América do Sul, predomina-se a prática da segurança atrelada a protagonização do Estado, devido à três fatores principais: a tradicional definição de soberania e não intervenção externa na condução da formulação de políticas e na doutrina militar; a tradição normativa que privilegia uma governança em termos formais e burocráticos, ao passo que pouco maleáveis para responder de forma efetiva aos novos desafios, como o crime organizado; e, por fim, o vácuo presente na divisão dos papéis das forças de segurança, ou seja, entre a polícia e as forças militares armadas (FERREIRA, 2017).

ausência de uma ação coordenada em termos top-down, a agência local de base caminha para o reconhecimento e movimentação em sentido à mitigação da violência em suas realidades (PEARCE; PEREA, 2019).

Diante tal conjuntura, autores como Jenny Pearce (2016), Bernardo Arévalo de Leon e Ana Glenda Táger (2016) sugerem um novo enquadramento nas práticas e estudos de paz, intitulado “The Violence Turn”, através de uma mudança de eixo e paradigma da centralidade tradicional do peacebuilding sobre a guerra e conflito para um foco na violência e as suas manifestações nas relações humanas: “quando se coloca a violência como fator central de análise, as instituições que giram em torno dela deixam de ser o fim, para serem mais um ator para a sua explicação” (FERREIRA, 2017, p. 43). Portanto, “it means that peace should be centred in society not just the State, and built from the contextualised social spaces and the ‘many peaces’ that are imagined at the grass roots, in democratic dialogue with each other” (PEARCE; PEREA, 2019, p. 06).

Parte-se do entendimento da limitação conceitual do campo, mas também de forma prática, a partir da constatação de que os processos de paz convencionais não culminaram no fim da violência e que novas escalas de conflitualidade permanecem ascendentes. Ainda vale constatar que a violência é um fenômeno eminentemente plural, em suas múltiplas expressões, ao passo que, nem sempre se caracteriza necessariamente por uma deflagração da violência armada. Para Jenny Pearce (2016), ainda que a expansão do campo de peacebuilding para abarcar a criminalidade e a violência social armada seja louvável, tal ampliação ainda pode estar sujeita à sua própria limitação conceitual ao restringir a percepção sobre a violência, nem sempre armada. Acrescenta que:

Operationalising the “violence turn” involves enhancing sensitivity to multiple violences in order to avoid reducing peacebuilding to an expanded but still restricted focus on selected expressions of violence which are categorised as either (armed) political or (armed) non-political. (PEARCE, 2016, p. 01).

O acima exposto perpassa por uma maior sensibilidade na percepção das várias e distintas manifestações da violência, e as suas intersecções, como sendo as próprias fontes da sua autorreprodução no tempo e espaço nos diferentes contextos. De tal forma, a violência social armada, como os conflitos intraestatais e interestatais, se manifesta como um dos vários aspectos possíveis da violência. Refletir o peacebuilding sobre o enfoque geral em

termos de atos e ações que infligem prejuízos, danos, traumas ou inseguranças à outrem, nos vários espaços de socialização, pode ser uma saída a tendência às tradicionais estruturas rígidas do escopo, em que muito presente-se um debate em que há, de certa forma, distinção sobre qual violência importa. O campo e a prática de construção da paz devem, portanto, buscar soluções não apenas para os cenários de guerra e pós-guerra, mas os cenários da violência social reproduzida na ausência de guerra (PEARCE, 2016).

2.2. A VIRADA LOCAL E A PERSPECTIVA BOTTOM-UP

As agendas de pesquisa das relações internacionais historicamente concentraram os esforços de segurança e paz no âmbito das instituições, organizações governamentais e agências estatais, em um movimento em que diretrizes foram, e ainda o são primariamente articuladas e direcionadas em um sentido ‘top-down’, ou seja, de cima para baixo. Para Roger Mac Ginty e Pamina Firchow (2016) essa materialização do se pensar a paz em termos ‘top-down’ foi possível mediante três principais fatores: o poder material dos defensores da paz liberal (capital financeiro, diplomático e militar acumulado), a virada tecnocrática na construção da paz tecnocrática (a influência de articulações tecnocratas e burocráticas) e as restrições presentes academicamente (as relações de poder na construção do conhecimento, das normas e regras sociais).

O primeiro dos fatores, o poder material na promoção da paz liberal, reflete o capital diplomático e financeiro acumulado pelas organizações, internacionais ou regionais, intimamente atrelado à capacidade de orçamento e do alcance da força militar dos Estados provedores e interessados na manutenção e ordenamento do sistema internacional. Fala-se em paz liberal pois constantemente utiliza-se da linguagem e dos princípios do liberalismo no amparo aos processos e intervenções de apoio à paz, bem como “the liberal peace is taken as the most prominent form of internationally sponsored peacemaking and peacebuilding” (GINTY; FIRCHOW, 2016, p. 03). Em suma, as intervenções, enquanto objetivo final, buscam produzir democracias orientadas ao mercado como forma de garantir a própria estabilidade sistêmica.

O segundo fator, a virada tecnocrática na construção da paz, conduz a reflexão do quanto as narrativas de paz e conflito, dos processos de peacebuilding e intervenções de paz, passaram a estar sob a influência de condições tecnocratas. Tecnocracia, por sua vez, nada

mais é do que “the privileging of bureaucratic processes and rationales over competitor processes and rationales” (GINTY; FIRCHOW, 2016, p. 04). A burocratização é sensivelmente percebida conforme a linguagem corporativa passa a estar presente na condução das atividades do terceiro setor, como aspectos de profissionalização, padronização dos procedimentos operacionais e adoção do aprimoramento na busca de boas práticas (best practice).

Tal fato implica a construção de sistemas de coleta de informações, relatórios e modelos padronizados em um mundo arquitetado à frente dos Estados e suas organizações, análises essas sintetizadas através de seus órgãos especializados adjacentes. Isso resulta, muitas vezes, na conformação da construção da paz intimamente atrelada à construção do Estado, que, por ora, oscila entre ser o problema, mas também a própria solução; enquanto as alternativas paralelas são categorizadas como disfuncionais. Por fim, a tecnocracia influencia não somente como a informação é coletada, mas também como ela passa a ser sistematizada, conduzida e descrita através desses processos de padronização. Se por um lado a tecnocracia contribui para uma uniformização e categorização das análises e prescrições, possibilitando mecanismos de comparação entre os casos, por outro afasta a possibilidade de fundamentações mais subjetivas, particulares e paralelas. (GINTY; FIRCHOW, 2016).

Por fim, o último fator reforça o papel fundamental exercido dentro das instituições acadêmicas, não somente como respeitável corpo na coleção e do reporte da informação, mas essencialmente por meio da sua autoridade na construção do conhecimento, das normas e regras sociais. De forma similar, a academia obedece a critérios metodológicos que permitem a padronização e, portanto, as conversões e diálogos baseados em critérios científicos. As restrições acadêmicas, elencadas por Mac Ginty e Firchow (2016), não remetem a uma crítica direta à coleta organizada e sistemática das informações, mas às implicações indissociáveis das relações de poder na elaboração do conhecimento e das normas. E esse ponto é fundamental para uma íntima compreensão dos aportes, princípios e normas que tradicionalmente guiaram a consolidação dos estudos de paz, bem como a categorização e a análise de conflitos.

De tal forma, dada a predominância do norte global na elaboração e disseminação do conhecimento acadêmico, e percebendo-se ainda a natureza elitista da própria academia, testemunhou-se cada vez mais o distanciamento daqueles dissertando acerca do conflito para aqueles que de fato vivenciam o conflito (MAC GINTY; FIRCHOW, 2016). Os benefícios de

uma linguagem universal para as reflexões de paz e conflito torna comparações possíveis, ao passo que também deparam-se com perdas significativas das particularidades sociais, políticas, econômicas e culturais em dado contexto de análise. Ou seja, de todos os significados localmente importantes para a compreensão e transmutação dos conflitos. (MAC GINTY; FIRCHOW, 2016). A chave central em relação a compreensão da preeminência das narrativas de cima para baixo, fortemente influenciada pela convergência dos três supracitados fatores, está o fato de que são os atores ‘top-down’ são aqueles que geralmente detêm o poder de escrever a narrativa dos conflitos e das suas transições:

Crucially, these top-down narratives (from media sources, academics, policy makers, national elites, military and humanitarian spokespeople, and the like) can over-write the everyday narratives that people in conflict-affected areas use to describe their own reality” (MAC GINTY; FIRCHOW, 2016, p. 06).

Ademais, tais abordagens em termos ‘top-down’ frequentemente demonstraram suas próprias limitações aparentes do ponto de vista normativo, mas também estratégico. A maioria dos esforços em acordos de pacificação ao redor do mundo foram negociados em bolhas ocidentais, seguindo também as racionalidades do norte, com poucas elites locais envolvidas e que, na maior parte, representavam demandas controversas que favoreciam apenas aos próprios círculos eleitorais, tais quais os casos de Cyprus (1974 e 2004), Israel/Palestina (1992), Bósnia (1995), Kosovo (1998) e Afeganistão (2001), entre outros (MAC GINTY; RICHMOND, 2013). Também são notórios pela crítica:

The problems identified in the critique range from unstable political settlements in Bosnia, violent resistance in Cambodia and Afghanistan, mounting legitimacy crises of international administrations, and the recurrence of violence or increasing volatility of the ‘negative peace’ in places like Kosovo and Iraq, accompanied by the polarisation of certain factions of society excluded from politics by external actors (RANDAZZO, 2016, p. 02).

Sob esses termos, advoga-se uma demanda crescente por narrativas plurais e diversas. Como uma das possíveis respostas, emerge em meados dos anos 2000 uma racionalidade pautada sobre a emancipação do local (‘a virada local’), abordagem essa fortemente

influenciada pelas teorias críticas, pós-estruturais, pós-coloniais, construtivistas e também por arranjos alternativos como a sociologia e a etnografia. O desejo de repensar a construção da paz de baixo para cima tem como premissa básica o reconhecimento das lacunas da governança da agenda verticalizada de cima para baixo, repensando a importância da agência local e de outras narrativas para múltiplas ontologias da paz (RANDAZZO, 2016).

‘The local turn’, ou a virada local, está inserida dentro das abordagens críticas dos estudos de paz e conflito. Todavia, apesar dos seus progressivos avanços, ainda se defronta com obstáculos, principalmente por estar situada à margem das ortodoxias que dominam os estudos e práticas da paz. (MAC GINTY; RICHMOND, 2013). Renomados pesquisadores do campo, como Oliver P. Richmond e Roger Mac Ginty, defendem uma virada na conceptualização e prática da paz, com intuito de reconhecer os limites da paz liberal, bem como a desestabilização do seu paradigma hegemônico a partir da emergência, contribuição e emancipação de atores locais.

These critiques of the liberal peace seek to imagine what Richmond calls an ‘emancipatory peace’, and a new ‘critical agenda for peace’ that can allow the emergence of the forces of the ‘everyday’ and of a form of emancipatory governance centred on ‘the solidarity of the governed’. (RANDAZZO, 2016, p. 01)

Pamina Firchow (2018) acrescenta que a virada local demonstra a sensibilidade pela inclusão das narrativas particulares das sociedades afetadas pelo conflito na articulação das estratégias de peacebuilding. Através de uma pesquisa de campo e a realização de grupos focais em quatro comunidades na Uganda e na Colômbia - todas com histórias de violência e análises demográficas similares, mas sob diferentes graus de intervenção externa no pós-conflito -, Pamina investiga o impacto, a efetividade e as limitações das iniciativas articuladas a partir da agência local.

No experimento, os participantes foram indagados sobre as suas percepções de paz e os resultados foram diversos: a capacidade de andar livre pelas ruas, dormir seguramente, ter acesso a água potável, o desenvolvimento de estrada, dentre outros. A partir da categorização das respostas alcançadas em categorias mais amplas, como segurança, direitos humanos e desenvolvimento, comparou-se com as medidas conduzidas pelos atores externos na implementação dos programas de peacebuilding em tais comunidades. Como resultado,

buscando entender o porquê que frequentemente essas intervenções falharam, constatou-se uma enorme distância entre as prioridades e necessidades locais em relação às medidas que foram conduzidas através da intervenção externa.

De tal forma, a virada local é reiteradamente vista como uma afronta à própria paz liberal. As principais críticas direcionadas ao movimento da emancipação do local na construção da paz remontam à uma afirmação de ser essa uma tentativa irrealista de tentar promover a paz em ambientes com instituições locais fracas, corruptas ou disfuncionais e, para tanto, ser necessário a construção de instituições liberais para ser então possível pensar a paz. Supõe-se a máxima do liberalismo político como um objetivo universal a ser alcançado. Muitas vezes também apontam que não existe propriamente um ‘local’ real, já que o mundo está cada vez mais globalizado e conectado em redes. (MAC GINTY; RICHMOND, 2013).

Pensar sobre a posição do local no contexto das políticas internacionais de paz faz-se cada vez mais urgente, apesar de ambas as perspectivas locais e internacionais parecerem destoar sobre o que acreditam ser a paz e também qual a melhor forma de alcançá-la. Ainda, dentro da agenda crítica de paz, as perspectivas variam conforme a extensão, foco e alcance das metodologias empregadas. Todavia, observa-se em todas essas perspectivas críticas o esforço comum em alternativa à lógica hegemônica ‘top-down’ de promoção da paz aos moldes liberais, pela interpretação e problematização das lacunas visualizadas nessa premissa ortodoxa. Os segmentos mais críticos concordam que o projeto de paz liberal atuou às custas de uma compreensão mais honesta e sutil dos problemas oriundos dos conflitos, resultando muitas vezes em um agravamento das condições econômicas e de segurança e comprometendo ainda mais as dinâmicas domésticas (RANDAZZO, 2016). O campo e práticas de peacebuilding quando coordenadas pela análise histórica, sociológica e política, não somente como processos de intervenção ou projetos, tendem a considerar as experiências micro e macro em harmonia (PEARCE; PEREA, 2019).

2.3. O CONCEITO DE PAZ COTIDIANA (EVERYDAY PEACE) E FORMAÇÃO DA PAZ (PEACE FORMATION)

Partindo do pressuposto de que a violência exprime contextos de vulnerabilidade para além das formas convencionais de guerra e do alcance integral da abordagem tecnocrata

favorecida pela maioria das instituições internacionais, faz-se imprescindível repensar os processos de peacebuilding, e suas questões adjacentes, à luz dos atores locais e as suas práticas cotidianas para a paz. A virada local nos processos de construção de paz espelha uma maior sensibilidade às práticas comunitárias na investigação das raízes estruturais dos seus próprios problemas, assim como das suas próprias percepções de paz, culminando na soma de pequenas solidariedades locais que podem indicar esforços para iniciativas e relacionamentos pacíficos (DUTTA; ADZENGE; WALKLING, 2016). De forma geral, a paz cotidiana (Everyday Peace), como indicador ou metodologia, é examinada sob variados ângulos pelos autores nos Estudos Críticos de Paz, mas especialmente retratam os esforços locais e comunitários visando o alcance da paz.

Assim como os estudos de paz reclamam em suas abordagens à multidisciplinaridade, a metodologia igualmente demanda a interconexão entre campos de estudos, como a sociologia, psicologia social e a antropologia, com o objetivo de integração das áreas sociais para um olhar mais humano, ao passo que também conectado às dinâmicas mais objetivas que impelem às RIs nas abordagens de paz e conflito. Contudo, ao protagonizar outros atores, além dos Estados e das Organizações Internacionais, reforçam o ideal por uma agenda construtiva, em que as práticas sociais e comunitárias são também levadas em conta. Outrossim, contesta-se a exclusividade de uma expertise exógena nos diálogos para a paz e a ideia conseguinte de que os atores locais ocupam o papel de vítimas passivas de um contexto de violência e vulnerabilidade, para incluir os aspectos do informal e do intuitivo das zonas de colaboração e negociação local (MAC GINTY, 2014).

Tal mecanismo, sob as lentes das civilidades cotidianas interpessoais e intergrupais, questiona e possibilita novas interpretações às relações de poder, legitimidade e responsabilidade, frequentemente atribuída pelas Relações Internacionais aos Estados e às instituições formais. As RIs raramente consideraram o hiper-local em suas análises; na verdade as perspectivas teóricas tradicionais do campo priorizaram níveis de análises que não perpassam pelas esferas da vida cotidiana. O que é evidente, em contrapartida, é que as inseguranças percebidas pelo local conectam-se com contextos políticos e econômicos muito além das suas imediações. Atribui-se, assim, com o conceito de Everyday Peace, a importância da casa, do local e das suas imediações nas percepções sobre segurança e insegurança (MAC GINTY, 2019).

Ademais, se o local é parte constitutiva do internacional, torna-se prudente o olhar mais atento para as práticas que envolvem o cotidiano na agenda dos debates internacionais: o local, as ordens políticas híbridas e a resiliência (MAC GINTY, 2014). O componente crítico da referida estratégia parte da proposta inovadora ao se pensar a construção da paz, desafiando a sua concepção principalmente como resposta à guerra declarada e que falha em perceber o amplo e profuso espectro da violência que pode ser manifestada cotidianamente (DUTTA; ADZENGE; WALKLING, 2016).

A imprescindibilidade da agência local na articulação de uma consciência genuína por cooperação e tolerância mútua pode ser percebida mesmo quando acordos de paz são firmados pelas elites locais e, ainda assim, as diferenças intercomunais persistem, como apontam as experiências do Líbano e da Irlanda do Norte (MAC GINTY, 2014). Isso pode indicar que, possivelmente, sem a mudança das estruturas culturais e estruturais que sustentam as hostilidades, pouco avanço concreto ocorrerá mesmo após a assinatura de compromissos formais. Portanto, cabe a reflexão de que a violência em massa, antes de se materializar diretamente, passa por uma gradual estruturação de outras formas violentas de segregação e constituição de uma imagem que possibilita e legitima os atos hostis. Destarte, “everyday peace connects with debates on resilience and the ability of individuals and communities to cope with stressful situations” (MAC GINTY, 2014, p. 550).

Mac Ginty (2014) em sua análise utiliza-se do cenário das sociedades em que as clivagens sociais prevalecem, atravessando até mesmo o âmbito das instituições e das partes políticas, para contextualização do alcance da paz cotidiana. Por vezes, a consequência visível e imediata desse processo das sociedades profundamente divididas reflete na segregação política e cultural desses grupos, quando não a violência expressamente direta, e por essa razão os diferentes grupos sociais empreendem-se de técnicas no cotidiano, essencialmente diplomáticas e informais, para mitigação dos atritos e desavenças sujeitas pela convivência. O autor confere à prática uma possível tipologia, expressas a seguir: evasão (evitar, por exemplo, situações e debates sensíveis, ou ainda revelar sobre crenças pessoais); ambigüidade (não declarar filiação a um grupo específico); polidez ritualizada (um conjunto de modos comportamentais visando não ofender o outro); denúncia (uma forma de identificação e categorização social, onde os indivíduos verificam a afiliação do outro conforme os seus estereótipos); e adiamento da culpa (atribuição da culpa dentro do próprio

grupo aos indivíduos tidos como desviantes, de forma a manter as boas relações intercomunais).

Acrescenta ainda que o método da paz cotidiana se assenta fundamentalmente diante de três premissas. Primeiramente, assume a condição de fluidez do mundo social. Ainda que a rigidez das fronteiras e das identidades seja predominante para caracterizar as sociedades que passam por algum processo de cisão, um olhar mais atento reflete que, ainda dentro dessas sociedades, existem níveis de relações dentro e entre os grupos sociais. Assim, é possível observar maior flexibilidade ou resistência em áreas de negociação, adaptação, resistência e agência. Em segundo lugar, pressupõe a heterogeneidade dos grupos, comumente percebidos como homogêneos. Isso quer dizer que a identificação de um indivíduo ao meio em que pertence passa por uma variação em intensidade perante a sua noção pessoal de afiliação. Por fim, em terceiro lugar, enfatiza a importância dos fatores ambientais. As práticas que remetem à paz cotidiana somente ocorrem em cenários em que há de alguma forma o contato entre os grupos, podendo ocorrer episodicamente ou, ainda, clandestinamente, desde que não haja a violência direta deflagrada ou uma separação física entre as comunidades (como a separação de Israel dos povos palestinos pela construção de um muro) (MAC GINTY, 2014).

Entre as principais críticas postas pela sua análise, Mac Ginty (2014) reforça que, ainda que a paz cotidiana tenha o potencial de apaziguar um conflito através das normas implícitas e intuitivas para a coexistência entre os distintos grupos sociais, da mesma forma, possui a capacidade de reforçá-lo, ao reafirmar a existência de um conflito pela generalização da imagem do “outro” como antagônica de si. Embora considere-se que a metodologia possui notáveis contribuições para os estudos de paz, as suas práticas limitam-se em grande medida a administrar o conflito, ao invés de transformá-lo, já que as condições locais em que se encontram não são suficientes para acessar as condicionantes estruturais, internacionais e transnacionais que sustentam o conflito.

Ainda, a metodologia é altamente dependente do contexto e, portanto, há limites de onde e como pode operar. Soma-se ao supracitado debate as relações de poder presentes na sociedade e os riscos de uma civilidade em um contexto em que um grupo pode dispor de maior influência, enquanto o outro sujeito a maior discriminação étnico-religiosa e desigualdade política e econômica. Por fim, outra crítica relevante diz respeito à consideração de que a agenda faz parte de uma política rasa que corrobora para a condição de resiliência ao

invés de transmutação dessas clivagens sociais. O autor incorpora, no entanto, que as discussões correntes presentes nas agendas da paz cotidiana evitam cair na reprodução da resiliência, mas reforçam as capacidades das agências locais para a inovação e a possibilidade de transformação do conflito (MAC GINTY, 2014).

Outrossim, para Dutta, Adzenge, Walkling (2016) o conceito reincidente sobre as práticas da paz positiva, dos direitos humanos e da transformação dos conflitos. Os autores baseiam-se sob as abordagens críticas e as existentes literaturas que enfocam na educação para a paz, argumentando que a paz cotidiana reflete as práticas negociadas entre a escala micro e a escala macro, uma vez que envolvem um engajamento crítico para produzir a paz positiva no nível local, ao mesmo tempo tendo por base as forças globais e transnacionais que implicam nos vários conflitos ao redor do mundo. Para os autores, a mudança de uma cultura de violência para uma cultura de paz envolve, impreterivelmente, uma alteração das forças estruturais e dos relacionamentos sociais existentes. Destarte, dada as particularidades históricas, políticas, culturais e socioeconômicas entre as distintas sociedades existentes, são também distintas e variadas as concepções atribuídas sobre o significado de paz para cada uma dessas sociedades. Nesse contexto, a educação e a autoconsciência desenvolvem um papel fundamental na transformação do conflito. (LEDERACH, 1995 apud MAC GINTY, 2014).

Assim, projetos como Everyday Peace Indicators²⁰, coordenados por Pamina Firchow e Roger Mac Ginty, configuram uma investigação coletiva das noções de paz em específicos contextos, a partir de pesquisas que envolvem a ação participativa sobre os problemas comunitários. A estratégia atua justamente diante da investigação coletiva para a construção de percepções sobre segurança e insegurança a partir de suas vidas cotidianas, sensíveis ao conjunto de significados sociais, políticos e culturais para os grupos envolvidos em comunidades que estão vivenciando ou vivenciaram algum conflito ou intervenção para construção de paz. Curiosamente, os grupos focais conduzidos por esse projeto, particularmente na África do Sul, Uganda e Zimbábue, não identificaram correlações diretas entre as percepções localizadas sobre segurança e insegurança, de um lado, e as estruturas

²⁰A abordagem de pesquisa do Everyday Peace Indicators investiga indicadores alternativos bottom-up de paz e como essas informações podem ser integradas de forma significativa aos processos políticos. Emprega-se uma abordagem indutiva e participativa para a geração de indicadores a fim de medir conceitos como a paz. O EPI é baseado na premissa de que as comunidades locais estão em melhor posição para identificar mudanças em suas próprias circunstâncias, em vez de depender de "especialistas" externos para identificar indicadores para elas. Disponível em: <https://everydaypeaceindicators.org/> Acesso em: 24/02/2021.

internacionais e transnacionais do outro; mas o que se percebe numa análise mais profunda é que, de fato, as situações locais são conectadas com dinâmicas políticas e econômicas muito mais amplas (MAC GINTY, 2019).

Com efeito, os grupos focais mencionaram aspectos intimamente locais ao discutir paz e segurança em termos do cotidiano (em termos de criminalidade, corrupção e desenvolvimento), mas em um senso altamente localizado, incôscios dos fatores econômicos e políticos mais amplos que largamente os sustentam. Destarte, cada sociedade apresenta um perfil particular da violência que é moldado pelos padrões das relações socioeconômicas e políticas, apresentando-se, por conseguinte, em diferentes intensidades e domínios da vida social. Isso levanta questionamentos importantes para as relações internacionais: como o local, e por extensão o cotidiano, estão conectados com o internacional e o transnacional? (MAC GINTY, 2019; LEÓN; TÁGER, 2016).

O projeto Everyday Peace Indicator propõe uma abordagem analítica, intitulada como circuito, que pretende conectar o local e o não local nas relações internacionais. Objetiva-se a partir de tal abordagem a interseccionalidade dos vários níveis de análises que usualmente são realizados isoladamente, e por reiteradas vezes sob uma hierarquia implícita de superioridade às dinâmicas internacionais e centrais sobre o local, periférico ou doméstico. São cinco premissas acerca da abordagem: denota movimento; sugere uma infraestrutura em que pessoas, práticas e ideias podem circular; requer agência em sua construção e operação, portanto também de decisões autônomas ou deliberadas; possui várias camadas, podendo ser mais aberta ou fechada; e a multiplicidade dos tipos de circuitos que permitem investigar as diferentes estruturas e processos que compõem os complexos sistemas. Como resultado, a metodologia permite perceber como um aspecto aparentemente localizado está conectado a um conjunto de interesses globais muito mais profusos, conectando fatores locais e estruturais/exógenos e formando complexos sistemas de relações que interligam o cotidiano e o vernacular

Mac Ginty (2014) complementa que a ferramenta tem o potencial de alavancar como um fenômeno político mais amplo para impactar qualitativamente nos estudos sobre paz e conflito, conectando-se com o que Richmond (2013) atribui como ‘Peace Formation’: um conjunto de relacionamentos e processos em redes em que os agentes locais são os atores ativos nos processos de resolução das contingências e da construção da paz, através das suas próprias experiências. Expressa um *continuum* de ações que permeiam desde práticas

instintivas de sobrevivência até uma postura diplomática mais ambiciosa e proativa ao desafiar a própria normativa e clivagem em que se sustenta o conflito e as relações entre os grupos (MAC GINTY, 2014).

Nesse sentido, o Peace Formation sintetiza os esforços de construção de paz em diferentes escalas, reconciliando as normas e instituições internacionais com a legitimidade das práticas locais. A abordagem considera a emancipação dos atores locais no reconhecimento dos seus próprios problemas, com base nas particularidades dos seus contextos históricos e sociais, mas operando à luz das estruturas internacionais de poder - ainda que não sejam prescritamente restringidos por elas. Dessa forma, implica necessariamente a dissociação das hierarquias de poder tradicionalmente impostas entre os âmbitos internacionais e locais na construção da paz, para abranger modelos de integração mais amplos que considerem os interesses, identidades e necessidades de todos os atores, sejam eles estatais ou não-estatais (RICHMOND, 2013).

Historicamente, a sociedade civil e os movimentos sociais, em redes formais ou informais, se mobilizaram para superar coletivamente dilemas sociais diversos. Por esse motivo, o Peace Formation reclama por uma transição pós-liberal nas discussões de paz, onde as instituições e normas internacionais estejam aptas a dialogar com diferentes atores, diminuindo assim a dependência das negociações restringidas no domínio das elites. A abordagem reúne uma série de conceitos preexistentes, como resolução de conflitos e construção de paz, mas transpassa ao considerar todos os atores transversais e transnacionais envolvidos na transmutação do conflito, seja ele de caráter político, econômico, social ou no âmbito da segurança. Em suma, a paz é percebida e construída localmente, mas apoiada internacionalmente: “peace formation represents a phenomena of convergence between the western, rational–legal state, and more local and socio historical processes of peacemaking” (RICHMOND, 2013, p. 283).

Richmond (2013) considera a inevitabilidade à tendência racional-legal em um mundo composto por Estados, mediado por organizações internacionais e pautado em princípios de proteção à democracia e aos direitos humanos, como previstos pelo modelo liberal de promoção da paz. No entanto, reitera que cada comunidade possui a sua própria percepção das nuances locais a serem integradas visando o pleno alcance da justiça social, e muitas vezes o fazem instintivamente considerando que as principais instituições encarregadas de encobrir a ordem social pareçam distantes das suas realidades. Por esse motivo, os agentes

locais de formação da paz usualmente buscam desenvolver relações externas com doadores internacionais envolvidos em ações de paz, visando alternativas viáveis de articulação. Por fim, prioriza a sociedade e a comunidade ao invés do Estado ou as dinâmicas de mercado, resultando em consensos sociais ao invés de competição política. Para Mac Ginty, “everyday peace or Diplomacy could contribute to peace formation through the development of new modes of intergroup activity or stripping away at dominant narratives of conflict (MAC GINTY, 2014, p. 560).

As práticas e experiências que compreendem a paz cotidiana abrem caminhos ao se pensar espaços alternativos para a formação da paz, propondo uma alteração de paradigma de um projeto de paz exclusivamente liberal para uma possibilidade de um projeto híbrido composto por agências transversais: “many are versed in western understandings of peacebuilding and the role of the state as well as conflict resolution within society, but they are also founded on localized praxis of peace and development” (RICHMOND, 2013, p. 281). Para Dutta, Adzenge e Walkling (2016) a paz híbrida concilia a produção da paz no nível local, enquanto também em confluência com os processos globais e macro-sociais. Ambas as abordagens demonstram a necessidade de uma maior maleabilidade ao se pensar a paz, violência e os seus reflexos, tendo em vista o recorte histórico, social, político, econômico e cultural em que tais dinâmicas se fazem presentes. Transpondo para a experiência brasileira, marcada por uma intensa assimetria econômica e social, e uma violência predominantemente estrutural, a experiência do Instituto Favela da Paz parece apontar para essa sensibilidade de um projeto que em muito se assemelha-se ao conceito de Richmond de Peace Formation.

*“A favela nunca foi reduto de marginal
Só tem gente humilde marginalizada
E essa verdade não sai no jornal
A favela é um problema social”*

Bezerra da Silva - Eu sou favela

3. AGENTES BOTTOM-UP NA PROMOÇÃO DA PAZ E MITIGAÇÃO DA VIOLÊNCIA: O CASO DO INSTITUTO FAVELA DA PAZ

A partir da análise do caso brasileiro verifica-se a imprescindibilidade de se estabelecer uma maior atenção aos diálogos sobre a desigualdade e a sua mútua associação com a violência, seja através dos próprios sintomas de desigualdade, seja através da violência direta associada. Além da própria condição da estratificação social, a desigualdade no Brasil se materializa através da sua invariável relação com a violência, em que a criminalidade atua crucialmente como “sintomas de inseguranças humanas mais profundas decorrentes do subdesenvolvimento e da falta de oportunidades econômicas (...)” (BATTERSBY E SIRACUSA, 2009, p.123 *apud* FERREIRA, 2019, p. 276). Quando não diretamente envolvidos com o crime organizado ou com a perpetração da violência, são justamente os indivíduos situados nas periferias os alvos mais suscetíveis a sofrerem com a violência urbana cotidiana das grandes cidades (SOUZA, 1994). Por isso, a análise da violência estrutural busca compreender os arranjos sociais, seja das organizações políticas ou econômicas, que posicionam os indivíduos ou populações em situação de vulnerabilidade (HENKEMAN, 2016, p. 08 *apud* FERREIRA, 2019).

No cerne da questão, as mudanças demográficas verificadas no Brasil e no mundo direcionam o debate acerca da relação da compatibilidade entre a urbanização e a violência. O aumento demográfico mundial das áreas urbanas no início do século XXI, superando as populações rurais, defronta-se por muitas vezes com uma capacidade reduzida do Estado em prover infraestrutura e condições socioeconômicas básicas para as necessidades humanas, principalmente àqueles historicamente marginalizados. Sendo assim, o aumento da violência nesse sentido espelha, em primeiro lugar, a crise do Estado. A análise mediada pelo Banco Mundial em um estudo envolvendo 50 países corrobora com essa premissa, ao identificar uma correlação positiva entre as taxas de homicídios nas cidades e o ritmo anual de urbanização (NOWAK, 2012, p. 02 *apud* FERREIRA, 2020, p. 04). Com efeito, o substancial aumento populacional em espaços de urbanização desenfreada possibilita o desenvolvimento de núcleos de pobreza e de redes econômicas informais (FERREIRA, 2020).

O Brasil, o maior país da América Latina, reafirma essa tendência às elevadas clivagens na distribuição de renda, bem como a presença dos altos níveis de pobreza em seu território. Barros, Henrique e Mendonça (2000) afirmam ser essa uma condição histórica de

injustiça social pautada na marginalização de grupos ao acesso à políticas públicas direcionadas à proteção da dignidade humana e à inclusão econômica e social. São diversos os indicadores analíticos que atestam essa condição da desigualdade arraigada na sociedade brasileira, especialmente os índices de evolução da estrutura da distribuição dos padrões de vida, os índices de pobreza e indigência e os índices de apropriação de renda dos indivíduos e das famílias brasileiras. Como resultado da pesquisa, a partir de levantamentos empíricos e estatísticos, os autores averiguaram que o Brasil não pode ser resumido à condição de pobreza, ainda que se comparado às demais nações equivalentes internacionalmente. Todavia, o diagnóstico brasileiro reafirma para o *status* de um país altamente desigual, em que a riqueza concentrada contrasta expressivamente com a pobreza urbana, associada a parcela significativa da sociedade privada ao acesso de padrões mínimos de qualidade de vida condizente com as referências sociais de cada contexto.

A pobreza, quando relacionada à insuficiência de renda, atende principalmente a dois determinantes de análise: a escassez agregada de recursos e a má distribuição destes. Portanto, para avaliar se o problema do Brasil reside na limitação dos recursos existentes, infere-se o exame da renda média e do padrão de consumo médio das famílias brasileiras, estabelecendo posteriormente análises comparativas com outros países. Referente aos dados de 1998, estima-se que cerca de 14% da população brasileira (21 milhões) inseriram-se em famílias com renda inferior à linha de indigência; e 33% (50 milhões) em famílias com renda inferior à linha de pobreza. Conforme Relatório de desenvolvimento humano de 1999, o Brasil, apesar de ser um país composto por uma população abrangentemente pobre, não se pontua entre os mais pobres do mundo, ainda que se comparados com países com renda per capita similar²¹ (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

Sugere-se, então, que a problemática da pobreza no Brasil é determinada pela má alocação dos recursos existentes, provenientes da concentração de renda. Isso se reafirma na medida em que se verifica a renda média brasileira sendo expressivamente superior à linha de pobreza: a renda média dos 10% mais ricos equivale a 28 vezes a renda média dos 40% mais pobres, referente ao mesmo período de 1998. Avaliando em parâmetros da desigualdade mundial associada em níveis de renda per capita, segundo o Relatório de Desenvolvimento

²¹ Averigua-se que aproximadamente 77% da população mundial esteja inserida em países com renda per capita inferior à do Brasil. Para análises comparativas entre o Brasil e países com renda per capita similar, estima-se que, enquanto no Brasil, a população pobre representa 30% da população, nos demais países esse valor equivale a menos de 10% (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

Humano, apenas 8% da sociedade brasileira deveria ser pobre, o que, nesse caso, representaria a escassez agregada de recursos. Todavia, o Brasil se distancia em 22 pontos percentuais do valor estipulado pelos parâmetros internacionais: “um valor que coloca o Brasil como um país distante de qualquer padrão reconhecível, no cenário internacional, como razoável em termos de justiça distributiva” (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

Especificamente em relação à concentração de renda, a Curva de Lorenz é um dos mecanismos atuais mais significativos para a amostra da desigualdade vista a relação entre os rendimentos de um país e a sua população. O Índice de Gini, indicador de desigualdade decorrente, é um instrumento que avalia o grau de concentração de renda a partir da diferença entre os rendimentos dos grupos mais pobres e os mais ricos de um país, servindo como importante indicador para comparações internacionais. Segundo dados do Banco Mundial de 2020, referente a esse indicador, o Brasil ainda se configura como um dos países mais desiguais do mundo em face à distribuição de renda entre a sua população, sendo que, em 2019, 1% da população brasileira ganhava o equivalente a 34 vezes ao menor rendimento calculado²². Em face à desigualdade racial, ao longo dos anos de 2012 a 2019 o rendimento per capita médio da população negra permaneceu metade do averiguado em relação a população branca²³ (IBGE, 2020).

Em suma, as análises indicam que, apesar das flutuações macroeconômicas e os progressos na contenção à pobreza nos últimos 50 anos, a desigualdade de renda no Brasil apresentou uma particular estabilidade, figurando-se ao longo das décadas entre um dos mais elevados do mundo. É nesse sentido que as difusas periferias nas cidades brasileiras refletem as contradições das amplas desigualdades sociais reproduzidas no espaço. (BARROS, 2012; BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000). As favelas, “consideradas a expressão das mazelas do crescimento urbano não planejado e do aumento da pobreza urbana” (OJIMA, 2007, 345) incluem justamente àqueles mais vulneráveis social e ambientalmente, sendo que “quando analisadas sistematicamente, essas áreas revelam ligações importantes entre o

²² O índice de Gini do rendimento domiciliar per capita do Brasil foi de 0,543 para o ano de 2019. Acrescenta-se que quanto maior essa área, maior a desigualdade e o Gini, que varia de 0 (perfeita igualdade) a 1 (desigualdade máxima (IBGE, 2020).

²³ No ano de 2019, o rendimento médio da população preta e parda configurou-se em R\$ 981 e em R\$ 1.948 para a população branca (IBGE, 2020).

território e redes em múltiplas escalas de agentes e os processos heterogêneos, (SANTOS; POLIDORI; PERES; SARAIVA, 2017, p. 440).

O relatório ‘Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira’ de 2020’, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é um importante veículo para o desenho do acima exposto. Os dados apontaram que a estrutura socioeconômica brasileira, historicamente centrada na exploração extensiva dos recursos naturais e humanos pelo modelo primário-exportador, propiciou a formação de um sistema em que se tinha como característica básica a formação da concentração de renda no território. Assim, as atividades produtivas e a inserção laboral no modelo de desenvolvimento brasileiro contribuíram fundamentalmente para a reprodução das desigualdades sociais no país, marcado ainda hoje pelas baixas remunerações e altas taxas de informalidade no mercado de trabalho²⁴. Estima-se que aproximadamente 39,3 milhões de brasileiros (41,6% da população ocupada) estiveram alocados em modalidades de emprego sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, conta própria não contribuinte, empregador não contribuinte e trabalhador familiar auxiliar no ano de 2019 (IBGE, 2020).

Ademais, a desigualdade é evidente quando evidenciado às análises a partir dos estratos sociais, como de gênero e de cor ou raça. Em relação ao ano de 2019, o nível de ocupação masculina foi de 65,5%, enquanto o das mulheres representaram cerca de 46,1%. A segregação racial é expressa se observado às áreas de ocupações laborais, sendo a presença dos pretos ou pardos mais acentuada nas atividades de Agropecuária (62,7%), na Construção (65,2%) e nos Serviços domésticos (66,6%), enquanto as pessoas de cor ou raça branca ocupam predominantemente as áreas da informação, financeira, administração pública, educação, saúde e serviços sociais. Diante a avaliação financeira, constata-se que cerca de 11,8% da população brasileira sobrevive com o valor de 1/4 de salário mínimo per capita mensal (cerca de R\$ 250) e quase 30% com até 1/2 salário mínimo per capita (R\$ 499) (IBGE, 2020).

Em cenários de profunda desintegração social, portanto, percebe-se a relação positiva entre os aspectos da desigualdade e a maximização da violência. Quando diante da privação das necessidades básicas dos indivíduos, e frente a incapacidade do Estado em fornecer

²⁴ A informalidade demonstra ser uma constante no Brasil se analisado em vista dos resultados do ano de 2018 (41,5%) para o ano de 2019 (41,6%), com a predominância da população preta ou parda em serviços informais em todo o território se comparado à população branca (IBGE, 2020).

políticas públicas que assegurem a proteção e a dignidade humana, as estruturas de governança informais, como as redes do crime organizado, emergem como estímulo ao vácuo de poder percebido nessas zonas de violência predominantemente estrutural, para além dos seus efeitos imediatos e diretos ou culturais. Ou seja, a presença inadequada do Estado abre caminhos para o surgimento de economias ilícitas, como o comércio de drogas e até mesmo a governança criminal que, por sua vez, aproveitam-se dessas mesmas estruturas para reproduzir um novo ciclo de violência e instabilidades (FERREIRA, 2019; FERREIRA, 2021).

3.1. PERIFERIZAÇÃO, POBREZA E EXCLUSÃO TERRITORIAL

As cidades são notórios espaços de socialização que regem as sociedades humanas há pelo menos 5 mil anos. Em uma análise da historicidade recente, a produção espacial das cidades e os seus fluxos estiveram condicionadas às dinâmicas de mercado, em um mundo previsto por redes urbanas globais cada vez mais interligadas. Outro importante aspecto remete ao fato de que, desde fins do século XX, a população mundial é classificada enquanto predominantemente urbana. Nesse contexto, os intensos processos de desenvolvimento tecnológico e de infraestrutura das megalópoles, especialmente os dos países em desenvolvimento, contrastam com a formação de difusos núcleos de pobreza urbana que, por sua vez, situam-se à margem das principais atividades sociais e econômicas inerentes à ordem das metrópoles (SANTOS; POLIDORI; PERES; SARAIVA, 2017).

Ao mesmo tempo em que se verifica o crescimento interno das cidades, realizado através do aumento da densidade - verticalizada ou não -, também se certifica o crescimento externo para áreas naturais até então não urbanizadas. Esse movimento expansivo das cidades ocorre respaldada pelo desenvolvimento das principais atividades urbanas em áreas estratégicas, permeadas por redes de infraestrutura, enquanto nas áreas periféricas ou em situação de informalidade, prevalece o acesso precário aos serviços gerais das cidades e também a ação especulativa imobiliária, uma vez que essas áreas atuam como potenciais reservas futuras para o mercado, onde atores privados adquirem terras sob ocupação irregular a preços significativamente reduzidos e “nas quais as populações pobres permanecem, enquanto a valorização do seu entorno não justifica sua remoção” (SANTOS; POLIDORI; PERES; SARAIVA, 2017, p. 440)

O fenômeno das periferias globais, característico de cidades diversas como São Paulo, Cairo, Nova Délhi, Cidade do Cabo, dentre inúmeras outras, compreendem uma das faces da globalização vistas pelas lentes do Terceiro Mundo. Em tese, reproduzem regiões alheias ao capitalismo financeirizado “e, principalmente, à distância permanente dos meios de produção necessários para sua autonomia, apresentando graves contradições sociais” (SANTOS; POLIDORI; PERES; SARAIVA, 2017, p. 432). Conforme relatório emitido pelo Programa de Assentamentos Humanos da ONU (UN-Habitat, 2014), considera-se que aproximadamente 881 milhões de pessoas, ou 30% das populações urbanas dos países em desenvolvimento, residem em favelas, com estimativas futuras previstas alcançando cerca de 3 bilhões de pessoas, ou 60%, até 2050.

Formas de urbanização precária como vistas nos subúrbios dos Estados Unidos, nos territórios urbano-rurais densamente populosos conhecidos como *desakota* na Ásia, assim como as periferias características da América Latina, encontram nas formas de segregação socioespacial, representados pelas contradições e divisões internas das cidades, os elementos em comum entre si. (LUCCI; BHATKAL; KHAN, 2017; SANTOS; POLIDORI; PERES; SARAIVA, 2017)

A constituição urbana latino-americana no contexto da globalização exprime características importantes que integram os desenvolvimentos econômicos na referida discussão. A região presenciou um processo de urbanização interna ligada aos ciclos econômicos e sociais do último século, em que os seletos incentivos em infraestrutura estiveram direcionados aos setores estratégicos e afluentes ao desenvolvimento, marcadamente a partir da década de 80 com a intensificação das redes de globalização e a apropriação da agenda neoliberal SANTOS; POLIDORI; PERES; SARAIVA, 2017; BORGES; ROCHA, 2004).

Apesar do dinamismo na geração de empregos que acompanhou o processo, o mercado formal não foi capaz de absorver em sua totalidade o contingente populacional que se formava nas cidades, tampouco o Estado esteve apto a prover na mesma proporção os investimentos nas áreas de infraestrutura e logística. Combina-se permanentemente nesse contexto a estruturação das cidades guiada por mecanismos mercadológicos formais, mas sobretudo informais, em que aspectos do direito à cidade e do “bem-estar urbano” atingem parcela restrita da população, ao passo que, aos demais indivíduos, recai o acesso precário,

irregular ou clandestino à terra, à habitação e à cidade (SANTOS; POLIDORI; PERES; SARAIVA, 2017; BORGES; ROCHA, 2004).

Com o objetivo de entender a recorrência do fenômeno urbano da periferização - ou seja, o crescimento das periferias - nas cidades latino-americanas, Barros (2012) observa as fragmentações sociais atreladas ao crescimento espacial desigual na região. O autor pondera que a rápida urbanização dos países latino-americanos avaliada entre as décadas de 1960 e 1970, acompanhando o deslocamento das populações rurais para os centros urbanos, desencadeou inevitavelmente a expansão das fronteiras das cidades e a formação de assentamentos periféricos, visando alocar o contingente populacional de baixa renda que se formava. No entanto, as taxas relativas à densidade populacional e o influxo migratório começam a demonstrar sinais de extenuação a partir da década de 1980, não sendo estes mais os típicos problemas urbanos nesses pólos, mas sim, a despeito disso, o padrão espacial de crescimento contínuo da ampliação dos limites das periferias das grandes metrópoles nas décadas seguintes.

No Brasil, a periferização assumiu maior visibilidade a partir da década de 1980, quando as famílias residentes em favelas aumentaram a taxas superiores do que as relativas à população total. Embora seja um problema de dimensões antigas, remontando suas origens em meados do século XIX, o problema da precarização habitacional anteriormente representado pelos cortiços foi transferido contemporaneamente para os mangues, morros e outros terrenos ainda pouco valorizados pelo mercado formal. É ao longo do século XX, em face da intensificação do processo de urbanização, que as favelas vão ganhar notória expressividade ao redor do Brasil como a opção mais viável de habitação para as populações de baixa renda (CARDOSO, 2017). Frente ao século XXI, sabe-se que as favelas, ou os assentamentos irregulares, são questões viscerais nas capitais brasileiras, mas também nas cidades de médio e pequeno porte. Como afirmam Pasternak e D'Ottaviano (2016):

A questão das favelas assume hoje uma dimensão histórica sem precedentes na história do Brasil. Dados do Censo de 2010 mostram que o número de brasileiros vivendo nessas condições passou de 6,5 milhões no ano 2000 para 11,4 milhões em 2010, distribuídos em 6.329 aglomerados subnormais situados em 323 municípios; 88% desses domicílios estão concentrados em 20 grandes cidades (PASTERNAK; D'OTTAVIANO, 2016, p.77)

Com efeito, entre 1980 e 1991, as taxas dos domicílios totais do país cresceram 3,08% ao ano, enquanto os domicílios em favelas cresceram 8,18% anuais. O mesmo se afere em relação a década de 1990, em que os domicílios totais cresceram 0,88% ao ano, ao passo que nas favelas a taxa anual de 4,18%. Novamente, entre 2000 e 2010, a taxa total dos domicílios brasileiros cresceu em 0,57% e a dos residentes em favelas em 6,93%, representando neste último ano de 2010 cerca de 3.224.529 domicílios em aglomerados subnormais (PASTERNAK; D'OTTAVIANO, 2016).

Para Cardoso (2007), de forma a entender genuinamente o processo de periferização no Brasil, mais importante do que as noções clássicas de intensificação da urbanização atrelada a migração urbano-rural, se faz necessária a compreensão do modelo de desenvolvimento econômico predominante na formação do país, característico pela elevada concentração de renda e pela desigualdade social como inevitável consequência. De fato, as assimetrias sociais são uma constante na análise histórica brasileira, agravada pela precarização e informalidade do trabalho, fazendo com que seja restrita a população com acesso aos recursos, serviços e às possibilidades formais e seguras de moradia. Acrescenta-se ainda, “a incapacidade do poder público em realizar investimentos em infraestruturas urbanas e em ampliar a sua capacidade de regulação do mercado fundiário e imobiliário” (CARDOSO, 2007, p. 222). Sobretudo, essa questão reflete um problema social, evidenciando que a desigualdade e a produção do espaço se compõem e se afetam mutuamente.

Os debates sobre periferias e os seus desdobramentos no Brasil são demasiadamente profusos. Para além das costumeiras associações entre o território e as suas carências, ou ainda a distinção empregue entre “favelados” (o mundo do crime) e a “sociedade de bem” (o mundo social), que corroboram para o estigma da marginalização e separatividade entre as classes, a presente pesquisa se restringe ao entendimento das fronteiras políticas na demarcação das periferias, assim como a análise da compatibilidade entre a privação econômica e social na reprodução da violência estrutural no tempo e espaço. Compartilha-se da mesma linha de pensamento abordada por Gabriel Feltran (2008), que reconhece na sociedade brasileira - altamente hierárquica -, a divisão política, econômica e social entre os dois mundos e, portanto, estando constantemente sujeita ao conflito.

3.2. AS FRONTEIRAS POLÍTICAS NA DEMARCAÇÃO DA PERIFERIA E A VIOLÊNCIA URBANA MATERIALIZADA: A CIDADE DE SÃO PAULO

A cidade de São Paulo, a maior metrópole da América do Sul, espelha com primazia o retrato da urbanização do Brasil e os seus desafios adjacentes, assim como a tentativa das elites brasileiras na inserção na ordem global a partir da região metropolitana paulistana como centro motor da economia nacional. Efetivamente, o processo de conformação urbana de São Paulo acompanhou os desdobramentos econômicos e industriais na região. Em princípio, a expansão cafeeira do século XIX possibilitou a construção de ferrovias, o estabelecimento de sedes bancárias e a construção de habitações para os fazendeiros que se interessavam não somente na produção, mas também na comercialização do café. Novamente a cidade de São Paulo recebe o enfoque para o desenvolvimento econômico brasileiro, agora como importante vetor da industrialização que demandava, por conseguinte, maiores esforços para a consolidação da sua estrutura urbana (LEME, 2003).

Estima-se que entre 1907 e 1919 a indústria paulista concentrava cerca de 31% da produção nacional, passando nas décadas seguintes a estimular uma melhoria qualitativa em prol a diversificação para incluir setores mais dinâmicos, como os bens de produção. A crise do café de 1929 e a revolução de 30 são acontecimentos simbólicos para o país e para a cidade de São Paulo, pois representaram uma mudança no eixo dinâmico da economia brasileira, voltada até então para a atividade agrícola pautada na exportação, para conceder crescente relevância ao desenvolvimento da atividade industrial: “os investimentos do governo federal, nos anos 30, para o desenvolvimento industrial, resultaram na concentração no Estado de São Paulo da maior parte dos estabelecimentos industriais da produção e do pessoal ocupado” (LEME, 2003, p. 26). Nesse sentido, rodovias foram criadas a partir dos anos 50 visando integrar São Paulo ao restante do território nacional (LEME, 2003).

Diante disso, a capital paulista recebeu um contingente de milhões de imigrantes estrangeiros e rurais para compor a mão-de-obra entre as décadas de 1950 até 1980²⁵. O processo de segregação socioespacial, que se inaugurou no século XIX, foi sendo progressivamente acentuado à medida que o crescimento populacional se deflagrava no século XX e que novas locações de indústrias e residências eram abertas obedecendo à lógica

²⁵ Em um espaço de 30 anos, referente às décadas de 1950 a 1980, a região metropolitana de São paulo saltou de 2,6 milhões para 12,5 milhões de habitantes (FELTRAN, 2020)

especulativa do valor agregado sobre a terra. Na prática, isso significou a abertura de novos centros em áreas estratégicas, estimulando o adensamento das populações de baixa renda nas regiões mais afastadas. No decurso das primeiras décadas do século XX, as moradias de baixa renda eram configuradas pelo aluguel de casas, em especial os cortiços. Com o avanço do período industrial, as novas formas de habitação se tornaram características pela autoconstrução, sobretudo a partir dos anos 60, visando superar a moradia por aluguel. Com efeito, o perfil das habitações periféricas em São Paulo até meados dos anos 80 era composto marcadamente por famílias católicas ligadas aos trabalhadores das fábricas (LEME, 2003; FELTRAN, 2020).

Observa-se nesse período dois importantes eixos de transformação na cidade: primeiro, a verticalização do centro e, por conseguinte, a expulsão das famílias de baixa renda para as áreas mais periféricas da cidade; e, em segundo, o aprimoramento do sistema de transportes coletivos, em particular o sistema de ônibus. Se por um lado o transporte por ônibus viabilizou o deslocamento diário da população, por outro, o instituiu de forma bastante precária em termos de deslocamento, tempo e segurança. O padrão de segregação se reafirmava à medida em que os investimentos públicos ou os serviços privados eram direcionados especialmente ao abastecimento da parte rica da cidade. O que diferenciava o centro e a periferia no decorrer do século XX, portanto, era justamente a sua própria estrutura urbana, demarcada em aspectos de infraestrutura, saneamento básico e transporte público (LEME, 2003).

O período do “milagre econômico” nos anos 70 foi refletido na cidade de São Paulo a partir da desconcentração da indústria e a sua reestruturação produtiva em direção ao interior do Estado, mas mantendo os centros de decisões ligadas à região metropolitana. A distribuição das atividades produtivas ligadas a grandes empresas foi possível mediante o aperfeiçoamento de infraestrutura, como redes de transporte e de energia, e buscava-se dessa forma garantir uma maior competitividade externa. Adjunto a isso, observa-se a implementação dos processos de modernização e a implementação de novas tecnologias que ampliaram a atividade industrial, sem dessa forma induzir necessariamente a cooptação de mais trabalhadores. Como resultado, ocorreu significativa redução do emprego nas indústrias, principal atividade laboral no período, entre os anos de 1989 e 1996. Nesse último ano, segundo a Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP/1996), as empresas consideradas de grande porte (alocando mais de 500 empregados) correspondiam somente a 7,3% das

indústrias paulistas e respondiam por mais da metade do valor agregado na área na cidade de São Paulo (58,2%) (LEME, 2003).

Em vista da precarização dos vínculos empregatícios e do grande contingente populacional que se formava na cidade de São Paulo, Maria Cristina Leme (2003) nota que a informalidade ganhava cada vez mais proeminência como alternativa no mercado de trabalho urbano. Os serviços autônomos ou as atividades sem registro formal institucionalizaram o comércio de rua. Até hoje, a informalidade é uma característica perene não somente na região metropolitana de São Paulo, quanto no Brasil, estimando que cerca de 39,3 milhões de brasileiros estejam inscritos no mercado informal, o que corresponde a quase metade da população ocupada (41,6%) referente ao ano de 2019 (IBGE, 2020). Por fim, outra alternativa à informalidade de emprego, na ausência de oportunidades formais, foi o ingresso de indivíduos em redes criminosas, ao que posteriormente se consolidaria em organizações complexas do crime organizado.

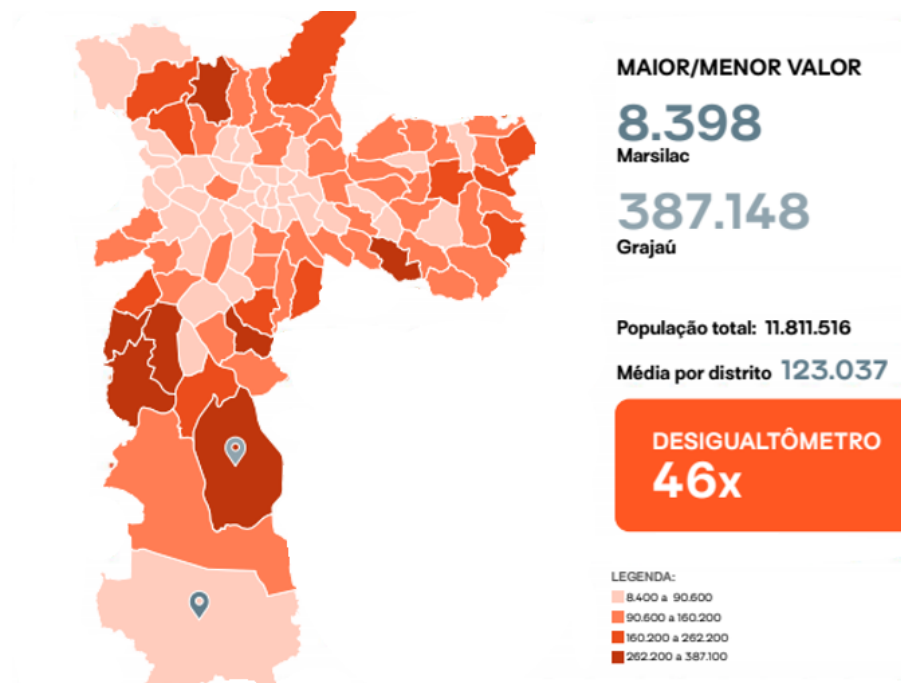
No Brasil, os principais eventos na década de 1990 marcam a tentativa de reestruturação econômica doméstica, com a implantação do Plano Real em 1994, e os projetos de modernização para incluir-se na nova agenda neoliberal global. Internamente, os níveis de desemprego chegaram a atingir 22% na região metropolitana de São Paulo e as rotas ilegais de droga - a cocaína pelas vias amazônicas e a maconha pelo Paraguai - chegavam às periferias da capital, reproduzindo em decorrência exorbitantes ciclos de violência²⁶. Com efeito, “... a informalização dos mercados e as altíssimas taxas de lucro das atividades ilegais elevaram os índices de criminalidade violenta” (FELTRAN, 2012, p. 238). Pela primeira vez na história do país, grupos historicamente marginalizados, como pobres e negros restringidos às favelas, puderam faturar vultosas quantias de dinheiro a partir do comércio ilegal que se tornava a máxima local (FELTRAN, 2020).

De fato, o retrato urbanístico de São Paulo concentra a periferização e a violência em demasia como grandes dilemas contemporâneos. A urbanização na região metropolitana obedeceu os parâmetros convencionais de crescimento urbano atrelado à ampliação das suas periferias, ao que se verifica as migrações intraurbana para direções mais periféricas na década de 80, particularmente as regiões situadas no extremo sul, leste, norte e oeste em mais de 2,3 milhões de habitantes (71%), evidenciando a mobilização da população mais carente

²⁶ Entre 1960 e 1995 a taxa de homicídio aumentou de 9.6 para 186.7 a cada 100.000 habitantes, um aumento de 1.800% (FELTRAN, 2020).

em direção às regiões mais precárias e, portanto, alheias aos principais investimentos público e privado, conforme ilustrado na Figura 02.

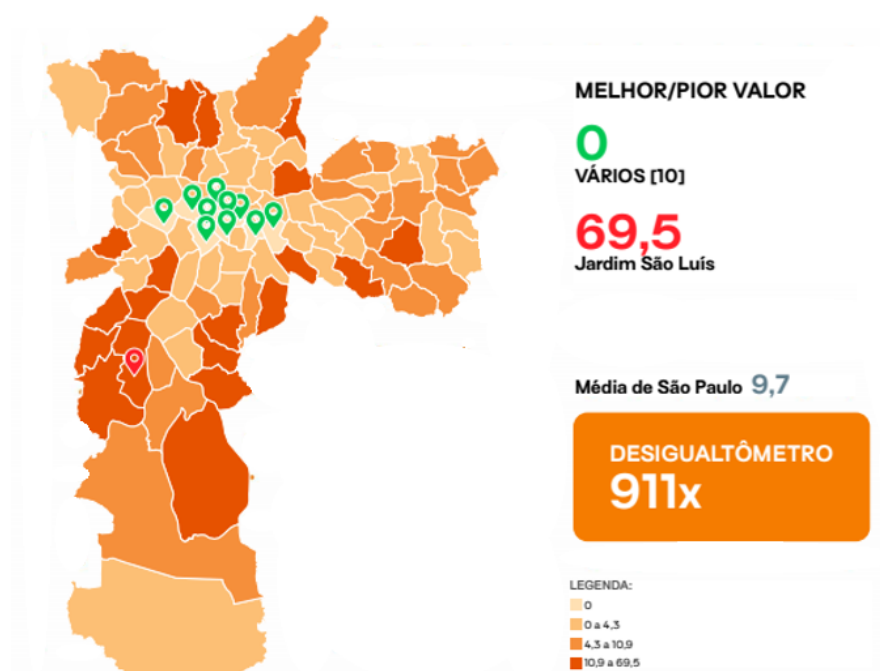
Figura 02 - Distribuição da população na cidade de São Paulo em 2019



Fonte: Adaptação da autora do Mapa da Desigualdade (2020).

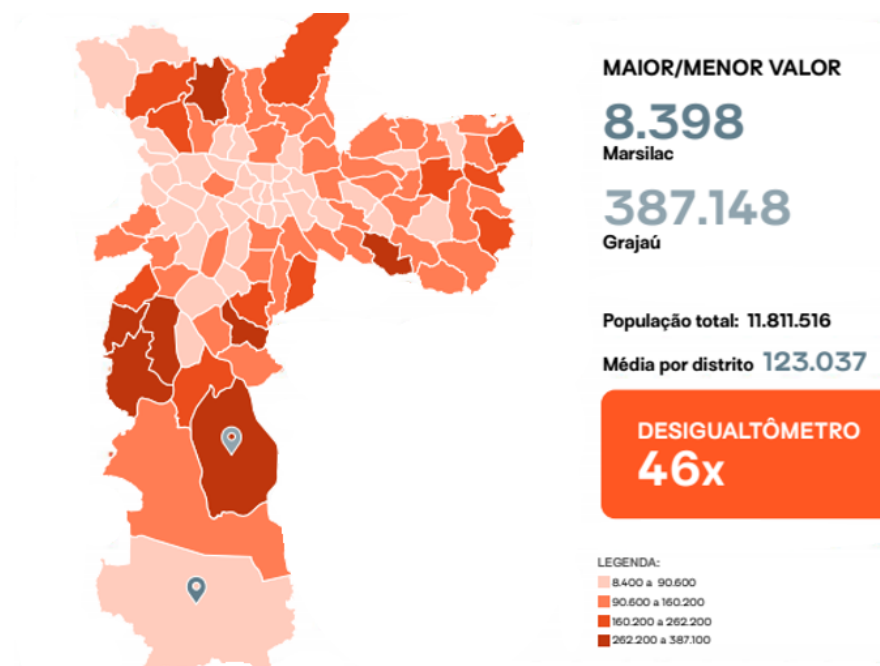
Conforme verifica-se, a cidade de São Paulo é densamente povoada nas regiões periféricas, onde aglutinam-se boa parte da população em habitações nas favelas, enquanto nas áreas centrais prevalece o menor contingente populacional (Figura 03). Da mesma forma, não é coincidência que a distribuição da população preta e parda - historicamente marginalizada nas searas política e econômica - estejam igualmente situadas nas zonas mais afastadas da região metropolitana de São Paulo (Figura 04).

Figura 03 - Favelas na cidade de São Paulo em 2019



Fonte: Adaptação da autora do Mapa da Desigualdade (2020).

Figura 04 - População preta e parda distribuídas na cidade de São Paulo em 2019

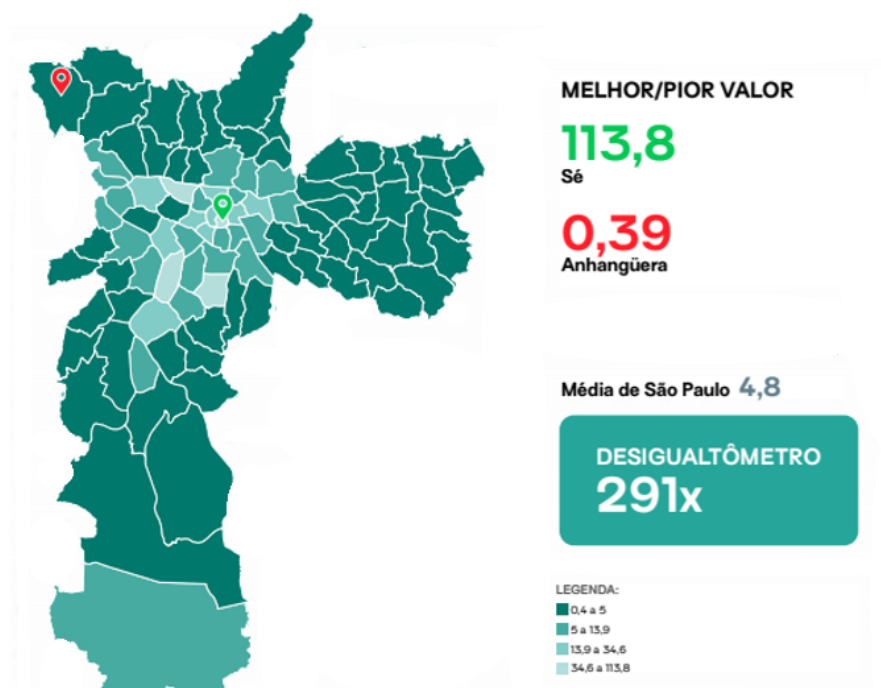


Fonte: Adaptação da autora do Mapa da Desigualdade (2020).

A despeito disso, as oportunidades formais de emprego são melhor verificadas nas zonas centrais, como apresenta-se a Figura 05, indicando que as especificidades territoriais da

capital obedecem hoje à lógica especulativa do mercado imobiliário, ligada ao valor atribuído à terra e o direito à cidade (HUGHES, 2004).

Figura 05 - Oferta de emprego formal na cidade de São Paulo em 2019



Fonte: Adaptação da autora do Mapa da Desigualdade (2020).

Isto posto, uma das características fundamentais do processo de urbanização paulistana foi a desconformidade entre a localização e o acesso aos principais recursos econômicos e sociais (HUGHES, 2004). Hughes (2004) ainda acrescenta que tal processo está diretamente relacionado à especulação imobiliária urbana,

(...) que incide sobre as condições e opções de moradia da população, o que, desde os anos 80, leva à expansão demográfica crescente das periferias em contraposição com o esvaziamento populacional nas áreas centrais (bem servidas por infra-estrutura) e à redistribuição das camadas mais ricas da população para novas fronteiras de ocupação delineadas pelos sentidos do investimento do mercado imobiliário (HUGHES, 2004, p. 94 apud HUGHES, 2003).

Isto posto, uma das características fundamentais do processo de urbanização paulistana foi a desconformidade entre a localização e o acesso aos principais recursos

econômicos e sociais (HUGHES, 2004). Hughes (2004) ainda acrescenta que tal processo está diretamente relacionado à especulação imobiliária urbana,

(...) que incide sobre as condições e opções de moradia da população, o que, desde os anos 80, leva à expansão demográfica crescente das periferias em contraposição com o esvaziamento populacional nas áreas centrais (bem servidas por infra-estrutura) e à redistribuição das camadas mais ricas da população para novas fronteiras de ocupação delineadas pelos sentidos do investimento do mercado imobiliário (HUGHES, 2004, p. 94 apud HUGHES, 2003). (HUGHES, 2004).

Diante esse contexto, Feltran (2020) acrescenta que a emergência do crime organizado em torno do mercado ilegal de drogas ocorre como um subproduto da vida urbana e as suas incongruências. Na ausência de saídas administrativas para o conflito urbano, cidades como São Paulo, assim como muitos outros polos da América Latina, tendem a produzir fraturas sociais em que a violência direta reverbera em última instância. O autor associa ainda o conflito urbano a outros dilemas contemporâneos internacionais, como a divisão entre Israel e Palestina, Tutsis e Hutus, Nazistas e Judeus que, mediante a ineficácia de resoluções integrativas entre as partes, colabora igualmente para a formação de fraturas sociais e a contínua reprodução do conflito. Com efeito, as medidas resolutivas para o problema no âmbito da segurança nacional brasileira perpassam pela rígida demarcação entre os pares: de um lado os trabalhadores e a lei e do outro os bandidos e o crime.

A controversa atuação do Estado brasileiro nas periferias é um assunto recorrente que contribui ainda mais para a deflagração da violência e o aumento substancial das taxas de homicídio em São Paulo. Boaventura de Souza Santos (1998) argumenta que a cisão da sociedade brasileira em estamentos sociais é observada na cartografia urbana através da demarcação entre as zonas selvagens, guiadas pelo estado de natureza hobbesiano, e as zonas ditas civilizadas, plenamente integradas pelo contrato social. Dessa forma, a ação estatal é guiada pelos princípios democráticos nas zonas sociais e integradas, enquanto justifica-se a sua ação demasiadamente ofensiva para conter a ameaça das zonas não pacificadas (*apud* HUGHES, 2004). Sob esses termos, Williams (2008) postula que grupos violentos podem surgir a partir das brechas de governança que garantem o atendimento à dignidade humana e aos direitos civis a uma parte da sociedade, ao mesmo tempo que, por outro lado, exclui sistematicamente outros grupos nas esferas sociais, políticas ou econômicas ou, ainda, a combinação destes.

Evidentemente há padrão demasiadamente repressivo das forças de segurança pública na condução do combate à violência criminal nos bairros pobres de São Paulo, sem atentar-se para os verdadeiros sintomas estruturais e culturais que permitem a sua reprodução. As mortes de civis pela polícia militar de São Paulo, entre 1990 a 2000, contabilizou oficialmente 6.565 pessoas vitimadas (HUGHES, 2004). Na prática, coexistem dois distintos regimes da administração da violência na cidade de São Paulo: as políticas do governo e as políticas do crime; ao que Feltran atribui como “as matrizes discursivas que produzem políticas explícitas de controle da violência letal em São Paulo” (FELTRAN, 2012, p. 234).

Apesar da alteridade atribuída a ambos os regimes normativos, pode-se considerar efetivamente o controle que exercem sobre as atividades cívicas da cidade e do estado de São Paulo, principalmente pela capacidade de influenciarem nos desdobramentos dos conflitos e da violência urbana local. O massacre penitenciário do Carandiru em 1992 na cidade de São Paulo²⁷ representou um desses marcos de inflexão para as relações entre ambos. De um lado, das políticas do crime, denunciava-se as injustiças e as violações dos direitos humanos perpetradas contra os presos; por outro, bifurcava-se no debate público duas opiniões sobre a condução da segurança pública local, sobretudo os que enfatizavam uma postura mais branda e discursivamente a favor dos direitos humanos e os que argumentavam a favor de uma repressão ainda mais incisiva contra o crime (FELTRAN, 2012).

Justamente frente a um contexto sistemático de exclusão que emerge uma governança alternativa para São Paulo, o Primeiro Comando da Capital (PCC), considerada uma das organizações criminosas mais articuladas da América Latina. Idealizada a princípio nos presídios de São Paulo, e pautada nos ideais de fraternidade e justiça entre os pares do crime, o grupo reivindicou à princípio um “governo” interno capaz de organizar-se contrariamente às opressões cometidas no sistema carcerário. Atualmente, o grupo adquiriu o controle nos assuntos criminais dentro e fora dos presídios paulistas, de forma análoga às leis instituídas pelo governo (ou, justamente, mediante a sua ausência). Foi dessa forma que o PCC legislou sobre questões relacionadas à interdição do estupro e do consumo de crack dentro dos presídios, assim como controlou os índices de homicídios nas periferias ligadas aos acertos entre traficantes. A hegemonia conquistada pelo PCC, dentro e fora dos presídios, é notável e

²⁷ Massacre penitenciário que levou à execução de 111 presos no dia 2 de outubro de 1992 durante uma ocupação policial após rebelião no pavilhão 9 da maior casa de detenção do Estado (FELTRAN, 2012).

a sua primeira aparição pública demonstra a sua magnitude: “a megarrebelião” de 2001 que mobilizou simultaneamente 26 unidades prisionais paulistas (FELTRAN, 2012).

Do lado das políticas de governo, a divergência entre dois pontos de vista na condução da segurança pública prevaleceu, enquanto “os baixos escalões seguiam suas práticas usuais nos cotidianos das periferias, saciando a ânsia punitiva da “opinião pública” (FELTRAN, 2012, p. 238). Se a década de 1990 é notável nos debates públicos como a década do retorno à democracia no Brasil, pelas lentes da periferia é sobretudo recordada como “a época das guerras”, marcada pelo aumento das taxas de homicídios e as taxas de encarceramento pela dita “guerra às drogas” e à criminalidade. Do lado das políticas do crime, o PCC passou a ser o ente mediador e guardião da justiça nos presídios e nas periferias. Argumentava-se ser necessário a “paz entre ladrões” e a “guerra” ao sistema. Não surpreende, portanto, que “o período de encarceramento crescente corresponde exatamente ao período de aparição e expansão de legitimidade do PCC...” (FELTRAN, 2012, p. 241), em que os pequenos traficantes, por exemplo, passavam a ser ressocializados na nova normativa criminosa e nas dimensões “morais” do crime comandada pelo PCC (FELTRAN, 2012).

A hegemonia da organização criminosa nas periferias na cidade e no estado de São Paulo ao longo dos anos 2000 é ainda marcada por outros episódios de grande violência, especialmente nas zonas leste e sul da região metropolitana de São Paulo. Os episódios ocorreram entre a segunda semana de maio de 2006, em represália às medidas articuladas pela Secretaria de Administração Penitenciária na transferência de presos inscritos na organização. Mas sobretudo, num espectro mais amplo de análise, para que as suas demandas fossem atendidas pelo Estado, resultando em ataques sistemáticos à policiais e a prédios públicos, ao passo que paralelamente moviam-se rebeliões em dezenas de penitenciárias paulistas (CRUZ, 2016). A lista oficial divulgada pela Secretaria Estadual de Segurança Pública indicava 168 homicídios, entre eles 40 agentes do Estado, 128 pessoas mortas pela polícia e 28 prisões realizadas. Posteriormente, uma investigação conduzida pelo jornal Estado de São Paulo, realizada em 23 Institutos Médicos do Estado, apurou que esse número era expressivamente superior, chegando a ao menos 493 homicídios em São Paulo, entre estes ao menos 221 cometidos por policiais (FELTRAN, 2020).

Por fim, os dados apontam para a necessidade de melhor avaliação das correlações entre a precariedade urbana, a marginalização socioeconômica e a violência. Não se infere a partir de tal relação a presunção de que a população periférica esteja condenada à violência,

pois essa premissa contribui para reafirmar o estigma e legitimar as ações ofensivas nas periferias urbanas, em que constantemente sujeitam-se arbitrariamente os indivíduos enquanto alvos suspeitos. A violência cotidiana, sobretudo, é primeiramente uma violência social, carregada de vulnerabilidades cotidianas psicossociais. Inevitavelmente o contraste das periferias e as suas carências irão se chocar com uma outra sociedade não tão distante assim, guiada pela democracia, pelo consumo e pela prosperidade. A máxima para todo jovem periférico é a possibilidade de ascensão social, por muitas vezes inscrita através do crime. A paz, particularmente no Brasil, não se atingirá com infinitos ciclos viciosos de violência, seja na guerra às drogas ou no combate à criminalidade; mas, somente será possível através do alcance pleno da justiça social e de sua reparação histórica.

3.3. ATUAÇÃO DE ATORES LOCAIS NA PROMOÇÃO DA PAZ: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FAVELA DA PAZ NO BAIRRO JARDIM ÂNGELA (SÃO PAULO).

Em vista do já discutido, a presente seção se dedica à análise de caso de atores locais contribuindo na superação da violência no seu entorno e, dessa forma, auxiliando para a promoção da paz local. À título de análise, adota-se a experiência do Instituto Favela da Paz, na promoção da paz no bairro Jardim Nakamura, situado no distrito Jardim Ângela, na região sul de São Paulo. Considerado pela Organização das Nações Unidas na década de 90 como o lugar mais violento do mundo, registrando uma taxa anual de 116,23 assassinatos para cada 100 mil habitantes, o distrito Jardim Ângela também registrava ao início dos anos 2000 cerca de 70% da população situada no agrupamento de alta e altíssima vulnerabilidade social, de acordo com o Mapa da Exclusão e Inclusão Social de São Paulo. No entanto, dados mais recentes apontam para uma queda substancial das taxas de homicídios em cerca de 45% a cada 100 mil habitantes entre o intervalo de 2000 e 2004, justamente o período em que também se observa o aumento vultoso da mobilização de organizações sociais na região (FOLHA UOL, 2006).

Figura 6: Jardim Ângela, periferia de São Paulo, 2001.



Fonte: Foto Antonio Sagese (LEME, 2003)

O que substantia para um olhar mais atento para essa experiência em específico é a sua expressividade na redução dos índices de violência, inclusive se comparados à redução do verificado no Estado de São Paulo referente ao mesmo período, registrado em termos de 15% de acordo com o Mapa da Violência de São Paulo. Em suma, o Instituto Favela da Paz compreende uma rede de empreendedores sociais e locais do bairro Jardim Nakamura, na região sul de São Paulo, almejando de forma ampla a instituição de uma comunidade sustentável e orientada por uma cultura de paz em um dos bairros já datados como um dos mais perigosos do mundo (FOLHA UOL, 2006).

O projeto teve início em 1989, com a criação da Banda Poesia Samba Soul, pelos irmãos e moradores da comunidade, Cláudio Miranda e Fábio Miranda, a partir de materiais coletados do lixo. A partir de então, motivados pelo desejo de “mudar o lugar sem se mudar de lá” decidiram dar aula de música para os jovens locais de forma gratuita com instrumentos também produzidos com materiais que seriam descartados como lixo. Já em 2010 o projeto

foi oficialmente instituído, levando o nome de Instituto Favela da Paz e cobrindo diversas iniciativas em redes voltadas à promoção de arte, cultura, sustentabilidade, esporte, saúde e educação; todos interligados entre si. Mais especificamente, dispõem de projetos para a captação da água da chuva e da energia solar, sistemas de biodigestor de matéria orgânica, produção musical, autossuficiência na produção de alimentos e programas de justiça social e de cultura de paz.

Os seguintes tópicos foram elaborados através de informações coletadas em entrevista virtual direcionada para a presente pesquisa com Fábio Miranda, um dos cofundadores do Instituto Favela da Paz e coordenador direto do projeto Periferia Sustentável. Devido ao desenvolvimento da presente pesquisa durante a pandemia pelo Covid-19, e a pausa das atividades sociais desenvolvidas pelo Instituto, não foi possível coletar dados e demais entrevistas com os beneficiários do projeto.

3.3.1. ‘Favela da Paz’: modelo de projetos sustentáveis na construção de um caminho para a paz em São Paulo;

São diversos os projetos promovidos pelo Instituto Favela da Paz disponíveis para a comunidade, a saber: Periferia Sustentável; Samba na 2; Projeto Vegearte; Projeto periferia em cena; Luto social; Jardim Ângela Music Festival; Projeto BMX Factory; Estúdio Poesia Audiovisual; Grupo de Percussão Favela Mirim; e Estúdio Poesia Audiovisual.

Nas searas de promoção da tecnologia e sustentabilidade, o Periferia Sustentável é responsável pela reutilização de materiais que seriam descartados como lixo para a produção de móveis, de energia solar, do sistema de biodigestor a partir de restos de alimentos e o sistema de captação de água de chuva para atividades diversas. O projeto presume a instituição de um modo de vida mais sustentável para a comunidade, a partir do desenvolvimento de tecnologias variadas a baixo custo para abastecer todos os demais projetos desenvolvidos pela ONG. Contribui ainda com a realização de oficinas acerca da reutilização de materiais descartáveis e a implantação de tecnologia sustentável para toda a comunidade interessada.

O IFP promove eventos de cultura e arte de acesso gratuito para toda a comunidade, visando também movimentar a economia entre os comerciantes locais. O Samba na 2 é um evento de show de samba gratuito promovido mensalmente. Já o Jardim Ângela Music

Festival reúne bandas da periferia de todas as regiões de São Paulo e de todos os estilos musicais, como rap, funk, rock, sertanejo e pagode, com o intuito de apoiar e promover bandas locais.

Objetiva também a construção de cidadania a partir do fomento de capacidades e potencialidades dos jovens, como os projetos esportivos Luta Social, oferecendo aulas gratuitas de Jiu-Jitsu, o Projeto BMX Factory voltada à prática de manobras de bicicleta e a organização de campeonatos na área. Viabiliza também o Dia Olímpico integrando um dia para a prática de atividades físicas. Voltado às crianças, o Grupo de Percussão Favela Mirim oferece aulas de percussão e música.

São diversos os cursos gratuitos oferecidos. O Projeto Vegearte instrui cursos sobre a gastronomia vegetariana e alimentação saudável para a comunidade. Já o Estúdio Poesia Audiovisual foi o primeiro estúdio de produção musical do bairro Jardim Ângela desde 2004, auxiliando e gravando artistas das comunidades de São Paulo. Mais recentemente passou a incluir também produção cinematográfica voltada a produção de pequenos documentários e curtas metragens. O Projeto Periferia em Cena, por sua vez, promove cursos para a produção de áudio, vídeo, fotografia e designer de multimídia. Além disso, o projeto é responsável por acompanhar e prover a cobertura digital e midiática dos demais projetos.

Figura 7 - Grupo de Percussão Favela Mirim. Jardim Ângela, São Paulo.



Fonte: Changemakers

Desde 1989 os irmãos Cláudio Miranda e Fábio Miranda promovem ações sociais a partir da música e da sua Banda Poesia Samba Soul na comunidade do Jardim Ângela em São Paulo. No ano de 2009, o Cláudio teve a oportunidade de participar de um projeto da Artemisia²⁸, uma incubadora de projetos sociais que se iniciou fora do país e se inseriu posteriormente no Brasil por Marcelo Calvacanti. O Artemisia naquele ano constava mil empreendedores que, desses, seriam selecionados dez projetos para serem financiados para poderem tocar as suas iniciativas adiante. O Cláudio, ao se inscrever, pretendia instituir um estúdio de música na comunidade, que naquela época restringia-se ainda mais às pessoas que possuíam recursos, ou como afirmou o Fábio em entrevista, “do outro lado da cidade”. Apesar de ter ficado entre os 10 projetos, dos 1000 participantes, o projeto social não foi contemplado com o financiamento. Quando questionado sobre a sua motivação de implantar um estúdio musical em um lugar onde as pessoas passam fome, e estão “matando e morrendo”, respondeu, segundo entrevista concedida para a presente pesquisa, que este não era o lugar em que ele vivia, mas sim o lugar que enxergavam. Que naquele lugar as pessoas precisavam ser reconhecidas. Precisavam de música e cultura.

A partir dos laços criados com o representante da Artemisia no Brasil, Marcelo Cavalcanti, Cláudio foi convidado a viajar para o Tamera, uma ecovila no sul de Portugal. Este foi um ponto de inflexão para o Favela da Paz, que passou a ser formalmente instituído

²⁸ Artemisia. Disponível em: <<https://artemisiamusic.org.br/>> Acesso em 05/09/2021.

com o nome em 2010 e a estar conectado em rede com outras experiências comunitárias ao redor do globo com o mesmo fim social e comunitário. Desde então, o Cláudio, o Fábio, e diversos outros contribuidores vem promovendo uma ampla gama de projetos sociais, voltados à sustentabilidade e à cultura de paz no bairro Jardim Ângela em São Paulo.

Quando perguntado em entrevista online o que motiva o Favela da Paz, Fábio Miranda respondeu: “a gente tem uma frase que a gente carrega muito: servir para o mundo que sonhamos. Então este é o nosso propósito. Não é fazer aquele mundo bonitinho, com lacinho em cima. Não... Realmente é o que a gente sonha. Então a gente tenta despertar esse interesse nas pessoas. Primeiro, fazer aquilo que a gente gosta. Independente do que seja. Independente de profissão. De nada. O que te move por dentro? O que faz você vibrar por dentro? É tecnologia, é alimentação, é música, é estar junto em comunidade. Não importa. O que te move, realmente? Então a nossa busca para a comunidade é isso. É abrir esse espaço de liberdade onde as pessoas possam ser livres”.

Sobre o impacto para a comunidade, afirmou que “bem, eu acho que só por a gente conseguir sair daquela realidade de um lugar mais violento do mundo e hoje ser uma potência, hoje que é esse bairro do Jardim Nakamura, que é o Favela da Paz hoje, de ser uma organização conectada com diversas organizações do mundo inteiro. O Favela da Paz ele é hoje uma rede global [...]. Então eu vejo realmente o impacto que a gente trouxe pra esse lugar. A gente está num bairro em que são 45 mil habitantes, né? A rua que a gente mora são 2.700 famílias. Impactar tantas pessoas é um processo. Mas a gente pode ver pela mudança no olhar das pessoas. E a gente tem muita admiração e respeito da comunidade. É difícil mensurar isso [o impacto] em números. Mas a gente vê isso pela conexão que a gente tem com os moradores. Pela conexão que a gente tem com outras organizações, a gente consegue perceber que o nosso trabalho faz uma diferença muito grande”.

3.3.2. Rede de colaboradores locais e internacionais

O IFP atua de forma autônoma às instâncias públicas e, portanto, se classifica como uma instituição privada e sem fins lucrativos. Não há qualquer repasse do governo ou da prefeitura. Financia-se, no entanto, através de redes colaborativas transnacionais vinculada ao projeto “Tamera: Centro de Educação e Investigação para Paz” de Portugal, mas também através da rede de amigos e de redes colaborativas diversas. Por outro lado, colabora

paralelamente com a própria atuação pública, como no recente contexto de pandemia, auxiliando na produção de mais de mil máscaras para serem distribuídas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) da região.

Desde 2010 o Instituto Favela da Paz se insere na comunidade global (campus global), um projeto idealizado pelo Tamera e que reúne iniciativas locais de paz ao redor do mundo. Compreende desde o Favela da Paz, na comunidade do Jardim Ângela em São Paulo, a Comunidade de Paz de San José de Apartadó, na Colômbia, projetos situados entre Israel-Palestina, um centro de permacultura em Kitale no Quênia e a Comunidade Inla Kesh em Chiapas, no México. Todos os projetos compartilham o ideal de entenderem os seus próprios desafios locais e superarem as suas vulnerabilidades, através de parcerias entre as diferentes culturas e experiências diversas situadas entre o Norte e o Sul Global, mas todos movidos pela articulação em prol a "paz mesmo nas situações mais violentas e mantendo a esperança e a resiliência"²⁹. Dessa forma, em rede, se encontram anualmente para debaterem e compartilharem suas boas práticas, como reforçou Fábio Miranda, “aí essa troca... uma experiência vai inspirando a outra e criando forças”.

Segundo o site Changemakers³⁰, o financiamento das atividades promovidas pelo IFP está disposto através de 50% por meio de donativos ou presentes; 30% gerados através de contribuições das corporações; e 10% adquiridos por meio de editais ou contratos com o governo.

3.3.3. Resultados observados

O Instituto Favela da Paz insere-se na classificação de uma organização não governamental, conectada em rede internacional com outras organizações com fins análogos. Quando questionado acerca das suas próprias percepções de paz, Fábio Miranda afirmou que “a paz é onde tem respeito pelo próximo, onde você tem o seu direito de ir e vir tranquilamente, onde as pessoas podem fazer aquilo que realmente conecta [...]. O lugar onde as pessoas possam ser realmente liberdade de expressão. Contrariamente, para si, “a violência ela está atrelada à falta de respeito com o próximo. Quando você falta com respeito com o

²⁹ Campus Global, Tamera. Disponível em: <<https://www.tamera.org/pt/campus-global/>>. Acesso em 06/09/2021.

³⁰ Changemakers. Disponível em: <<https://www.changemakers.com/pt-br/direitoshumanos/entries/favela-da-paz>> Acesso em: 07/09/2021.

próximo você já está gerando uma violência. Pode ser a coisa mais simples do mundo. Simplesmente, “fica quieta não quero ouvir você”. Não precisa ser violência física. Mas violência psicológica também. Se você for ver hoje uma das doenças que mais mata hoje é depressão. E é uma doença invisível. Então as palavras elas também têm que ter uma certa leveza.”

O senso comunitário nas palavras do Fábio se fez presente durante toda a entrevista. Em consonância com os preceitos de Galtung (1969) sobre a paz, reafirmava a presença da violência quando as realizações dos indivíduos encontravam-se muito aquém das realizações potenciais. A paz, para Fábio, igualmente pressupõe o próprio fim da justiça social. Com efeito, o projeto Favela da Paz hoje é considerado como uma referência para o Brasil e para o mundo. Foi a primeira favela brasileira a introduzir o sistema de biogás dentro da comunidade e, nesse sentido, parece oferecer oportunidades que antes encontravam-se reclusas na parte desenvolvida da cidade. Para ele “o Favela da Paz hoje cria, né, é uma realidade totalmente diferente do que o sistema oferece. Porque você liga a televisão você só vê comida enlatada, que a energia vem da tomada, então assim as oportunidades que a favela da paz hoje traz é uma realidade diferente. É uma vida um pouco mais equilibrada e uma vida de esperança, na verdade. Porque a partir do momento que você sabe que você não depende somente da energia que o governo manipula, mas que você pode captar energia do sol, você pode fazer reutilização de água da chuva, você pode plantar o seu próprio alimento de uma forma ou de outra [...]. Então é criar esse cenário de possibilidades.”

Sobre as próprias percepções locais do que é viver em comunidade, na favela, pontuou que “a infraestrutura ainda é uma coisa que nem todo mundo tem acesso. Aos espaços da vida... Energia, saneamento, moradia, boa alimentação. Ainda falta muito. Em algumas regiões a gente vê isso bem precariamente. Por exemplo, a comunidade hoje que eu moro é uma comunidade que já tem 30 anos, então já tem uma certa estrutura. Aqui dificilmente você vai ver uma casa de palafita, uma casa de tapume, não. Mas tem comunidades aqui próximas que vivem essa realidade. Que nem saneamento tem ainda. Então eu acredito que ainda falta muito isso aqui”.

Acerca dos níveis de criminalidade local, afirmou que hoje as coisas estão bastante diferentes da época da sua juventude, marcada antes pelo cotidiano expresso da violência. Acrescentou que “naquela época existia o crime na rua só que a incidência de homicídios era muito forte. De sair na rua e você acabar vendo uma cena de uma pessoa ser assassinada na

sua frente. Já chegou situações da gente sair pra tocar e na volta estar voltando de carro [...] de repente tinha um cara deitado no chão debaixo do carro [...]. Quando a gente chegou perto pra olhar, tinha uma poça de sangue. Tinha acabado de assassinar o cara. Aí o meu irmão correu pro carro, aí na frente tinha outro. Aí a gente desviou, quando passou por cima da calçada tinha mais outro. Então imagina.... Agora hoje já faz muitos anos que eu não vejo esse tipo de coisa aqui, sabe. Eu não sei porque. Será que o crime se organizou? Mas eu vejo uma diferença realmente muito grande assim”. De fato, os marcos temporais relatados direcionam para os momentos anteriores e após o período de pacificação das favelas com a hegemonia do PCC na região. Fornece, portanto, um olhar empírico e cotidiano para o que costumeiramente é mencionado no âmbito das políticas e da academia.

Poucas vezes, pelas lentes de Fábio, a emblemática da criminalidade urbana é ressaltada como o problema primeiro nas favelas, como o senso comum ou as dinâmicas de segurança pública costumam apontar. No entanto, a sua visão reiteradamente coaduna com a necessidade de um mundo com mais oportunidades e liberdades, atentando-se para a violência estrutural e cultural que os cercam: “[...] a gente não tá aqui pra combater o crime, a gente tá aqui pra criar expectativa e esperança nas pessoas. É consequência. Às vezes as pessoas falam “ah eu nasci no lugar errado”. Não, eu nasci no lugar certo na hora certa. Nesse lugar aqui que eu tenho que fazer a diferença”. E sobre as diferenças notadas para a comunidade, contribui que “hoje a gente tem uma gama de jovens e crianças que hoje frequentam o Favela da Paz, não agora durante a pandemia, mas pra você ter ideia a gente tem um grupo de percussão com 40 crianças. Aí quando eu faço atividades de tecnologia tem vários jovens. Aí tem de todos os perfis, né. Desde menino que é super tranquilo que é filho de amigo meu daqui, desde filho de traficante que está preso. Dele chegar pra gente e dizer que se sente feliz por estar aqui que por mais que “eu tenha pai tal” ele está feliz porque eu não estou seguindo o caminho dele. São tipos de relatos como esse de tipo você receber uma carta de um cara de dentro da cadeia agradecendo pelo o filho dele estar aqui. Pelo o filho dele estar recebendo as oportunidades que ele não teve [...]. São esses tipos de situação que faz a gente perceber que essa é nossa missão”.

Acrescenta, por fim, que “uma coisa que cresceu muito no bairro foi a economia local. Então isso também facilita essa coisa das pessoas terem mais acesso às coisas. Mas acredito assim, as oportunidades que... Querendo ou não a gente teve esse rótulo do lugar mais violento do mundo. Por exemplo, na idade da minha sobrinha hoje que deve estar com

18 anos... Na verdade na idade do meu filho, que tem 11 anos, eu vi coisas que por exemplo eles não vêem hoje. O tráfico continua? Continua. Tá lá na rua. Tá tudo lá. O crime tá na rua. Mas de que forma a gente pode criar um cenário diferente? Onde os jovens, as crianças hoje são praticamente o que o tráfico quer. Então dessa forma que a gente consegue criar um cenário diferente, não só o Favela da Paz, mas surgiram diversas organizações, diversos projetos que começou a trazer essa visão diferente. O jovem que vê aquele cara lá do tráfico com aquela motona, um tênis legal, tal tal tal. Mas vê por exemplo o Cláudio viajando pra fora do país, tá na televisão dando curso, dando palestra... “Poxa eu quero ser igual aquele cara”. Isso então cria aquela perspectiva de mundo diferente dos dois lados. Não falando que existe o certo e o errado. Eu posso estar errado. Mas depende da visão de cada um, né [...] Eu acredito que sim a gente criou um cenário muito muito diferente para diversas pessoas se sentirem inspiradas”.

As pesquisas realizadas em contato com Fábio apontaram uma certa convergência das práticas do Instituto Favela da Paz, que sumarizam a agência local na promoção da paz no bairro Jardim Ângela em São Paulo, com a abordagem de Peace Formation de Richmond (2013). Em primeiro lugar, observa-se a emancipação dos próprios atores locais em diagnosticar os principais problemas da comunidade e, assim, promover esforços coletivos visando superar os cenários de violência e instabilidade. Nota-se que, para os idealizadores do projeto, a principal questão enfrentada pela comunidade não perpassa as discussões propriamente sobre a violência direta, mas enfatiza os principais aspectos estruturantes dessa violência, representados pela falta de oportunidades de vida digna para os moradores.

A agenda do IFP, portanto, diverge da agenda estatal na condução das prioridades e das estratégias para a promoção da paz na região, uma vez que a política de governo tende a atuar de forma repressiva visando conter especialmente a violência direta e o IFP atua substancialmente diante das raízes da violência social. Outra questão é que, visando diminuir a dependência das negociações em sentido *top-down*, o IFP se articulou com redes transnacionais com propósitos similares, mantendo um certo nível de autonomia de atuação. Conforme percebido por Elizabeth Leeds, em configurações urbanas como as favelas brasileiras, características pela ausência governamental, apresenta-se invariavelmente a necessidade de construção de formas locais autônomas de tomada de decisão e prestação de serviços como forma propriamente de sobrevivência (LEEDS, 1996, p. 77 *apud* RICHMOND; FERREIRA, 2021).

Diante disso, Richmond e Ferreira (2021) acrescentam que as articulações representadas pela abordagem de Peace Formation muitas vezes demandam uma reforma do Estado e, por outro lado, o fortalecimento de redes alternativas, como a sociedade civil global, criando assim processos micropolíticos e paralelos de paz. Ainda que não mencionem diretamente, os coordenadores locais do IFP com as suas atividades coadunam com os princípios liberais e democráticos de participação social e respeito aos direitos humanos. No entanto, desafiam as noções tradicionais de poder dos Estados e dos espaços formais como atores exclusivos ao se discutir e articular a paz (RICHMOND, 2013). Com efeito, as ações sociais promovidas pelo Instituto Favela da Paz “require understanding of local attempts to create peaceful institutions, related to international actors, and produce international and locally legitimate models for peace” (RICHMOND, 2013, p. 271).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços teóricos e práticos na busca pela paz, sumarizados a partir dos esforços internacionais no âmbito das Nações Unidas, mais especificamente das Operações de Paz, e dos desenvolvimentos conceituais que acompanhando o campo dos Estudos de Paz, ambos estiveram centrados na mitigação da violência perpetuada entre os Estados ou através destes. Manifestações paralelas e menos previsíveis, como a emergência da violência social armada e do crime organizado transnacional, ainda carecem de articulações coordenadas e direcionadas pela comunidade internacional no mesmo plano de ação em prol da manutenção, desenvolvimento e construção de sociedades pacíficas. As Relações Internacionais, enquanto campo de estudo das ciências sociais aplicadas, raramente consideram aspectos hiper-locais em suas análises. No entanto, se o local é parte constitutiva do internacional, torna-se prudente o olhar atento aos pormenores que envolvem a vida cotidiana, inclusive ao se pensar práticas viáveis e duradouras para a paz (MAC GINTY, 2014).

A experiência brasileira, como exemplo, acende como um ponto propício de uma análise para a revisão dos diálogos de violência em todos os seus vértices (direta, estrutural e cultural) em cenários de não-guerra, bem como demanda a interconexão necessária entre os debates que ocorrem na esfera internacional e doméstica para o alcance de uma paz híbrida. Objetiva-se a partir de tal abordagem a interseccionalidade dos vários níveis de análises que usualmente são realizados isoladamente, e por reiteradas vezes sob uma hierarquia implícita de superioridade às dinâmicas internacionais e centrais sobre o conhecimento vernacular, local e periférico.

Destarte, nota-se claramente a convergência das experiências cotidianas e o papel do conhecimento vernacular na promoção da paz pelo IFP e os seus atores e práticas, em associação íntima com os conceitos de *everyday peace* e *peace formation*. Destaca-se, principalmente, como a agência local, diante da ausência de ações efetivas coordenadas no sentido top-down - seja através das grandes organizações internacionais ou da própria instância governamental doméstica -, mobilizou caminhos para a paz em seus próprios termos. Ao envolver um alcance de redes transversais e transnacionais, representada pela comunidade global, as atividades desenvolvidas pelo IFP coadunam intuitivamente com as práticas do *peace formation*: “such perspectives require understanding of local attempts to create peaceful institutions, related to international actors, and produce international and locally legitimate models for peace” (RICHMOND, 2013, p. 271), de forma a desenvolver maior autonomia e menor dependência das negociações realizadas ao nível das elites.

Torna-se igualmente claro o efeito psicossocial da marginalização econômica na condução da violência em seu efeito último. Da mesma forma, cenários de privação tornam-se mais evidentes à medida que outros cenários de sociedades mais prósperas tornam-se também visíveis. Da inconformidade entre as contradições da cidade, o desejo pelo direito de serem reconhecidos enquanto indivíduos econômicos e sociais e, na ausência de vias terceiras de inclusão, o crime assume o vácuo de poder criado pela negligência do governo. Por outro lado, as iniciativas desenvolvidas pelo Instituto Favela da Paz, conforme demonstrado, pretendem preencher os espaços de governança de forma a prover capacidades e potencialidades diversas aos indivíduos da comunidade. E isso, notavelmente, ainda que de modo empírico e intuitivo, têm demonstrado efeito sobre a violência local.

Por fim, percebe-se a relevância dos aspectos identitários e culturais pela própria sociedade civil no reconhecimento das raízes dos seus principais problemas, possibilitando, assim, caminhos genuínos, ainda que paulatinos, para a sua transmutação. Dessa forma, a legitimidade institucional das ações pacíficas locais ocorre naturalmente em respeito aos próprios processos históricos e sociais. Ademais, a maioria dos casos em que se verifica um maior proativismo local são os casos que justamente refletem situações em que demandas sociais, históricas, identitárias, religiosas, políticas ou econômicas foram negligenciadas: “it has become clear (...) that the capacity for self-organization to provide public services where the state is nonexistent or incapable is a common occurrence.” (RICHMOND, 2013, p. 275).

Por esse motivo, a presente pesquisa pretendeu contribuir para os debates que promovem a interseccionalidade entre as diversas esferas de governança possíveis para se pensar a paz. De forma análoga, intencionou abranger os debates acerca da paz e violência para além dos contornos tradicionais do Estado, mas ainda igualmente ou superiormente alarmante, ao que indica uma nova dimensão dos conflitos contemporâneos, marcada por uma profunda crise das cidades.

REFERÊNCIAS:

ADORNO, Sérgio. **A gestão urbana do medo e da insegurança: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea**. Tese apresentada como exigência parcial para o concurso de livre docência em Ciências Humanas junto ao departamento de Sociologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

AMSTUTZ, Mark R. **International Ethics: concepts, theories, and cases in global politics**. Rowman & Littlefield Publishers. United Kingdom: fourth edition, 2013

BARROS, Joana. **Exploring Urban Dynamics in Latin American Cities Using an Agent-Based Simulation Approach**. Agent-Based Models of Geographical Systems, DOI 10.1007/978-90-481-8927-4_28, 2012

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. RBCS Vol. 15 no 42 fevereiro/2000

BORGES, William. ROCHA, Marcio. **A compreensão do processo de periferização urbana no Brasil por meio da mobilidade centrada no trabalho**. Geografia, Rio Claro, v. 29, n.3. p. 383-400, set./dez. 2004.

BOULDING, J Russell. (2017). **Elise Boulding: A Pioneer in Peace Research, Peacemaking, Feminism, Future Studies and the Family: From a Quaker Perspective**. 10.1007/978-3-319-31364-1.

BRAGA, Camila; MATIJASIC, Vanessa. Operações de Paz: passado, presente e futuro. In: FERREIRA, et al. **Estudos para a Paz: conceitos e debates**. São Cristóvão-SE: Ed.UFS, 2019. p. 151-191.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas**. Cadernos metrópole 17 pp. 219-240 10 sem. 2007

CHANDLER, David. **A Crítica não-crítica da Paz Liberal**’. Universitas Relações Internacionais, 11(2), pp. 39-51. 2013. DOI: 10.5102/uri.v11i2.2534

CHESNAIS, Jean. **A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para a sua prevenção**. Ciência & Saúde Coletiva. 1999

CLAUSEWITZ, C. von. **Da guerra**. Tradução de T. B. P. Barroso. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: Ed. da UNB, 1979. (Coleção Pensamento Político).

DUTTA, U., ANDZENGE, A. K., & WALKLING, K. (2016). **The everyday peace project: an innovative approach to peace pedagogy**. Journal of Peace Education, 13(1), 79–104. doi:10.1080/17400201.2016.1151773

FARIA; Teresa de J. Peixoto. **Renovação urbana no contexto de globalização do capital: generalidades e particularidades das favelas da América Latina**. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Disponível em <:<http://journals.openedition.org/nuevomundo/80638>>

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Governos que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 – 2011)**. Revista de Segurança Pública, v. 6 n. 2, p. 232-255 (2012).

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais, área de Cultura e Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **The entangle city: crime as urban fabric in São Paulo**. Reino Unido: Manchester University Press. 2020.

FERREIRA, Marcos Alan S.; MASCHIETTO, Roberta H.; KUHLMANN, Paulo R. L. **Estudos para a Paz: conceitos e debates**. São Cristóvão, SE: Ed. UFS, 2019.

FERREIRA, Marcos Alan. **Criminality and violence in South America: The challenges for peace and UNASUR's response**. International Studies Perspectives, 18(1), 64–80. (2017).

FERREIRA, Marcos Alan S. **Estudos Críticos da Paz e Crime Organizado Transnacional**. RevistaCrítica de Ciências Sociais [Online], 113 | 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/6643> ; DOI : 10.4000/rccs.6643 Acesso em: 05 de agosto de 2020.

FERREIRA, Marcos Alan S. Desigualdade, Violência Estrutural e Crime: uma análise do caso brasileiro. In: **Polarizações políticas e desigualdades socioeconômicas na América Latina e na Europa** / Aline Contti Castro, Marcos Alan S. V. Ferreira, Alexandre César Cunha Leite (organizadores). - João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. **Urban Violence and Crime**. The Palgrave Encyclopedia of Peace & Conflict Studies. 2020

FERREIRA, Marcos Alan S. Governance by Violent Non-state Actors as a Challenge to Sustainable Peace in Brazil. In: SPRING, Úrsula Oswald; BRAUCH, Hans Gunter. **Decolonising Conflicts, Security, Peace, Gender, Environment and Development in the Anthropocene**. Switzerland: 2021. p. 521-537

FIRCHOW, Pamina. (2018). **Reclaiming Everyday Peace: Local Voices in Measurement and Evaluation After War**. 10.1017/9781108236140.

GALTUNG, Johan. Cultural violence. **Journal of peace research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

GALTUNG, Johan. **Violence, Peace and Peace Research**, **Journal of Peace Research**. 1969

GOMES, Aureo de Toledo. **Da paz liberal à virada local: avaliando a literatura crítica sobre peacebuilding**. Monções, 2(3), pp.46-76. DOI: 10.17771/pucrio.acad.20301. 2013

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, nº 92/93 (jan/jun). 1988b, p. 69-82.

HUGHES, Pedro Javier. **Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas**. São Paulo em Perspectiva, 18(4): 93-102, 2004.

Human Development Report. New Dimensions of Human Security. Disponível em: <<http://www.hdr.undp.org/>> Acesso em 01/08/2020

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2020

JUTILA, Matti & PEHKONEN, Samu & VAYRYNEN, T. (2008). **Resuscitating a Discipline: An Agenda for Critical Peace Research**. Millennium-journal of International Studies - MILLENNIUM-J INT STUD. 36. 623-640. 10.1177/03058298080360031201.

KEMER, Thaíse; PEREIRA, Eugenio Alexsandro; BLANCO, Ramon. **A construção da paz em um mundo em transformação: o debate e a crítica sobre o conceito de peacebuilding**. Rev. Sociol. Polit., v. 24, n. 60, p. 137-150, dez. 2016

LEME, Maria Cristina da Silva. **O impacto da globalização em São Paulo e a precarização das condições de vida**. Revista eure (Vol. XXIX, Nº 87), pp. 23-36, Santiago de Chile, 2003

LEÓN, Bernardo Arévalo de; TÁGER, Ana Glenda. **Armed Social Violence and Peacebuilding. Towards an operational approach.** *In:* Barbara Unger, Véronique Dudouet, Matteo Dressler and Beatrix Austin (eds). Undeclared wars – Exploring a peacebuilding approach to armed social violence. Berghof Handbook Dialogue Series No. 12. Berlin: Berghof Foundation. 2016.

LUCCI, Paula; BHATKAL, Tanvi; KHAN, Amina. **Are we underestimating urban poverty?** / World Development 103 (2017) 297–310

MAC GINTY, Roger; FIRCHOW, Pamina. **Top-down and bottom-up narratives of peace and conflict.** Political Studies Association, Politics. 2016

MAC GINTY, Roger; RICHMOND, Oliver P. **The Local Turn in Peace Building: a critical agenda for peace.** Third World Quarterly, Vol. 34, No. 5, 2013, pp 763–783

MAC GINTY, Roger. (2014). **Everyday peace: Bottom-up and local agency in conflict-affected societies.** Security Dialogue. 45. 548-564. 10.1177/0967010614550899.

MENDES, Pedro E. **O nascimento das Relações Internacionais como Ciência Social: Uma análise comparada do mundo Anglo-americano e da Europa Continental.** Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. E-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262| v.8, n.16, Jul./Dez. 2019 | p.21-53

MIALL, Hugh. **Conflict transformation: a multi-dimensional task.** Berghof Handbook for Conflict Transformation. Berlin, Berghof Centre for Constructive Conflict Management, 2001.

MOURA, Tatiana. **Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceituais e políticos.** Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 71 | 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

OJIMA, Ricardo. **As cidades invisíveis: a favela como desafio para urbanização mundial.** Rev. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 24, n. 2, p. 345-347, jul./dez. 2007

OLIVEIRA, Gilberto C. **Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais.** Carta Internacional, 12(1), 148-172. 2017.

ONU. Carta das Nações Unidas. 1945. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/documentos/>> – Acesso em 26 de janeiro de 2021

ONU. Organização das Nações Unidas, 1992. An Agenda for Peace. Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/blog/document/an-agenda-for-peace-preventive-diplomacy-peace-making-and-peace-keeping-report-of-the-secretary-general/> Acesso em 01/08/2020

ONU. Organização das Nações Unidas, 1994. An Agenda for Development. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/188719> Acesso em 01/08/2020

PASTERNAK, Suzana; D'OTTAVIANO, Camila. **Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 75-99, abr 2016

PEARCE, Jenny. **The “Violence Turn” in Peace Studies and Practice**, in: Barbara Unger, Véronique Dudouet, Matteo Dressler and Beatrix Austin (eds.). “Undeclared Wars” – Exploring a Peacebuilding Approach to Armed Social Violence. Berghof Handbook Dialogue Series No. 12. Berlin: Berghof Foundation. 2016.

PEARCE, Jenny; PEREA, Carlos Mario (2019). **Post war and non war violences: learning about peace and peacebuilding from Latin America, Peacebuilding**, DOI: 10.1080/21647259.2019.1632057

PUREZA, José; MOURA, Tatiana. **Violência(s) e guerra(s): do triângulo ao continuum**. Revista Portuguesa de História, p. 45-63. 2005.

RAMSBOTHAM, O., WOODHOUSE, T., MIAL, H. **Contemporary Conflict Resolution**. Cambridge: Polity, 2005, p. 3-31.

RANDAZZO, Elisa. **The paradoxes of the ‘everyday’: scrutinising the local turn in peace building**. Third World Quarterly, 2016.

RICHMOND, Oliver P. **Para além da paz liberal: Respostas ao retrocesso**. Contexto Internacional, vol. 32, n. 2, julho/dezembro. 2010. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/v32n2a02.pdf>

RICHMOND, Oliver. (2004). **The Globalization of Responses to Conflict and the Peacebuilding Consensus**. Cooperation and Conflict - COOP CONFL. 39. 129-150. 10.1177/0010836704042865.

RICHMOND, Oliver. (2007). **Critical Research Agendas for Peace: The Missing Link in the Study of International Relations**. Alternatives: Global, Local, Political. 32. 10.1177/030437540703200205.

RICHMOND, Oliver. (2013). **Failed statebuilding versus peace formation**. Cooperation and Conflict. 48(3): 378–400.

RICHMOND, Oliver. **Peace Formation and Local Infrastructures for Peace**. Alternatives: Global, Local, Political, Vol. 38(4) 271-287. 2013

RICHMOND, Oliver; FERREIRA, Marcos Alan. **Blockages to Peace Formation in Latin America: The Role of Criminal Governance**. Journal of Intervention and Statebuilding, 15:2, 161-180. 2021

SANTOS, Alexandre; POLIDORI, Maurício; PERES, Otávio; SARAIVA, Marcus. **O lugar dos pobres nas cidades: exploração teórica sobre periferização e pobreza na produção do espaço urbano Latino-Americano**. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), 2017 set./dez., 9(3), 430-442

SOUZA, Edinilsa. (1994). **Homicídios no Brasil: O grande vilão da saúde pública na década de 80**. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): p. 45-60.